

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM GESTÃO INTEGRADA
DO TERRITÓRIO – GIT

Ana Lúcia Cristo Dias

JUVENTUDES E TERRITÓRIOS: constituição das experiências juvenis no
Programa Fica Vivo! em Governador Valadares/ MG

Governador Valadares

2016

ANA LÍDIA CRISTO DIAS

JUVENTUDES E TERRITÓRIOS: constituição das experiências juvenis no programa
Fica Vivo! em Governador Valadares/ MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Strictu Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade
Vale do Rio Doce (UNIVALE), como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Celeste Reis Fernandes de
Souza

Governador Valadares

2016

D 541

Dias, Ana Lída Cristo

Juventudes e territórios: constituição das experiências juvenis no Programa Fica Vivo! em Governador Valadares - MG./ Ana Lída Cristo Dias. UNIVALE: Mestrado em Gestão Integrada do Território, 2016.

146 f.: il.; graf.; tab.; 30 cm.

Dissertação Mestrado em Gestão Integrada do Território. UNIVALE – Universidade do Vale do Rio Doce, 2016.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Celeste Reis Fernandes de Souza

1 Jovem – Vulnerabilidade. 2 Juventude - Projeto. 3 Educação - Sociologia. I. Título Governador Valadares - MG. Título II. Profa. Dra. Maria Celeste Reis Fernandes de Souza

CDD 305.235

Dedico este trabalho à minha irmã Fabiane Dias Amorim e ao meu irmão Jó Dias Costa Júnior, que sonharam junto comigo, disseram palavras animadoras e sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar saúde, inteligência (nas palavras de Salomão no livro de Provérbios) e sensibilidade para esta investigação que tanto sonhei.

Agradeço à minha mãe pelas orações e por entender que meu tempo esteve dividido entre estudos e família.

Agradeço ao meu marido por me apoiar, por compreender a importância da realização desse sonho na minha vida e por demonstrar seu amor ao me esperar, e ao ter paciência com os meus tempos, que se constituíram de outras maneiras durante esse período de estudo.

Agradeço à minha orientadora, ex e eterna professora, madrinha de casamento e inspiradora Mestre, por dedicar seu tempo compartilhando comigo seus conhecimentos; por me incentivar, desde a Graduação, a ingressar para o campo da pesquisa; e por me acalmar com suas sábias palavras. Ela que esteve comigo, quando eu, na condição de bolsista de iniciação científica do curso de Pedagogia, vivi minha primeira experiência com a pesquisa; que compôs banca de avaliação no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Graduação em Pedagogia; que propiciou a minha inserção na docência do Ensino Superior; que sempre foi e é minha referência profissional.

Agradeço aos/às colegas do Programa Fica Vivo!; à Diretoria, por acreditar que a pesquisa tem um sentido para o Programa; às analistas, em especial à Luísa Barroso de Carvalho Coelho e à Franciara de Freitas Lopes Zuqueto, por contribuírem com a busca pelos jovens e na disponibilização de documentos a serem analisados; à Flávia Ramos Cabral Reis, técnica administrativa, por me fazer companhia no CPC, depois do expediente, enquanto eu esperava os/as jovens a serem entrevistados; aos funcionários/as, por colaborarem para que eu traçasse o perfil social dos jovens.

Agradeço aos jovens do FV! CPC Turmalina, por compartilharem suas experiências juvenis comigo e por me ensinarem tanto.

Agradeço aos/às professores/as do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Gestão Integrada do Território, que contribuíram para a construção de novos conhecimentos desta trajetória investigativa.

Agradeço a todos/as que de alguma forma contribuíram para que esse sonho se realizasse.

Como não externar meu reconhecimento à querida Profa. Dra. Maria Cecília Pinto Diniz, que, infelizmente, nos deixou no início deste ano, por ter sido essa pessoa que me estimulou a entrar para o Programa e me orientou nos primeiros passos dessa caminhada? Minha professora e minha orientadora, minha amiga e minha colega de profissão. Professora com quem aprendi muito e com quem compartilhei conhecimentos, saberes, trabalhos aprovados, mesas de debates, Simpósios e Congressos. Educadora que me inspirou a ver o outro com um olhar mais sensível e sempre defendeu, junto comigo, que a educação pode contribuir para a mudança de realidades.

RESUMO

Esta investigação tem como cenário o debate sobre juventude e vulnerabilidades, e se propõe a compreender a constituição das experiências juvenis no programa Fica Vivo!. Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar, pois a análise pretendida ultrapassa o campo da Educação e busca elementos da Sociologia da Juventude, em diálogo com perspectivas teóricas dos Estudos Territoriais. O estudo realizado em abordagem qualitativa-quantitativa tem como campo a base local do Fica Vivo!, no bairro Turmalina em Governador Valadares. Optou-se por trabalhar com jovens de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, por considerar que eles têm uma maior trajetória no Programa, e por se manterem vivos em territórios de vulnerabilidade. Os dados empíricos foram coletados por meio da análise de documentos, de questionário que traçou o perfil social de 30 (trinta) jovens de ambos os sexos, na faixa etária selecionada, e por meio da realização de entrevistas com 07 (sete) jovens. A análise considerou a condição juvenil e os territórios de vulnerabilidade – o mercado de trabalho, o lazer e a violência, e suas vertentes vulnerabilizantes. Os resultados do estudo possibilitam refletir sobre os múltiplos territórios nos quais os jovens transitam e constroem suas experiências juvenis cerceados pelas barreiras invisíveis que demarcam esses territórios. Nesse contexto, o Fica Vivo! se mostra como um território significativo para os jovens pelas possibilidades de interação com o outro jovem, pela relação que estabelecem com os/as oficinairos que atuam no Programa e por se constituir um território aberto, flexível e protetor. O estudo aponta, ainda, que, mesmo em territórios vulneráveis, os jovens constroem possibilidades de vida, configuram territórios, imprimem neles suas marcas, vivenciam suas territorialidades e acreditam em possibilidades. Esses resultados evidenciam a importância de ações protetivas e educadoras em territórios marcados pelas violências e criminalidade, e que considerem, em suas proposições, o debate sobre juventude, e busquem uma inserção efetiva no território, tornando-se parte dele.

Palavras-chave: Juventudes. Experiências Juvenis. Territórios. Vulnerabilidades.

ABSTRACT

This research has the debate about youth and vulnerabilities as scenario, and aims to understand the constitution of youth experiences in the program "Stay Alive!". It is an interdisciplinary research, since the intended analysis goes beyond the field of Education and seeks elements of the Sociology of Youth, in dialogue with theoretical perspectives of Territorial Studies. The qualitative-quantitative approach takes place on the local base of "Stay Alive!", in the Turmalina neighborhood of Governador Valadares. It was decided to work with young people from 18 (eighteen) to 24 (twenty-four) years old, considering that they have a longer trajectory in the Program, and that they remain alive in vulnerable territories. Empirical data were collected through an analysis of documents, a questionnaire that traced the social profile of 30 (thirty) young people from both sexes, in the selected age group, and through interviews with 07 (seven) young people. The analysis has considered the juvenile condition and the territories of vulnerability - the labor market, leisure and violence, and its vulnerable aspects. The results of the study make it possible to reflect on the multiple territories in which young people transit and build their own youth experiences constrained by the invisible barriers that demarcate these territories. In this context, "Stay Alive!" presents itself as a significant territory for young people because of the possibilities of interaction with the other young person, the relationship they establish with the office workers who act in the Program, and because it constitutes an open, flexible and protective territory. The study also points out that, even in vulnerable territories, young people build life possibilities, set up territories, imprint their marks on them, experience their territorialities and believe in possibilities. These results highlight the importance of protective and educative actions in territories marked by criminalities and violence, and that consider, in their proposals, the debate on youth, and seek an effective insertion in the territory, becoming part of it.

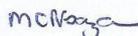
Keywords: Youths. Youth Experiences. Territories. Vulnerabilities.

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais – NEHT/Univale
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

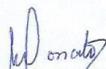
ANA LÍDIA CRISTO DIAS

JUVENTUDES E TERRITÓRIOS: constituição das experiências juvenis no
Programa Fica Vivo! em Governador Valadares/MG

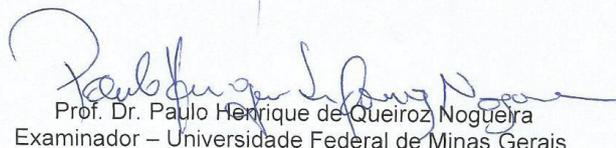
Dissertação aprovada em 30 de
novembro de 2016, pela banca
examinadora com a seguinte
composição:



Prof.^a Dr.^a Maria Celeste Reis Fernandes de Souza
Orientadora - Universidade Vale do Rio Doce



Prof.^a Dr.^a Eunice Maria Nazareth Nonato
Examinadora – Universidade Vale do Rio Doce



Prof. Dr. Paulo Henrique de Queiroz Nogueira
Examinador – Universidade Federal de Minas Gerais

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território - GIT

**ATA DA BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado DE
ANA LÍDIA CRISTO DIAS**

Matrícula Nº 45.684

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis (30/11/2016), às 13h (treze horas), no Auditório A do Edifício ED2 da Universidade Vale do Rio Doce, reuniu-se a Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado intitulada “JUVENTUDES E TERRITÓRIOS: constituição das experiências juvenis no Programa Fica Vivo! em Governador Valadares/MG” Linha de Pesquisa: Território, Migração e Cultura, elaborada pela aluna **Ana Lídia Cristo Dias**. A comissão julgadora foi composta pelas professoras Doutoras Maria Celeste Reis Fernandes de Souza – UNIVALE, (Orientadora), Eunice Maria Nazareth Nonato - UNIVALE e pelo Prof. Dr. Paulo Henrique de Queiroz Nogueira - UFMG. Abrindo a sessão, a presidente da Comissão, Prof.^a Dr.^a Maria Celeste Reis Fernandes de Souza após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulares do Trabalho Final, passou a palavra a mestrande Ana Lídia Cristo Dias para apresentação de sua Dissertação. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestrande e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora consideraram por unanimidade a Dissertação Aprovada fazendo as seguintes observações: A mestrande cumpriu os objetivos propostos. O mérito do trabalho é abarcar no contexto territorial dinâmicas de inserção e circulação de jovens em políticas de promoção da juventude em situação de vulnerabilidades contribuindo para o debate da educação social ao tratar das dinâmicas educativas.

Em seguida o resultado foi comunicado publicamente a candidata pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou-se a presente Ata que será assinada por todos os membros da comissão Examinadora.

Governador Valadares, 30 de novembro de 2016.


Prof.^a Dr.^a Maria Celeste Reis Fernandes de Souza
Orientadora


Prof.^a Dr.^a Eunice Maria Nazareth Nonato
Examinadora


Prof.^a Dr.^a Paulo Henrique de Queiroz Nogueira
Examinador

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos CPC's de Base local e de Base Municipal por cidade ..	49
Tabela 2 – Quadro de Oficinas – Turmalina 2016	18
Tabela 3 – Quadro de Oficinas – Planalto 2016	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de Adolescentes e Jovens do FV! do CPC Turmalina por Idade	79
Gráfico 2 – Sexo dos Jovens do FV! do CPC Turmalina	86
Gráfico 3 – Idade dos Jovens do FV! do CPC Turmalina	86
Gráfico 4 – Naturalidade dos Jovens do FV! do CPC Turmalina	87
Gráfico 5 – Estado Civil dos Jovens do FV! do CPC Turmalina	88
Gráfico 6 – Bairro de Moradia dos Jovens do FV! do CPC Turmalina	88
Gráfico 7 – Distância entre a residência dos Jovens do FV! do CPC Turmalina e o local da Oficina	89
Gráfico 8 – Nível de Escolaridade dos Jovens do FV! do CPC Turmalina	90
Gráfico 9 – Com Quem os Jovens do FV! do CPC Turmalina Moram	91
Gráfico 10 – Os Jovens do FV! do CPC Turmalina têm Filhos?	91
Gráfico 11 – Quantidade de Filhos dos Jovens do FV! do CPC Turmalina	92
Gráfico 12 – Os Jovens do FV! do CPC Turmalina têm Experiência no Mercado de Trabalho?	92
Gráfico 13 – Oficinas que os Jovens do FV! do CPC Turmalina Participam	93
Gráfico 14 – Tempo de Permanência dos Jovens nas Oficinas do FV! do CPC Turmalina.....	94

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Principais bairros de Governador Valadares – 2011	73
--	----

LISTA DE SIGLAS

AMBAT – Associação dos Moradores do Bairro Turmalina
ASCANVI – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Viva
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CEAPA – Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas
CONSEP – Conselho Comunitário de Segurança Pública
CPC – Centro de Prevenção à Criminalidade
CPEC – Coordenadoria de Prevenção Social à Criminalidade
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
EF – Ensino Fundamental
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EM – Ensino Médio
ES – Ensino Superior
ESF – Estratégia de Saúde da Família
FV! – Programa Fica Vivo!
GEPAR – Grupo Especializado em Policiamento em Área de Risco
GIE – Grupos de Intervenção Estratégica
HBB – Programa Habitar Brasil/BID
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHA – Índice de Homicídios na Adolescência
LAD – Laboratório de Didática
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEI – Microempreendedor Individual
NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NIESD – Núcleo de Estudos Interdisciplinares
ONG – Organização Não Governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCC – Primeiro Comando da Capital
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PMC – Programa Mediação de Conflitos
PME – Programa Mais Educação
PMGV – Prefeitura Municipal de Governador Valadares
PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PRESP – Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional
PRONASCI – Plano Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social
SESP – Secretaria de Estado de Segurança Pública
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SPEC – Superintendência de Prevenção Social à Criminalidade
SUPEC – Subsecretaria de Políticas de Prevenção à Criminalidade
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UNIVALE – Universidade Vale do Rio Doce

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 – JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E VULNERABILIDADES	23
1.1 JUVENTUDE(S) E TERRITÓRIO(S)	23
1.2 JUVENTUDES E VULNERABILIDADES	34
CAPÍTULO 2 – A POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	45
2.1 SITUANDO A POLÍTICA DE PREVENÇÃO	45
2.2 O PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS – FICA VIVO! (FV!)	50
2.2.1 A proteção social no Programa Fica Vivo!	53
2.2.2 A intervenção estratégica no Programa Fica Vivo!	58
CAPÍTULO 3 – ANDANÇAS DE UMA PESQUISADORA EM TERRITÓRIOS JUVENIS	61
3.1 UMA APROXIMAÇÃO PELOS TERRITÓRIOS POR ONDE TRANSITAM JOVENS	61
3.2 PERCURSO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS JUVENIS NO PROGRAMA FICA VIVO! (FV!) EM GOVERNADOR VALADARES/ MG	65
CAPÍTULO 4 – O PROGRAMA FICA VIVO! (FV!) E OS JOVENS EM GOVERNADOR VALADARES/ MG	71
4.1 O PROGRAMA FICA VIVO! (FV!) EM GOVERNADOR VALADARES/ MG	71
4.2 OS JOVENS DO FV! DO CPC TURMALINA	79
CAPÍTULO 5 – EXPERIÊNCIAS JUVENIS NO PROGRAMA FICA VIVO! (FV!) .	104
5.1 ALGUMAS DIFERENÇAS ENTRE OS/AS JOVENS	105
5.2 TRABALHO, ESCOLA E MUNDO DA CULTURA: TERRITÓRIOS DA CONSTITUIÇÃO DA CONDIÇÃO JUVENIL	108
<i>O trabalho</i>	108
<i>A escola</i>	113

<i>O mundo da cultura</i>	116
5.3 OS SIGNIFICADOS QUE OS JOVENS ATRIBUEM ÀS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NO PROGRAMA FICA VIVO! (FV!)	120
5.3.1 Oficineiros/as: uma referência positiva para o jovem do FV!	124
5.4 EXPECTATIVAS DOS JOVENS DO FV! DO CPC TURMALINA	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	134
ANEXOS	141

INTRODUÇÃO

Esta investigação tem como cenário o debate sobre juventude e vulnerabilidades e se propõe a compreender a constituição das experiências juvenis no Programa Fica Vivo!. Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar, pois a análise pretendida ultrapassa o campo da Educação e busca elementos da Sociologia da Juventude, em diálogo com perspectivas teóricas dos Estudos Territoriais.

Compreende-se, neste estudo, a pluralidade que o termo juventude abarca. Por isso, adota-se, aqui, “juventudes”, considerando a diversidade dos modos de ser jovem e os sentidos que eles atribuem à vida. Defendemos, assim, que não há uma juventude e, sim, jovens como sujeitos que experimentam determinados contextos socioculturais, como se afirma no debate da Sociologia da Juventude.

As juventudes revelam a condição juvenil em suas diversidades e singularidades, o que nos possibilita refletir, também, sobre os diferentes territórios nos quais os jovens transitam, vivenciam e imprimem as suas marcas, como os territórios da escola, do trabalho e da cultura. Neles se encontram especificidades e singularidades da condição juvenil, ou seja, a constituição das experiências juvenis.

Ao considerarmos que trabalho, escola e mundo da cultura são territórios, estamos levando em conta que são espaços de relações sociais e culturais impregnados de relações de poder. Nesses territórios, os jovens traçam lutas, conquistas, desafios; enfim, constroem e vivenciam suas territorialidades em diferentes contextos sociais, econômicos e políticos.

Na constituição desses territórios, encontram-se diferentes âmbitos de vulnerabilidade, nos quais, os jovens das camadas populares, especialmente, se veem imersos em função das desigualdades econômicas e sociais. Neste trabalho, argumenta-se que vulnerabilidade está para além da pobreza ou da exclusão, uma vez que estar em situação de vulnerabilidade é estar em uma situação que não se controla; é estar sujeito a determinado contexto.

Como campo de pesquisa desta investigação, definiu-se o Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! (FV!)¹, que será referenciado, neste trabalho, como Fica Vivo! (FV!). Esse Programa compõe a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade do Estado de Minas Gerais e é mantido pela Secretaria de

¹ O ponto de exclamação é parte do nome do Programa, ou seja, assim intitulado por seus idealizadores.

Estado de Segurança Pública (SESP).

Em Governador Valadares, a Política de Prevenção é implementada em três Centros de Prevenção à Criminalidade (CPC), dois de base local, denominados CPC Turmalina e CPC Carapina – situados nos bairros Turmalina e Santa Helena, respectivamente – e um de base municipal – localizado no bairro de Lourdes. Nossos estudos concentraram-se no CPC Turmalina.

A escolha por investigar jovens em territórios de vulnerabilidade se deu em função da minha formação e atuação profissional com a juventude. Como pedagoga, minha trajetória profissional vem se construindo no campo de gestão de programas/projetos sociais de cunho educativo, no âmbito da infância e da adolescência, da juventude e da segurança pública. Além disso, ao lecionar no Ensino Superior, foi possível orientar estágios em espaços educativos não escolares e o conjunto dessas experiências possibilitou refletir, compreender e desejar ampliar tal compreensão sobre a temática da juventude, especialmente, dos jovens em situação de vulnerabilidade.

Por isso, ao ingressar no Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Gestão Integrada do Território, já existia a intenção de pesquisar essa temática.

Vale salientar que, em junho deste ano, ao ser selecionada para atuar como gestora dos CPC's Carapina e Turmalina, foi possível construir uma nova visão do campo de pesquisa, bem como do objeto de estudo: os jovens do FV! do CPC Turmalina. O FV! tem como intuito prevenir e reduzir os homicídios dolosos de adolescentes e jovens, entre 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) anos, moradores de áreas onde esses crimes se concentram.

As Oficinas de Esporte, Cultura e Arte têm sido o “carro-chefe” do Programa, devido à visibilidade conquistada, no bairro Turmalina, nos últimos 10 (dez) anos. Contudo, o FV! também abarca atividades que incluem a Análise da Dinâmica Social das Violências e da Criminalidade; Jovens Multiplicadores; Atendimentos Individuais; Projetos Locais, de Circulação e (Inter) Institucionais; Fóruns Comunitários que são práticas que compõem o Eixo de Proteção Social do FV!. O Eixo de Intervenção Estratégica é composto pela operacionalização de Policiamento Preventivo Especializado e a formação e funcionamento de Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) (MINAS GERAIS, 2015).

Diante disso, em uma análise da produção acadêmica, que tem o FV! como objeto de estudo, foram encontrados 10 (dez) trabalhos. A análise empreendida

evidenciou que a maior parte dessas escritas tem como foco a prevenção à criminalidade – ou seja, a redução dos índices de violência – e a gestão do Programa. Nesse conjunto, destacam-se as pesquisas realizadas por Geber (2010), Silveira *et al* (2010), Santos e Isayama (2014), Ferreira (2014), que apontam, em suas conclusões, para a necessidade de se compreender o jovem como sujeito social.

Entretanto, encontrou-se uma lacuna, nesses estudos, no que tange ao direcionamento para uma preocupação com o perfil dos jovens que frequentam as ações do Programa, ou com o que esperam esses jovens, ou que possibilidades educativas essas políticas abrem para a juventude. Constata-se, portanto, a necessidade de análise desse Programa em diálogo com as questões da juventude (perfil, condição juvenil, expectativas presentes e futuras). Além disso, o contato com a literatura no campo dos Estudos Territoriais possibilitou compreender a importância do Território como constituinte das nossas vidas, portanto, da vida dos jovens do Fica Vivo!

Diante do exposto, define-se como *questão direcionadora* deste estudo: Como se constituem as experiências juvenis no Programa Fica Vivo! em Governador Valadares/MG?

Define-se como objetivos do estudo:

Objetivo geral: - Compreender a constituição das experiências juvenis no Programa Fica Vivo!, do CPC Turmalina, em Governador Valadares/MG.

Objetivos específicos:

- Traçar o perfil social dos jovens no que diz respeito à idade, escolaridade, sexo, situação no mercado de trabalho;
- Identificar as possibilidades educativas que o Programa Fica Vivo! apresenta para os jovens que frequentam suas ações;
- Compreender os significados que os jovens atribuem às experiências vivenciadas no Programa;
- Conhecer a condição juvenil a partir de relatos dos jovens que frequentam as atividades do Programa, bem como suas expectativas presentes e futuras.

Ao buscar responder os anseios supracitados, empreendeu-se, então, uma pesquisa de abordagem qualitativa-quantitativa (FLICK, 2013), uma vez que, além de levantar dados numéricos e representativos sobre os jovens do FV! do CPC Turmalina, propõe-se uma análise aprofundada de questões específicas da condição juvenil; e por não considerar como prioridade a quantidade de jovens pesquisados

mas, sim, o que os dados coletados revelam, bem como seus símbolos e seus significados, ou seja, compreender os processos e os sujeitos.

Optou-se por trabalhar com jovens de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro anos) por considerar que eles têm uma maior trajetória no Programa, e por se manterem vivos em territórios de vulnerabilidade. Os dados empíricos foram coletados por meio da análise de documentos, de questionário, que traçou o perfil social de 30 (trinta) jovens de ambos os sexos, na faixa etária selecionada, e por meio da realização de entrevistas com 07(sete) jovens. A análise considerou a condição juvenil e os territórios de vulnerabilidade – o mercado de trabalho, o lazer e a violência, e suas vertentes vulnerabilizantes.

As reflexões empreendidas neste estudo encontram-se organizadas em 05 (cinco) capítulos.

O Capítulo 1 discute juventude(s) e território(s), evidenciando o modo plural como a juventude tem sido compreendida, e aponta para a existência de múltiplos territórios nos quais os jovens transitam e constroem suas experiências juvenis. Argumenta-se sobre a constituição dos territórios de vulnerabilidades nos quais, os jovens das camadas populares, de modo especial, se veem imersos em função das desigualdades econômicas e sociais.

O Capítulo 2 se propõe a situar a Política de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais, gerida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP); e que é composta por 04 (quatro) Programas, dentre os quais encontra-se o Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! (FV!), campo de estudo desta investigação. Essa política se propõe a pensar a segurança pública como uma política social que investe na qualidade de vida das pessoas.

O Capítulo 3 apresenta a caminhada da pesquisadora em territórios por onde transitam os jovens, a inserção no território como gestora social do CPC Turmalina, e os conhecimentos teóricos construídos como pesquisadora. A entrada “nesses territórios” contribui para uma reflexão das minhas experiências com a juventude. É explanado, ainda, o percurso metodológico deste estudo, que é marcado pelas emoções que transformaram meus olhares como pesquisadora, e as análises nas quais nos envolvemos².

O Capítulo 4 situa o Programa FV! em Governador Valadares. O Questionário,

² A adoção do plural em diferentes partes deste relatório busca contemplar a parceria com a orientadora deste estudo.

que traçou o perfil social dos jovens, possibilita analisar quem são esses jovens. Os dados mostram qual a faixa etária de prevalência, bem como o sexo, a quantidade de jovens e as modalidades ofertadas e as mais acessadas nas Oficinas do CPC Turmalina. Serão apresentados, ainda, dados sobre a escolaridade dos jovens e sua relação com o mercado de trabalho.

O Capítulo 5 apresenta as experiências juvenis no FV!. O material empírico analisado foram as entrevistas realizadas com os jovens e nas quais buscou-se capturar os significados que eles atribuem a essas experiências, o que eles/elas nos contam sobre a sua condição juvenil, suas expectativas presentes e futuras, as possibilidades educativas que identificam no Programa e como se movem nos territórios de vulnerabilidade nos quais transitam.

Por fim, o estudo aponta que mesmo em territórios vulneráveis, os jovens constroem possibilidades de vida, configuram territórios, imprimem neles suas marcas, vivenciam suas territorialidades e acreditam em possibilidades. Esses resultados evidenciam a importância de ações protetivas e educadoras em territórios marcados pelas violências e pela criminalidade, e que considerem, em sua proposição, o debate sobre juventude, e busquem uma inserção efetiva no território, tornando-se parte dele.

CAPÍTULO 1 – JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E VULNERABILIDADES

Este capítulo se propõe a correlacionar dois debates teóricos: a juventude e o território. É a reflexão sobre esses debates que possibilita apresentar os caminhos teóricos percorridos, neste estudo, para compreender a constituição das experiências juvenis no Programa Fico Vivo!

O capítulo se organiza em duas seções.

A primeira discute juventude(s) e território(s), evidenciando o modo plural como a juventude tem sido compreendida no campo da Sociologia da Juventude³, o que nos permite abordar três recortes constitutivos das experiências dos jovens (escola, trabalho e cultura). Esse modo plural também alcança o que no singular se denomina como território, refletindo, assim, em uma abordagem simbólica e cultural sobre a maneira como os jovens constroem e significam os espaços nos quais transitam.

A segunda seção se propõe a refletir sobre jovens e vulnerabilidades. A partir dessa reflexão, argumenta-se sobre a constituição dos territórios de vulnerabilidades nos quais, os jovens das camadas populares, de modo especial, se veem imersos em função das desigualdades econômicas e sociais. Nesses territórios também se apresentam como desafiadores, para os jovens, as experiências de lazer, de trabalho e as andanças pelas ruas, em função das situações de violência às quais eles se encontram expostos.

Por fim, aponta-se no capítulo para a existência de múltiplos territórios nos quais os jovens transitam e constroem suas experiências juvenis.

1.1 JUVENTUDE(S) E TERRITÓRIO(S)

Abordar a temática da juventude e a pluralização do termo “juventudes”, é adentrar em um debate que se faz na Europa e no Brasil em torno do qual há, pelo menos, três aspectos consensuais: “o enfraquecimento entre juventude e idade adulta, a individualização dos valores pelos jovens e a necessidade de raciocinar ao mesmo tempo em termos de *juventudes*, no plural, e de *juventude*, no singular” (CHARLOT, 2007, p. 203, grifos do autor).

³ Termo utilizado para designar um conjunto de estudos, na Europa e no Brasil, de autores do campo da sociologia que se dedicam a problematizar a naturalização do termo “juventude” e explicitar as condições, situações e singularidades vividas pelos jovens (CHARLOT, 2007).

Nessa perspectiva, o autor afirma a importância de se analisar a juventude como *condição* e as diferentes interpretações dessa condição compondo o mosaico Juventudes. Dayrell contribui para a compreensão da condição juvenil ao argumentar que “refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a essa condição, sua representação, e a forma como a situação é vivida no conjunto de realidades na sociedade, a condição social” (DAYRELL, 2011, p. 34).

Dayrell (2011) ressalta que a condição juvenil pode ser entendida a partir do que os/as jovens vêm construindo como experiências, mediante um contexto sociocultural mais amplo, que abarca algumas especificidades. Afirmamos, assim, que a condição juvenil é composta por diversidades e especificidades vividas (*em situação*), que revelam as distintas experiências juvenis.

Para além das diversidades, Charlot apresenta outro destaque no que se refere à compreensão da juventude: a contradição.

Para pensar a juventude, sempre há de pensar juntos os contrários. Daí decorre o fato de que a contradição permeia o discurso sobre os jovens e a juventude. Os jovens são herdeiros e inovadores, fracos e fortes, perigo e promessa, violência e inocência, desemprego e desenvolvimento, droga e pureza, dependência e disponibilidade, ou seja, para resumir o conjunto das contradições, os jovens são ao mesmo tempo problema e solução. (CHARLOT, 2006a, p. 2).

A afirmação do autor contribui para enfatizar que há características comuns e distintas entre os jovens. Uma, que é comum a adultos e jovens, referenciada por Charlot, é o fato de eles serem considerados jovens pelos adultos e por eles mesmos (CHARLOT, 2006a). As contradições evidenciadas pelo autor não devem ser objeto de escolha dos/as pesquisadores/as (entre um polo ou outro de discussão), mas deve-se pensá-las como compondo duas faces da mesma moeda.

E é nessa análise e afirmação da multiplicidade e de contradições da condição juvenil que se enfatiza a compreensão do jovem como sujeito (CHARLOT, 2006a; 2007); (DAYRELL, 2003; 2011). Nesse contexto, Dayrell (2003) convida seus leitores a olhar “os jovens para além dos grupos [...], buscando compreendê-los como sujeitos sociais, que como tais, constroem um determinado modo de ser jovem” (DAYRELL, 2003, p. 40).

Charlot, um dos autores referência para os argumentos de Dayrell, afirma que “do ponto de vista empírico e descritivo, não se encontra ‘a juventude’, encontram-se ‘jovens’” (CHARLOT, 2006, p. 3). Defendemos assim, com base nesses autores, que

existem diferentes jovens, que se auto-organizam em grupos, sejam eles de rap, torcidas, dentre outros, com recortes de gênero, de classe, de raça, geracionais, de lugar etc. Logo, não há um único modo *de ser jovem*.

Diante disso, os pesquisadores também categorizam os jovens por peculiaridades identificadas, nos estudos, como “iguais”. Nesse mesmo âmbito, encontra-se a sociedade adultocrata que vê a população juvenil em sua negatividade e tende a analisá-la destacando características que deveriam completar um determinado modo de ser jovem (DAYRELL, 2003).

Sustenta-se, então, que para entender a juventude, é preciso relacionar a noção de juventude à de sujeito social. E é nesse sentido que, para Dayrell (2003), os jovens são pessoas que sofrem, amam, pensam sobre suas experiências de vida e posicionam-se diante delas.

Com isso, defende-se que o jovem, como sujeito singular – que se apropria do social –, anseia, interpreta e dá sentido à sua vida e às relações que mantém com o outro, com o mundo e consigo mesmo, como defende Charlot em seus estudos (CHARLOT, 2001; 2006a; 2007).

Dayrell e Paula (2011) argumentam que “na realidade, não há tanto uma juventude e sim jovens, enquanto sujeitos que a experimentam e sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem” (DAYRELL e PAULA, 2011, p. 37). Portanto, no cotidiano e nas pesquisas sobre juventude “não se encontra ‘a juventude’, encontram-se ‘jovens’” (CHARLOT, 2006a, p.3) que experienciam diferentes modos de vida, sob determinadas condições históricas e sociais. Ou seja, condição vivida por jovens em distintas situações. Logo, juventude é uma condição variável, com marcadores sociais diversos (étnicos, de gênero, de classe, religiosos, de escolaridade, de geração, dentre outros)

Já o emprego da expressão no plural (juventudes) se dá quando envolve a união dessas relações, ou seja, as várias maneiras coletivas de ser jovem; é a forma de viver a condição juvenil. Entende-se, pois, a “...juventude como condição e [as] juventudes como interpretações situacionais dessa condição...” (CHARLOT, 2007, p. 218).

Nesse sentido, Charlot destaca a necessidade de:

[...] contemplar os jovens como sujeitos singulares produzindo um trabalho de interpretação do que é ser jovem (no sentido em que se diz que o ator interpreta um papel ou que o músico interpreta uma obra) e, ainda,

engajando-se em negociações consigo a esse respeito (CHARLOT, 2007, p. 209).

Logo, nas problematizações sobre juventude deve se levar em conta a percepção e o conhecimento da realidade do jovem, além da compreensão das distintas formas como eles/elas constroem os significados que atribuem à sua vida.

Ainda nesse contexto de compreender os jovens, Dayrell (2003) alerta que

[...] nos deparamos no cotidiano com uma série de imagens a respeito da juventude que interferem na nossa maneira de compreender os jovens. Uma das mais arraigadas é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é um 'vir a ser', tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente. Sob essa perspectiva, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, *o que ainda não chegou a ser* (Salem, 1986), negando o presente vivido. Essa concepção está muito presente na escola: em nome do 'vir a ser' do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende-se a negar o presente vivido do jovem como espaço válido de formação, assim como as questões existenciais que eles expõem, bem mais amplas do que apenas o futuro. (DAYRELL, 2003, p. 40-41, grifos do autor).

No que tange à questão do “vir a ser” supracitada – compreensão essa que a população adultocrata faz dos jovens –, ela contribui para uma visão de juventude ligada a um processo de transição, um tempo de passagem, e não como um momento determinado da vida, em um esquecimento do presente. Essa visão é colocada em evidência pela escola, como reflete o autor, quando sua organização remete ao diploma, à inserção no mercado de trabalho e a um projeto de futuro. É como se os adultos não valorizassem “o ser jovem” hoje, ou seja, as especificidades que cada sujeito e os grupos juvenis traz/em.

Ao refletirmos sobre os/as jovens que participam do Fica Vivo!, buscamos também outros elementos do debate sobre juventude que nos parecem pertinentes: a relação juventudes/educação; juventudes/trabalho e juventudes/cultura.

Carrano (2003) problematiza as preconcepções do adulto sobre o jovem e que contribuíram para criar a “juventude”, portanto, uma categoria sociológica inventada pelos adultos. Na década de 1980, Bourdieu chamava a atenção para essa invenção ao afirmar que a juventude era apenas uma palavra construída socialmente na luta entre jovens e adultos (BOURDIEU, 1983). Entende-se, pois, que a juventude é uma invenção da modernidade. Tal invenção também se presta, na contemporaneidade, a interesses mercadológicos que identificam, nos/as jovens, “consumidores/as”. Nesse sentido, a mídia veicula padrões estéticos com vistas ao consumo e que impactam a

vida da população juvenil no sentido de desejarem se sentir parte desse mundo (CARRANO, 2003; ABRAMOVAY, CASTRO e WAISELFISZ, 2015).

Ir à escola e concluir níveis de ensino que permitam acessar o mercado de trabalho, para os jovens das camadas populares, segundo Sposito (1993) e Franzoi (2010), tem sido um dos caminhos para o jovem ter acesso ao mundo do consumo. Contudo, é importante salientar que, apesar de a escola possibilitar a inserção no mercado de trabalho, na visão dos jovens – há autores que afirmam que – ela não potencializa ascensões profissionais (SPOSITO, 1993).

A escola tem sido vista pelos jovens como uma obrigação que eles suportam, pois a falta do diploma diminui as possibilidades de inserção no mundo do trabalho e, conseqüentemente, dificulta o acesso à indústria do consumo (moda, adornos, locais de lazer, dentre outros) (DAYRELL, 2003).

Os estudos de Charlot mostram que a escola tem mais de um sentido para os jovens (CHARLOT, 2001, 2006, 2009). Ao mesmo tempo em que ela é vista como espaço de se aprender a “...ser alguém na vida...” (CHARLOT, 2001, p. 46), também aparece como instituição que não lhes possibilita aprendizagens efetivas, as quais o autor denomina de intelectuais e escolares (CHARLOT, 2009). Para os jovens, o espaço escolar é “... lugar de encontro, um dos poucos lugares onde podem ir e vir...” (CHARLOT, 2001, p. 45), valorizado, portanto, como espaço de aprendizagens relacionais e afetivas (CHARLOT, 2001; 2009).

A relação dos jovens com o mundo do trabalho também não marca positivamente a vida dessa população, conforme os autores pesquisados (SPOSITO, 1993; DAYRELL, 2003; CHARLOT, 2006a; FRANZOI, 2010). Segundo Sposito (1993), normalmente, os jovens iniciam sua vida profissional como office-boys – e, não necessariamente, no que gostam de trabalhar – ou em “bicos”, comumente ligados à área cultural, como atividades relacionadas à produção musical e ao canto (DAYRELL, 2003; FRANZOI, 2010; CORROCHANO, 2014).

Assim, para muitos jovens, a relação com o trabalho se dá de forma frágil. Trabalhar, para os jovens pesquisados por Dayrell (2003), está ligado à vida adulta. E ser adulto é abrir mão da alegria, pois resume-se a trabalhar e a ganhar pouco dinheiro.

Além disso, Castro e Abramovay (2002) ressaltam que os jovens – e suas famílias também – anseiam por emprego, pois o trabalho é uma preocupação

constante. Preocupação essa que se reflete tanto no sentido de vê-lo como referência importante para a vida, quanto no contexto do desemprego.

É possível, contudo, vislumbrar outras perspectivas e outras relações dos jovens com a escola e com o mundo do trabalho, quando relacionados ao mundo da cultura, que, por sua vez, possibilita espaços, tempos e experiências significativas para os jovens (DAYRELL, 2003). O RAP é um componente desse mundo da cultura, segundo Sposito (1993), que dá outros significados para a escola e para o mundo do trabalho:

Embora não encontrem na escola reais possibilidades de assimilação do conhecimento e não construam expectativas de ascensão profissional mediante a escolaridade, realizam uma espécie de reapropriação imaginária do universo escolar. Nesta trajetória reiteram a necessidade do *rapper* manter-se 'bem informado' e, portanto, valorizam uma atitude de busca daquele conjunto de saberes supostamente oferecidos pelo ensino. Escola e conhecimento se tornam importantes porque assegurariam o desenvolvimento do RAP, que depende da apropriação e do domínio de informações: 'Geralmente os *rappers* cantam sobre o que sabem e se o conhecimento é limitado, o RAP eventualmente será limitado' (SPOSITO, 1993, p. 174, aspas e grifos da autora).

A partir dessa ótica, de "reapropriação imaginária do universo escolar", os conhecimentos escolares servem para construir outras probabilidades para os jovens em relação ao mundo do trabalho. Isso se concretiza via RAP⁴, quando os jovens validam esses conhecimentos na escrita das letras das músicas; e, as possibilidades de os *rappers* serem mais valorizados no mundo da cultura.

Como o RAP tem sua gênese no mundo da exclusão, ele coloca em evidência conflitos geracionais e raciais, além de alertar para condições de vida de pessoas e comunidades trabalhadoras. As letras das músicas, comumente, elucidam a discriminação vivenciada pelos jovens no que tange às diminuídas chances de trabalho e emprego, aos obstáculos com a escola, e até mesmo aos conflitos vividos no mundo das drogas, da violência e da criminalidade (SPOSITO, 1993; DAYRELL, 2002).

Assim como o RAP, o Graffiti também é um componente do mundo da cultura – valorizado pelos jovens – que está ligado às desigualdades sociais. Conforme Sposito (1993), o Graffiti é uma "... forma visual de ocupação do espaço urbano" (SPOSITO, 1993, p. 169). É uma maneira, encontrada pelos jovens, de expressarem pela arte o que pensam, o que vivenciam e os significados que atribuem à vida.

⁴ Para aprofundar em estudos sobre o RAP, sugere-se conferir Sposito (1993) e Dayrell (2002).

Outro elemento desse mundo cultural juvenil é o Hip Hop. De acordo com Dayrell (2003), esse ritmo possibilita ao jovem uma construção de visão de mundo, aumenta a rede de relações sociais, interfere em comportamentos e valores, assim como no estilo de vida, além de propiciar a descoberta de potencialidades artísticas e o “... domínio do espaço urbano além do bairro...” (DAYRELL, 2003, p. 45).

O Funk também é citado pelos pesquisadores (SPOSITO, 1993; DAYRELL 2002, 2003) no que diz respeito ao mundo cultural. Conforme argumenta Dayrell (2003), por um lado ele propicia práticas de sociabilidade e a ligação da galera com o bairro; por outro, ele constrói símbolos (cortes de cabelo, roupas, bijuterias, linguagem, demarcação de lugares, etc.) que se tornaram referência para estruturar uma condição juvenil (DAYRELL, 2003).

Defende-se, então, que o jovem revela a situação juvenil muito mais no mundo da cultura, uma vez que este se apresenta mais aberto para esse público e permite que eles se construam como sujeitos. Logo, os outros espaços sociais – escola e mundo do trabalho –, aqui citados, se mostram menos democráticos no tocante à entrada juvenil e no reconhecimento da pluralidade do que se considera ser jovem (DAYRELL, 2003).

Diante do exposto, acreditamos que conhecer os territórios que os jovens frequentam, e o uso que fazem destes, é relevante para a compreensão das experiências juvenis, bem como o modo como eles vivenciam e aprendem nos múltiplos territórios nos quais transitam e imprimem suas marcas:

Pensar o tema territórios e juventudes exige pensar a maneira como os jovens constroem e dão significado aos espaços, através dos locais que frequentam, dos estilos de vida, da produção de culturas juvenis, dos padrões de consumo, das relações e da sociabilidade. Exige também pensar de que forma os espaços vividos, construídos e (re) significados pelos jovens influenciam suas escolhas e seus modos de vida (ALVES e OLIVEIRA, 2014, p. 18).

Ao tratar das experiências juvenis, faz-se necessário defender o território como construído socialmente pelos sujeitos em suas relações entre indivíduos e grupos, que evidenciam interesses, conflitos e relações de poder. Por isso, acredita-se que conhecer os territórios pelos quais os jovens transitam e compreender o valor atribuído a esse território, possibilitará uma compreensão de seus modos de ser e estar no mundo.

Para Haesbaert (2007a), a origem da palavra território está ligada etimologicamente a *terra-territorium* e relacionada a *térreo-terror* (terror, aterrorizar),

vinculando-se, assim, ao conceito de dominação (jurídico-política) da terra, em que uns apropriavam-se da mesma e outros nela eram proibidos de entrar. Território, pois, está sempre associado ao poder. Poder num sentido mais amplo (simbólico), para além do poder político (dominação).

Entende-se, então, que o território envolve relações de dominação (poder material) e/ou apropriação (poder simbólico) (HAESBAERT, 2007a). As abordagens conceituais de território, segundo Haesbaert e Limonad (2007), são organizadas em três vertentes básicas:

Dimensão político-jurídica: território como espaço delimitado controlado sobre/por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de carácter estatal.

Dimensão cultural (ista): território como produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através do imaginário e/ou da identidade social.
Dimensão econômica (muitas vezes economicista) minoritária: (des) territorialização é vista como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT, 2007a, p. 45).

Apesar da existência das três dimensões, no que tange ao território, optou-se por trabalhar, nesta investigação, com a dimensão cultural (ista) – também referenciada como simbólico-cultural – pela sua adequação à análise do objeto de estudo. É a partir do olhar do território como simbólico e cultural que é possível compreender como os sujeitos organizam o espaço, se organizam nele e dão sentido às suas vivências, moldando o território a partir de controles simbólicos.

A dimensão simbólico-cultural do território se constitui de relações sociais e culturais. Nela é possível o reconhecimento da pluralidade e de relações de poder para além de órgãos e/ou instituições com poder legitimados (HAESBAERT, 2007a). Os sujeitos “dão vida” ao território a partir de suas culturas, suas identidades, suas vivências e suas distintas visões de mundo. Nesse caso, é valorizado o poder dos agentes locais; e não a concentração do poder em uma pessoa/órgão/instituição. Com isso, as relações sociais definem as de poder, que são indispensáveis para a efetivação de um território (HAESBAERT, 2003, 2006, 2007a, 2007b, 2008).

O território, na vertente aqui enfatizada, tem uma dimensão que vai além da materialidade, pois se constitui nos grupos e nas relações. Logo, o território se revela à medida que se vive nele e conforme se vive nele, ou seja, é o sentido que cada grupo atribui ao seu espaço vivencial. Sua constituição se relaciona, pois, ao sujeito em sua relação com o outro (no coletivo) e com o lugar em si (objetos, limites

geográficos, paisagens, equipamentos sociais, formas de vida, condições habitacionais, acesso a direitos, etc.).

Essa construção coletiva, esses modos de ser e estar no mundo são chamados pelos estudiosos dos Estudos Territoriais de “territorialidade” (HAESBAERT, 2007a). É a territorialidade que dá vida ao território. Quem a faz são os sujeitos, a partir de suas culturas e visões de mundo. A territorialidade envolve ação/ões de um indivíduo ou de um grupo para ocupar, usar e controlar o território. A territorialidade compõe a dimensão simbólico-cultural do território.

Saquet e Sposito (2008) também possibilitam uma análise do conceito de territorialidade. Para eles, a territorialidade possui multidimensões ligadas à vida em sociedade. Vida essa que está envolta em relações sociais, conseqüentemente, construção de relações de poder e de territórios. Nesse sentido, a territorialidade varia conforme as relações de poder, as identidades e as culturas:

A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida (SAQUET e SPOSITO, 2008, p. 90).

Nesse sentido, ao investigar o uso que os jovens fazem do território – ou seja, a construção de suas territorialidades – seja na rua, na praça, no trabalho, dentre outros lugares, espera-se que propicie ver o FV!, a rua, o bairro e a cidade como cenários para as diversas experiências construídas pelos jovens; assim como afirma Carrano (2003): “Analisando as práticas da cidade podemos contribuir para caracterizar os diferentes âmbitos das experiências da juventude, suas amplitudes, limitações e desafios socioculturais” (CARRANO, 2003, p. 120).

Vale destacar que as territorialidades construídas e vividas pelos jovens podem envolver relações políticas, econômicas e culturais, uma vez que o território é composto por dimensões de dominação – poder material – e apropriação – poder simbólico (SAQUET e SPOSITO, 2008; HAESBAERT, 2007a).

Haesbaert (2003, 2006, 2007a, 2008), em seus debates sobre território, apresenta-nos uma leitura que contribui para compreender os espaços de modo mais abrangente, no qual se pode vislumbrar possibilidades de ações transformadoras dos sujeitos, que geram mudanças efetivas. Para tal, o autor defende que é necessário considerar a multiplicidade dos territórios e propiciar que a sociedade perceba as

diferenças humanas que os constituem. E é nessa multiplicidade de territórios que se vivem diferentes territorialidades – *multiterritorialidades*.

A relação dessa abordagem com a situação juvenil é a identificação dos múltiplos territórios que os jovens vivenciam, usam e transitam. A escola, o mundo do trabalho e o mundo da cultura – aqui referenciado a partir do RAP, do Funk e do Graffiti –, citados anteriormente, ilustram diferentes territorialidades vivenciadas pelos jovens e os múltiplos territórios por eles vividos através dos próprios movimentos e pelas lutas que travam. Afinal, o território se configura nas múltiplas relações de poder material e de poder simbólico, e são essas relações que o moldam (HAESBAERT, 2006).

O autor defende que o indivíduo vive diferentes territórios. Territórios não são perdidos, são sobrepostos. Há ainda a possibilidade de dividir mais de um território; e, dependendo da situação, diversos territórios ao mesmo tempo.

Em suas reflexões, o autor argumenta sobre a multiterritorialidade potencial (que são as possibilidades de trânsito do sujeito por diferentes territórios) e a efetiva, (as territorialidades efetivadas pelos sujeitos nesse trânsito). Nessa distinção apresentada pelo autor, ele argumenta a respeito da diferenciação entre a elite e as pessoas que se encontram na base da pirâmide social. Se a elite tem maior poder de escolha sobre os territórios nos quais transita, as pessoas que não pertencem a esse grupo vivem, desde o nascimento, a falta de opção de escolha do seu primeiro território (bairro, rua, habitação etc.). (HAESBAERT, 2007a).

Afirma-se, com base em Haesbaert, que jovens pobres vivenciam sua multiterritorialidade de forma distinta da experimentada por jovens ricos. Nesse contexto, o autor argumenta que pessoas de menor poder aquisitivo também podem construir e vivenciar múltiplos territórios:

Na periferia, ele pode construir uma série de territórios e passar em cada um deles no decorrer do dia [...] É evidente que seus territórios serão outros, mas a dinâmica de passagem por vários territórios é semelhante. Existe seu território de morador, onde ele conhece os códigos territoriais e as relações de poder que compreendem sua 'comunidade. Existe território do trabalho, que é muito mais difícil de delimitar [...]. Em um dia, ele é pedreiro; no outro, porteiro, segurança, etc. (HAESBAERT, 2006, p. 139, aspas do autor).

O autor instiga a uma reflexão no sentido de evidenciar a possibilidade de construir e fazer uso de diferentes territórios. Assim, uma pessoa pobre e moradora de periferia não vivenciará os mesmos territórios que uma rica. Ainda assim, o autor defende sua passagem por vários territórios. É, pois, nessa construção e nesse uso

diferenciado que se faz do território, que se acredita que os jovens vivenciam sua situação juvenil e mostram um jeito próprio de ser jovem:

Quando cada um desses jovens nasceu, a sociedade já tinha uma existência prévia, histórica, cuja estrutura não dependeu desse sujeito, portanto, não foi produzida por ele. Assim, o gênero, a raça, o fato de terem como pais trabalhadores desqualificados, grande parte deles com pouca escolaridade, dentre outros aspectos, são dimensões que vão interferir na produção de cada um deles como sujeito social, independentemente da ação de cada um. Ao mesmo tempo, na vida cotidiana, entram em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentidos, que dizem quem ele é, quem é o mundo, quem são os outros. É o nível do grupo social, no qual os indivíduos se identificam pelas formas próprias de vivenciar e interpretar as relações e contradições, entre si e com a sociedade, o que produz uma cultura própria. (DAYRELL, 2003, p. 43)

Cotidianamente, jovens moradores de periferia constroem e vivenciam territorialidades significando o seu território. Além disso, experienciam a situação juvenil em múltiplos territórios, sejam eles a escola, o trabalho, dentre outros. Eles amam, sofrem, posicionam-se, relacionam-se, possuem desejos e projetos de melhorias de vida, divertem-se e pensam/agem a respeito de sua condição de vida; e é nesse contexto de relações e contradições que (re) criam culturas.

Entende-se, assim, que o território se constitui a partir das relações sociais. “Relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço” (HAESBAERT, 2006, p. 78). Sposito (1993) comunga dessa ideia ao afirmar que as práticas culturais sobrevivem sobre os usos que se dá ao espaço:

A cidade, ‘espaço-tempo’ e não apenas projeção de uma estrutura social no espaço, como afirmou Lefebvre (1978), revela formas e conteúdos de relações sociais diversas. A produção, a socialização, o consumo e as práticas culturais incidem sobre usos diferenciais do espaço e espelham os ritmos desiguais que caracterizam não só as relações entre as classes, mas a dinâmica das gerações e dos grupos de idade, as relações entre os gêneros, os ciclos de vida no trabalho e no lazer. Enfim, conjunto intenso de relações que projetam em um só presente diversas temporalidades, a cidade pode se tornar, também, a expressão de conflitos multifacetados, capazes de oferecer novas possibilidades de apropriação do tecido urbano (SPOSITO, 1993, p. 161, aspas da autora).

Nesse sentido, a autora evidencia que a cidade manifesta distintas relações sociais e que, além disso, é possível notar os diversos usos que se faz do espaço da cidade. Essas relações se dão entre as classes, entre gerações, no trabalho, no lazer, o que gera conflitos que podem trazer como consequência a apropriação do espaço urbano por um grupo em detrimento do outro.

Portanto, ao refletir sobre os sujeitos deste estudo (jovens que participam do FV! no CPC Turmalina), compreende-se, pois, que eles compartilham um território com suas possibilidades e contradições, e nele imprimem suas marcas, construindo territorialidades.

Com efeito, pois, ao se entrelaçar os debates do campo da Sociologia da Juventude e dos Estudos Territoriais, defende-se a impossibilidade de considerar os jovens como categoria única e como pessoas iguais, assim como tomar o território em sua fixidez. Reafirma-se, pois, a heterogeneidade juvenil, que pode variar de acordo com o tempo, as condições sociais e culturais, valores, gênero, os territórios, dentre outros aspectos. “Podemos afirmar que não existe uma juventude, mas sim juventudes, no plural, enfatizando assim, a diversidade de modos de viver a juventude em nossa sociedade” (DAYRELL, 2011, p. 37), constituindo territórios e territorialidades.

É, pois, nesse sentido que se pluraliza os termos Juventude(s) e Território(s). Tal pluralização imprime a este estudo um modo de compreender as distintas maneiras coletivas de ser jovem no território. Assim, “as juventudes são as várias formas, diferentes do ponto de vista do gênero e do grupo social, com que os jovens enfrentam um problema comum, o das suas relações com a geração que os precedeu e com o mundo adulto” (CHARLOT, 2006a, p. 3). Juventudes, que revelam a condição juvenil e são encontradas nos múltiplos territórios.

1.2 JUVENTUDES E VULNERABILIDADES

Segundo Ferreira, Vasconcelos e Penna (2016), os territórios podem apresentar distintas vulnerabilidades. Vulnerabilidades essas identificadas da seguinte maneira:

[...] reduzida atividade econômica [...] desemprego [...] falta de oportunidades de trabalho e de geração de renda [...] precariedade da infra-estrutura urbana [...] ausência e/ou dificuldade de acesso aos equipamentos urbanos [...] distância dos empregos [...] precariedade da habitação e situação fundiária indefinida (FERREIRA, VASCONCELOS e PENNA, 2016, p. 6-11).

“Assim a estrutura de risco do lugar está ligada ao processo de formação do território, à estrutura de oportunidades dos lugares periferizados e à ação local de segregação da população carente e das atividades de baixo rendimento” (FERREIRA, VASCONCELOS e PENNA, 2016, p. 11). Nesse contexto, surgem os “territórios da

violência”, nos quais a população juvenil se torna mais vulnerável à violência. Com isso, as desigualdades econômicas, culturais e sociais se espacializam e, assim, se constitui esse território (FERREIRA, VASCONCELOS e PENNA, 2016).

Como já discutido anteriormente, a formação do território dependerá do poder de escolha das pessoas e dos grupos (HAESBAERT, 2007a, 2007b). Na mesma defesa, encontram-se Ferreira, Vasconcelos e Penna (2016), que argumentam que pessoas e grupos da classe dominante terão mais oportunidades e possibilidades de fazerem suas escolhas e, conseqüentemente, de fazerem o uso do território com mais vantagens.

As diversidades econômicas, sociais e culturais, que compõem o território, são obstáculos intitulados por Castro e Abramovay (2002) de vulnerabilidades negativas. Contudo, mesmo na situação de negatividade, os jovens que se encontram nesse contexto:

apreendem certa positividade de tais vulnerabilidades, resistindo, buscando armar-se de valores por cultura de paz, ética de solidariedade e demonstrar uma perspectiva de crítica social, sem auto-inculpações ou determinismos, como se indica por suas falas sobre suas condições de vida (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002, p. 172)

É possível fazer uma interpretação da citação a partir da ótica dos Estudos Territoriais no que diz respeito ao uso, à apropriação, ao controle e à dominação que se faz do território, ou seja, as territorialidades (HAESBAERT, 2007a, 2007b; SAQUET E SPOSITO, 2008). Territorialidades essas que permitem a esse sujeito – nesse caso, os jovens –, mesmo em situação de vulnerabilidade e distanciamento de seus direitos, construírem alternativas que possibilitem outras formas de viver.

Neste trabalho, optou-se por usar o termo “territórios de vulnerabilidade” em substituição ao apresentado por Ferreira, Vasconcelos e Penna (2016) – territórios da violência – uma vez que se compreende a vulnerabilidade com uma amplitude que está além da questão da violência.

Entende-se que a vulnerabilidade envolve a exposição à violência e ao risco, bem como à doença; a privação material; a falta de infraestrutura; a pobreza; a exclusão; a omissão do Estado; a falta de acesso à cidadania, à educação, à formação profissional, ao mercado de trabalho e à segurança; ou seja, “... a presença de fatores que impeçam as pessoas de ocupar espaços de decisão e voz, e com a ausência de garantia dos direitos básicos” (BRASIL/ MEC, 2013, p. 5).

A problematização que se levanta é no que tange à extensão do termo “vulnerabilidade”, que não se restringe à pobreza ou exclusão, especialmente nos estudos sobre juventude nos quais se constata a restrição do jovem que vivencia situações de vulnerabilidade como excluído (CASTRO E ABRAMOVAY, 2002; BRASIL, 2007). O que é relevante nos debates sobre juventude e vulnerabilidade é compreender como se efetivam as relações sociais no território, bem como as suas vertentes vulnerabilizantes, conforme propõem Castro e Abramovay (2002).

Três territórios de vulnerabilidade compõem essa análise: o mercado de trabalho, o lazer e a violência. Análise essa que se construirá em torno desses territórios, bem como de suas vertentes vulnerabilizantes. Expressão essa utilizada por Castro e Abramovay em 2002, mas que consideramos pertinente para nosso estudo, uma vez que a vulnerabilidade “Pede, portanto, diferentemente do conceito de exclusão, olhares para múltiplos planos, e, em particular, para estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionamentos de vulnerabilidades” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002, p. 145).

Para esta análise, é importante considerar que essas vertentes vulnerabilizantes, ou seja, as desigualdades sociais, podem gerar violência (CARA E GAUTO, 2007) e certo descrédito do jovem para com o seu futuro, principalmente a população juvenil pobre (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002). *Mercado de trabalho e escola*, por exemplo, podem ser apontados como territórios de vulnerabilidade por muitas vezes não entenderem as demandas do jovem e por não possibilitarem o desenvolvimento de seus potenciais:

...os jovens fazem parte e circulam por distintas instituições, como a família, o mercado de trabalho e a escola; são produtores e consumidores de espetáculos e notícias, sendo produzidos por e reproduzindo formas de ser e de pensar. Por um lado, respondem ao apelo do consumo, da competitividade, do individualismo e da fixação no poder – marcas de uma época, de uma geração –, mas muitos desenvolvem um pensamento crítico, buscam saídas e resistem, ainda que o horizonte do possível para os pobres seja limitado. Insistimos na parte de vulnerabilidade positiva do jovem, ou seja, na consciência crítica que se registra neste texto em relação ao vivido (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002, p. 173-174).

Essas “distintas instituições” podem ser chamadas de territórios, uma vez que envolvem relações sociais e culturais que definem as relações de poder. Nesses territórios, os jovens traçam lutas, conquistas, desafios; enfim, constroem e vivenciam suas territorialidades em diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. Cada

jovem faz uso desses territórios de distintas maneiras. Segundo Castro e Abramovay (2002), apesar de os jovens vivenciarem situações de vulnerabilidades, é possível vislumbrar possibilidades de eles buscarem alternativas para solução de conflitos e problemas que ali se instalam.

No que diz respeito aos territórios vividos pelos jovens, evoca-se Carrano (2003), que tece uma discussão no sentido de mostrar que na cidade há disputa de territórios e sentidos para a realização de interesses comuns. Para o autor, é importante transformar a cidade em objeto da educação, destacando-se suas redes informais de sociabilidade. “A transformação da cidade em objeto da educação se identifica também com a luta contra a exclusão, e significa buscar a superação dos elementos de mistificação da realidade que a urbana estrutura” (CARRANO, 2003, p. 164).

Vale salientar que os centros urbanos também são vistos como lugares de conflitos, de congestionamentos, de competição, de luta em torno das melhores localizações, de caos, de exclusão, de pobreza e riqueza. As cidades, atualmente, são marcadas como lugares de tensões e disputas por moradia, educação, saúde, trabalho, transporte, circulação, o que culmina numa fragmentação da cidade pelas subdivisões sociais e favorece o aumento das favelas, dos cortiços e dos loteamentos irregulares (VERAS, 2010). Para a autora, esse contexto pode ser considerado de vulnerabilidade:

A noção de vulnerabilidade social, assim, passa a considerar a insegurança, a exposição a riscos provocados por crises econômicas, à instabilidade das condições de vida dos grupos mais pobres, incluindo as estratégias das próprias famílias, sua disponibilidade de recursos para enfrentar suas questões (Kaztman et al., 1999). Incluem-se, também, nessa clarificação do termo, as noções empregadas pela Geografia, de impacto dos desastres naturais e avaliação de risco, enfocando como vulneráveis aqueles residentes em determinados locais, expostos a riscos ambientais, em especial no que tange às enchentes, recursos hídricos, acesso a saneamento e assim por diante (VERAS, 2010, p. 41).

Constata-se, com isso, que os grupos mais pobres são os mais vulneráveis. São eles que, normalmente, ocupam lugares precários e têm dificuldade de acessar seus direitos. Situações essas, aqui defendidas, como vulnerabilidades. Na dificuldade de acesso aos direitos, eles se veem diante da necessidade de usarem de diferentes alternativas para lidar com essas realidades. Vale salientar que essa face da vulnerabilidade social também pode atingir os territórios vividos pelos jovens, bem como passar a constituir suas territorialidades.

Há um território, que diante do contexto em que ele se constrói, pode ser considerado de vulnerabilidade para os jovens. Esse território é o do *trabalho*. O acesso ao mundo do trabalho, para muitos jovens, é um meio de sobrevivência individual e até mesmo de suas famílias. Para eles – os jovens –, a busca pela independência financeira é o caminho para assumirem mais responsabilidades, construírem sua autoestima, conquistarem o respeito das pessoas e de grupos, além de possibilitar a autonomia perante a família (CASTRO E ABRAMAVAY, 2002). Contudo, como já citado, nem sempre os jovens encontram no trabalho essas possibilidades.

Castro e Abramovay (2002) apontam três vertentes vulnerabilizantes do trabalho: o acesso ao trabalho e, portanto, o acesso ao mundo das drogas; a ausência dele e a falta de oportunidades no trabalho.

Para as famílias, o trabalho pode ocupar o tempo ocioso dos jovens. Todavia, segundo as autoras, o labor pode, também, contraditoriamente, assegurar o acesso às drogas, pois, conforme as autoras argumentam, com dinheiro, o jovem as acessa mais facilmente.

Outro ponto vulnerabilizante no que tange à relação do jovem com o trabalho, segundo as autoras, é a ausência dele; principalmente para os jovens pobres. E, paradoxalmente, esse território também é vivenciado pelo jovem trabalhador, uma vez que é comum encontrar jovens com remuneração que não contribuem para construírem projetos de vida. Além disso, a falta de reconhecimento profissional e oportunidades que possibilitem ao jovem mostrar seus potenciais, também se configura como vertente vulnerabilizante nesse território, marcado pela precariedade, “com predomínio do trabalho sem carteira e não remunerado” (CORROCHANO, 2014, p. 215).

Outro território da vulnerabilidade vivido pelos jovens é o *lazer*, garantido por lei como um direito. Tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA 8.069/90, em seus artigos 4º, 59 e 71, quanto a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, garantem o lazer. Entretanto, segundo Castro e Abramovay (2002) e Martins e Souza (2007), o lazer dos jovens normalmente se restringe a atividades em espaço privado, como ouvir música, assistir televisão ou jogar bola. Equipamentos públicos que propiciam o direito ao lazer nem sempre são acessados pelos jovens:

Além da falta de equipamentos nas comunidades, os jovens circulam em raio restrito, segregados nos seus bairros, não necessariamente exercendo

direitos de cidadania social, como, o benefício do uso da cidade em que vivem (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002, p. 153).

Ao analisar a fala das autoras, é possível encontrar pelo menos três vertentes vulnerabilizantes no que tange ao território do lazer para os jovens: a falta de equipamentos de lazer nas comunidades em que eles residem; a restrita mobilidade dos jovens, que, muitas vezes, se resume ao próprio bairro; e a falta de acesso ao direito ao uso da cidade (BRASIL, 2001; CARRANO, 2003).

Ainda nesse âmbito de vertentes vulnerabilizantes, pode-se discutir as marcas da discriminação. São várias as causas que levam os jovens a se sentirem discriminados: o fato de morarem em bairros periféricos, por serem jovens, por sua aparência física, pelas dificuldades em encontrar trabalho, pela questão racial, pela opção sexual, pela maneira como se vestem, dentre outros (CASTRO E ABRAMOVAY, 2002; CHARLOT, 2006b; CARA e GAUTO, 2007; BRASIL/MEC, 2013; NOGUEIRA e D'ANDREA, 2014; ABRAMOVAY, CASTRO e WAISELFISZ, 2015).

Vale destacar que, pelo fato de morarem em determinado território, são vistos como “marginais” pela sociedade de modo geral. Por isso, são excluídos do mercado de trabalho. Castro e Abramovay (2002) argumentam que é nesse contexto de discriminação – seja ela qual for – que muitos são “empurrados” para o tráfico, uma vez que o mundo do trabalho se fecha para eles. O envolvimento com o tráfico leva muitos jovens a morrerem mais cedo. Muitos sequer chegam aos 19 (dezenove) anos, assim como aponta o documento “*Homicídios na adolescência no Brasil – IHA 2012*” (MELO, 2012).

Ferreira, Vasconcelos e Pena (2016) também contribuem para essa análise ao discutirem que “...Os jovens desempregados ou inativos que não são estudantes, e os trabalhadores com baixa remuneração e sem perspectivas de melhorar de vida são os mais expostos e tornam-se presas fáceis das organizações criminosas” (FERREIRA, VASCONCELOS e PENA, 2016, p. 15). Quando o crime se organiza em determinados territórios, a oportunidade de trabalho, bem como suas regras, vem a partir da organização criminosa, segundo as autoras:

O crime arma esses jovens para servirem à organização, submete-os às suas regras e os descarta, quando não servem. As gangues de juventude, armadas, tornam-se mais perigosas. Os tradicionais conflitos se tornam crimes e mortes. As disputas de facções geram violência e mortes (FERREIRA, VASCONCELOS e PENA, 2016, p. 15).

Para alguns jovens lidarem com as marcas da discriminação, ou adquirirem recursos econômicos, só é possível por esse caminho – o do crime (CARA e GAUTO, 2007). Muitas vezes, o que prevalece é o tráfico de drogas; processo esse intitulado, pelos autores, de “glamour do crime”:

Os jovens urbanos, em especial os jovens da periferia, constroem sua identidade em meio a um conflito cultural – de um lado, uma ávida cultura de consumo; de outro, a cultura da violência, *glamourizando* o crime e fazendo do tráfico de drogas não só um meio econômico, mas um meio de vida capaz de realizar as necessidades de consumo e permitir experiências significativas de poder e aventura em relação aos demais jovens (CARA e GAUTO, 2007, p. 180).

Para os autores, assim, eles vivenciam experiências de poder e, conseqüentemente, atendem suas demandas de consumo. Nesse contexto, a violência torna-se preservação da autoimagem. Ser violento é, conforme Cara e Gauto (2007), sinônimo de “status social”.

Vale salientar que o jovem se encontra não só na condição de agente da violência, mas, também, como vítima. Essa dualidade agente e vítima se apresenta como consequência dos territórios de vulnerabilidades. Pelo fato dos jovens não encontrarem oportunidades de acesso ao trabalho e, por isso, se sentirem discriminados, não lhes restam muitas alternativas, senão a do mundo do crime; tornando-se assim – a partir dessa ótica de leitura – vítima desses territórios vulneráveis (CASTRO E ABRAMOVAY, 2002; CARA e GAUTO, 2007; FERREIRA, VASCONCELOS e PENA, 2016).

Todavia, vale destacar que não estamos defendendo que pobreza é sinônimo de violência e criminalidade, o que não quer dizer que um jovem pobre sempre deve ser associado à imagem de marginal ou criminoso, como aqui já citado. Embora seja fundamental discutir que a violência se concentra, muitas vezes, em territórios com tais características; mas que vão além da pobreza e alcançam o que, neste trabalho, estamos argumentando como territórios de vulnerabilidade.

Além disso, é importante problematizar outra questão nesse âmbito. Como os jovens são vistos, pelos autores supracitados (CASTRO E ABRAMOVAY, 2002; CARA E GAUTO, 2007; FERREIRA, VASCONCELOS E PENA, 2016), como vítimas dos problemas sociais, isso não quer dizer que os identifiquemos como “ameaçadores da ordem nacional” (CARA e GAUTO, 2007).

Ainda nessa análise de territórios da vulnerabilidade, pode-se discutir o da *violência*. No meio urbano, os maiores índices de violência, seja na condição de agente ou de vítima, abrangem o público juvenil (WAISELFISZ 2013; 2014; 2015; 2016). As pesquisas apontam que as violências envolvendo jovens perpassam por tiroteios, consumo e tráfico de drogas, assaltos, abordagem policial, abuso sexual, discriminação e crimes contra o patrimônio (CARA e GAUTO, 2007; WAISELFISZ 2013, 2014 e 2015).

Não poderíamos deixar de citar, neste contexto, os homicídios entre jovens. O documento “*Juventude Viva*” (BRASIL, 2014) aponta que as maiores vítimas dos homicídios são jovens negros. Jovens esses que se encontram em territórios com alta vulnerabilidade à violência. O Plano “*Juventude Viva*” traça como diretriz a transformação dos territórios afetados pela violência e a possibilidade de ampliar a presença do poder público nesses bairros, com a oferta de serviços públicos ligados à cultura, ao esporte, ao lazer (BRASIL, 2014).

É sabido que o FV!, campo de pesquisa desta investigação, concentra suas atividades – no âmbito da arte, cultura e esporte – em territórios com altos índices de violências e criminalidade. Apesar de não compor a agenda do Governo Federal no que tange ao Plano “*Juventude Viva*”, uma vez que se trata de uma Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade do Estado de Minas Gerais, vale destacar como uma tentativa para redução de homicídios, ou seja, para mudança destes territórios de vulnerabilidade.

Os estudos mostram que os jovens reclamam das gangues ou galeras que dominam determinados territórios nos bairros. Além disso, se dizem vítimas de maus-tratos de policiais (CASTRO E ABRAMOVAY, 2002; CHARLOT, 2006b; CARA e GAUTO, 2007). Vale acrescentar que os jovens se envolvem com o uso ou o tráfico de drogas por considerarem que a “vida é difícil” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002, p. 170).

Ainda no território da violência, vale salientar a violência simbólica, aqui entendida como uma ação que produz violência e reproduz processos de dominação (BOURDIEU, 1989; 2004). Nesse caso, os dominados não se mobilizam, pois o mundo é visto a partir do olhar dos dominantes.

Em 2013, a Secretaria Nacional de Juventude elaborou o documento “*Juventude Viva*” com intuito de construir uma agenda de enfrentamento à violência contra jovens negros. Este Plano diferencia violência simbólica de violência física:

Antes de tudo, é preciso ter em vista que a violência pode ser física ou simbólica. A primeira tem a peculiaridade de poder se fazer visível, com marcas identificáveis no corpo da pessoa agredida, que geram ferimentos ou a morte; a segunda, entretanto, é compreendida como instrumentos que se prestam à dominação de uns grupos sociais sobre outros, deixando outro tipo de marcas. Fundamentada nas crenças produzidas historicamente e nas mentalidades sociais, a violência simbólica leva o indivíduo, ao longo do processo de socialização, a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso reconhecidos como legítimos, mas que reforçam papéis menores atribuídos aos grupos sociais mais vulneráveis (BRASIL, 2014, p. 8).

Ao analisar a citação, constata-se uma questão comum às duas violências (física ou simbólica): ambas deixam marcas. As marcas da violência física são visíveis, e talvez por isso estejam mais presentes nos debates de juventude. Mas, é importante discutir que a violência simbólica – muitas vezes, silenciosa – pode servir para reforçar esse cenário de vulnerabilidades.

Se pensarmos que há jovens que sequer conhecem seus direitos e, ao viverem em territórios de vulnerabilidade, não têm muitas alternativas de buscar acessá-los, por não se considerarem como sujeitos de direitos, podemos afirmar que esse contexto é de violência simbólica. Segundo Arroyo (2003), o não conhecimento de direitos fundamentais – como educação, saúde, trabalho, segurança, dentre outros – impossibilita que as pessoas lutem por outra realidade.

A afirmação de que a falta de aprendizagem dos direitos pode ser considerada violência simbólica é com base em que esta violência acontece de forma natural, e ela não é notada pelas pessoas que estão no lugar de dominados (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002). Logo, se há violência simbólica quando um indivíduo ou um grupo controla os outros, a não efetivação dos direitos dos jovens, ou a falta de possibilidade de aprender sobre eles, também pode ser considerada violência simbólica.

Vale lembrar que, como defendido por Cara e Gauto (2007), o fato de jovens não usufruírem de seus direitos, pode levá-los a fazerem uso dos territórios da criminalidade. Charlot (2006b) argumenta que “...Na opinião desses jovens, o pobre rouba por necessidade, enquanto o poderoso rouba por ganância” (Charlot, 2006b, p. 578).

Vale salientar que, além da pobreza, os jovens, assim como argumenta Charlot (2006b), atribuem a violência ao fato de existirem pessoas viciadas em drogas. O autor discute sobre o uso de bebidas alcoólicas e o fácil acesso às drogas ilícitas. Ele afirma

que se encontram drogas ilícitas nos grupos de amigos e a vontade de fazer “como os demais” (CHARLOT, 2006b, p. 581) é o principal risco.

Com efeito, os jovens constroem e vivenciam suas territorialidades de distintas formas e em múltiplos territórios. Defendemos, pois, que seria importante que os jovens tivessem a oportunidade de experienciarem suas territorialidades em territórios que possibilitem o empoderamento dos indivíduos:

Quando o homem [a mulher] compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias (FREIRE, 1979, p. 30).

Defende-se, assim, que a possibilidade de construir e vivenciar outras territorialidades seja fundamental para que os jovens conheçam e reflitam sobre sua realidade, e busquem escrever e viver novas histórias, ao se perceberem como sujeitos históricos e políticos, que fazem mudança. Enfatiza-se, assim, que territorialidades são constituídas pelo movimento dos sujeitos no território.

Retoma-se, então, a discussão sobre a aprendizagem dos direitos, por parte dos jovens, como uma alternativa para possibilitar o empoderamento. Empoderamento esse que poderia instigar a participação social, que, segundo Gohn (2008), desaliena as pessoas e possibilita a consciência crítica e a efetivação de parte do exercício de sua cidadania:

Entendemos a participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. Não estamos nos referindo a qualquer tipo de participação, mas a uma forma específica, que leve a mudança e à transformação social (GOHN, 2008, p. 30).

Entende-se, assim, que participação está associada à autonomia. A mesma autora ressalta que as pessoas devem ser preparadas para atuarem ativamente na sociedade civil organizada, pois a participação da sociedade é fundamental para reivindicar que o Estado cumpra com o seu dever.

Diante do exposto, compreende-se, pois, que a vulnerabilidade se desenvolve quando o lugar não possibilita a mobilidade social e o desenvolvimento de potenciais das pessoas, como, por exemplo, no âmbito da participação social pela busca e

acesso aos direitos. Consequentemente, muitas vezes, a população se sente inerte frente ao desafio de enfrentar cenários de vulnerabilidades.

Por isso, entende-se que o debate da vulnerabilidade “permite uma nova abordagem da questão social, em particular, da questão da violência juvenil, imprimindo uma matriz mais crítica ao conhecimento da dinâmica das relações sócio-espaciais” (FERREIRA, VASCONCELOS e PENNA, 2016, p. 17).

Vale salientar, no que tange aos territórios de vulnerabilidades, que não é possível analisar os jovens somente como autores das violências e da criminalidade, uma vez que, muitas vezes, eles também são vítimas. Defendemos, nesta investigação, que a elaboração e implementação de políticas públicas, focadas no empoderamento dos indivíduos a partir da aprendizagem dos direitos, poderia contribuir para a população juvenil fazer um uso diferenciado do território.

Exemplo de uma política de empoderamento é o FV!, que no próximo tópico será apresentado como parte integrante da Política de Prevenção Social à Criminalidade do Governo de Minas Gerais e como espaço de possibilidade para os jovens refletirem e construir outras territorialidades nos territórios de vulnerabilidades.

CAPÍTULO 2 – A POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Este capítulo se propõe a situar a Política de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais, gerida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP); e, que é composta por 04 (quatro) Programas, dentre os quais se encontra o Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! (FV!), campo de estudo desta investigação. Essa política se propõe a pensar a segurança pública como uma política social que investe na qualidade de vida das pessoas.

Dessa maneira, o capítulo se organiza em duas seções. A primeira apresenta a Política de Prevenção no Estado, bem como o contexto que justifica sua criação, seu objetivo e sua composição. Já a segunda, apresenta o Programa Fica Vivo! e seus dois eixos de sustentação: a proteção social e a intervenção estratégica.

Por fim, argumenta-se para o sentido da correlação dos dois eixos de sustentação do FV!.

2.1 SITUANDO A POLÍTICA DE PREVENÇÃO

Assim como defendido, a violência é tratada nesta pesquisa como uma vertente vulnerabilizante dos territórios. É, pois, nesse contexto, que se afirma que diferentes problemas sociais têm surgido com o crescimento da violência e da criminalidade.

Souza (2016) apresenta, em seus estudos, o contexto da falta da garantia de direitos, vivido pelas pessoas, especialmente as que residem nas periferias da cidade. O próprio termo “periferia” remete ao que não está no centro, seja nas cidades, ou como objeto central de atenção. Com relação às cidades, “A representação desse espaço popular [periferia, favela, morro] é a noção de ausência” (SILVA, 2011, p. 211) – de infraestrutura urbana, ou “globalmente miserável, sem ordem, sem lei, sem regras, sem moral, enfim, expressão do caos” (ibid).

Aos habitantes desses espaços, portanto, cabe viver em um contexto da falta de infraestrutura e de garantia de direitos básicos, como saúde, educação, trabalho, dentre outros, e serem submetidos a diferentes julgamentos que o “centro” faz da “periferia”, ignorando as redes de sociabilidades e as diferentes práticas sociais que ali se instalam (SILVA, 2011). E, é nesse âmbito, do não acesso aos direitos, das ausências e da discriminação, que cresce a violência nas grandes cidades, e os

sujeitos vivenciam, pois, a dualidade de agente/vítima da violência (CARA e GAUTO, 2007), reafirmada no olhar discriminatório do “centro” sobre a “periferia”:

A percepção do fenômeno da violência e criminalidade atrelado à “favelização” e empobrecimento da população favoreceu a construção de lógicas e práticas discriminatórias não somente por parte da lei e ordem, mas da própria sociedade (SOUZA, 2016, p. 35).

Nesse sentido, destaca-se a importância de se analisar a pobreza como um fenômeno com múltiplas faces. Consequentemente, ao reconhecer suas especificidades e complexidades, é possível compreender que políticas públicas, que envolvam diferentes áreas como educação, assistência social e saúde, podem contribuir para enfrentar esse contexto (BRASIL/ MEC, 2013).

Pobreza, violência, injustiça, desemprego, periferia urbana são termos que há muito têm permeado a vida de muitos brasileiros. Todos se referem à mesma questão – a não efetivação de direitos fundamentais (educação, saúde, trabalho, moradia, segurança, dentre outros). Nesse sentido, defende-se, neste estudo, que são necessárias ações que incluam socialmente os indivíduos e os façam sentir sujeitos de direitos, que participam ativamente da vida em sociedade.

Tendo como referência índices sobre violência e criminalidade⁵, o Governo de Minas Gerais, via Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), criou a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade. O intuito é promover a segurança pública num contexto de “Segurança Cidadã”, onde “[...] o foco é o cidadão e, nesse sentido, a violência é percebida como fator que ameaça o gozo pleno de sua cidadania” (SOUZA, 2016, p. 45).

A Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), criada em 2003 e atualmente intitulada de Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP)⁶, em Minas Gerais, preocupada com os altos índices de criminalidade, elaborou a Política de Prevenção Social à Criminalidade do Governo de Minas Gerais com a intenção de:

trabalhar com a devida importância as propostas de prevenção social à violência urbana e implantar no campo das políticas públicas este novo

⁵ Com base em estudos que “...apontam para os índices de criminalidade do Estado de Minas Gerais, distribuídos por região do estado e focados nos municípios” (MINAS GERAIS, 2009, p. 34), é determinada a implantação da Política de Prevenção Social à Criminalidade nos municípios mineiros.

⁶ Vale salientar que em julho do ano corrente, o Governo de Minas dividiu a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS) em Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP) e Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP). Com isso, a Política de Prevenção Social à Criminalidade passa a ser gerida pela SESP.

paradigma, de pensar segurança pública como política social que garanta em primeiro lugar a qualidade de vida de todos (MINAS GERAIS, 2009, p. 17).

O documento referenciado acima justifica tal política com base na importância de se efetivar os princípios de soberania, cidadania e dignidade humana, citados no art. 1º da Constituição Federal da República Federativa do Brasil. A preocupação com esses princípios evidencia a segurança pública como um exercício de liberdade, participação e autonomia; ou seja, para além do controle social.

A Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais compõe o Plano Estadual de Segurança Pública, que tem como intuito articular instituições do sistema de defesa social e os governos (estadual, municipal e federal) com a comunidade, respeitando os direitos humanos, além de buscar “...construir estratégias mais inteligentes de repressão qualificada⁷ e prevenção social à criminalidade” (MINAS GERAIS, 2009, p. 29).

Diante do cenário, citado anteriormente, de insegurança, a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais traz a ideia de uma segurança pública focada na prevenção e uma análise mais ampla dos fatores de risco e distintas vulnerabilidades. Essa Política preza por atores que vão além das instituições policiais, incluindo assim novos sujeitos, novos paradigmas, ou seja, é reservado também um espaço importante para as diversas políticas setoriais, como educação, saúde, esporte, cultura, etc. (SOUZA, 2016, p. 46).

Souza (2016) ao pesquisar a implementação da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais, defende que as mudanças promovidas pela Política de Prevenção contribuíram para “promover cidadania, dignidade, liberdade e segurança para os territórios e público por ela atendidos” (SOUZA, 2016, p. 286).

Segundo Souza (2016), essas iniciativas no âmbito da Segurança Cidadã começaram na primeira gestão FHC, período em que foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Já no Governo Lula, foi promulgado o Pacto pela Paz, com intuito de concretizar um Sistema Único de Segurança Pública.

A partir disso, foi criado um novo Plano Nacional de Segurança Pública, que propõe a introdução de Gabinetes de Gestão Integrada de Segurança Pública nos Estados como espaço de gestão de ações preventivas, de forma conjunta entre as

⁷ Vale salientar que essas estratégias mais inteligentes da repressão qualificada envolvem ações voltadas para os fatores de risco bem como para a proteção social, com ações localizadas em áreas e grupos com mais vulnerabilidades à violência e à criminalidade (MINAS GERAIS, 2009).

polícias; mas, não a unificação delas. Ainda nesse Governo, foi lançado o Plano Nacional de Segurança Pública em Cidadania (PRONASCI), objetivando promover direitos humanos com base no conceito de “Segurança Cidadã” (SOUZA, 2016).

Diante desse contexto, a Subsecretaria de Políticas de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) – na época, Superintendência de Prevenção Social à Criminalidade (SPEC) e, posteriormente, Coordenadoria de Prevenção Social à Criminalidade (CPEC) – criou a Política de Prevenção, que abarca 04 (quatro) Programas: o Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! (FV!); o Programa Mediação de Conflitos (PMC); a Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA); e o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PRESP).

A Política de Prevenção preza por equipes multidisciplinares com formação em Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Para contratação desses profissionais, é firmado um Termo de Parceria entre a SESP e uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)⁸. Desde o início da implementação da Política de Prevenção – há mais de 10 anos –, a mesma OSCIP foi parceira em todo o Estado de Minas Gerais. Todavia, em abril deste ano, após abertura de novo Concurso de Projetos, outra OSCIP assumiu a Parceria.

Com isso, as atividades da Política de Prevenção – os 04 (quatro) Programas – foram paralisadas em todo o Estado de Minas Gerais. As equipes técnicas (gestão social, analistas sociais e estagiários) foram desligadas no final de abril do ano corrente e as oficinas do FV! foram suspensas no meio do mesmo mês. Um novo processo seletivo foi aberto, novas contratações foram realizadas, e as ações da Política de Prevenção foram retomadas no final do mês de junho do ano corrente. Já as Oficinas do FV! foram retomadas somente no final do mês de julho do mesmo ano.

Nessas novas contratações de profissionais – junho do ano corrente –, a autora deste trabalho foi selecionada como gestora social dos CPC’s de Base Local – CPC Carapina e CPC Turmalina – em Governador Valadares. Em ambos são geridas as ações do FV! e do PMC.

⁸ Com a Lei 9.790 de 23 de março de 1999, surge uma nova concepção de esfera pública social, que propicia firmar parcerias entre Estado e sociedade civil, com intuito de estimular o crescimento do Terceiro Setor, bem como fortalecê-lo. É essa Lei que cria o Termo de Parceria, que é diferente de Convênio, no caso de parcerias do Primeiro Setor com o Terceiro. A Lei traça um processo menos oneroso para essa parceria e institui a transição de uma Organização Não Governamental (ONG) para OSCIP. Para maior compreensão da temática, sugere-se uma leitura da Lei.

Os CPC's de Base Local é uma unidade pública, com recorte territorial, localizado em áreas de abrangência onde se concentram os maiores índices de homicídios no Município, e são responsáveis pela gestão do FV! e do PMC. Já o CPC de Base Municipal, também é um equipamento público; contudo, situa-se em áreas centrais dos Municípios. Ele faz a gestão do PrEsp e do CEAPA.

Há 45 (quarenta e cinco) CPC's em todo o Estado de Minas Gerais, sendo 32 (trinta e dois) de Base Local e 13 (treze) de Base Municipal (MINAS GERAIS, 2015). O Quadro abaixo mostra a distribuição dos CPC's de Base local e de Base Municipal por cidade.

Tabela 1 – Distribuição dos CPC's de Base local e de Base Municipal por cidade

13 Municípios	32 Unidades com Fica Vivo! e 31 Unidades com Mediação de Conflitos	13 Unidades com CEAPA e 11 Unidades com PrEsp
Belo-Horizonte	13 (territorial, sendo 01 somente Fica Vivo!/Santa Lúcia)	1 (Municipal)
Contagem	2 (territorial)	1 (Municipal)
Betim	4 (territorial)	1 (Municipal)
Governador Valadares	2 (territorial)	1 (Municipal)
Ipatinga	1 (territorial)	1 (Municipal)
Montes Claros	2 (territorial)	1 (Municipal)
Ribeirão das Neves	3 (territorial)	1 (Municipal)
Santa Luzia	2 (territorial)	1 (Municipal)
Uberaba		1 (Municipal)
Uberlândia	2 (territorial)	1 (Municipal)
Vespasiano	1 (territorial)	1 (Municipal)
Araguari		1 (Municipal somente CEAPA)
Juiz de Fora		1 (Municipal somente CEAPA)

Fonte: Portfólio CPEC (MINAS GERAIS, 2015, p. 4)

Os Programas supracitados estão distribuídos em diferentes cidades do Estado de Minas Gerais, são elas: Araguari, Belo-Horizonte, Betim, Contagem, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Uberaba, Uberlândia, Vespasiano (MINAS GERAIS, 2015).

Com o intuito de implementar estratégias de prevenção à criminalidade, a Política de Prevenção tem os seguintes objetivos específicos:

- contribuir para a prevenção e a redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens moradores de áreas nas quais esses crimes estão concentrados, por meio da atuação do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!;
- promover meios pacíficos de administração de conflitos nos níveis interpessoal, comunitário e institucional, de forma a minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, por meio da atuação do Programa Mediação de Conflitos - PMC;
- contribuir para a consolidação de uma política criminal de responsabilização penal alternativa ao cárcere, mediante o efetivo monitoramento das Penas e Medidas Alternativas e da qualificação da execução penal via ações e projetos de caráter reflexivo e pedagógico, por meio da atuação do Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas – CEAPA;
- favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do sistema prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento, por meio da atuação do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp;
- contribuir para a compreensão, registro, análise e intervenções nos fatores sociais relacionados a crimes e violências incidentes sobre os territórios e público atendidos pelos programas de prevenção social à criminalidade, de forma a qualificar as estratégias de enfrentamento desses fenômenos;
- promover e favorecer articulações intergovernamentais e multisetoriais para o enfrentamento dos fatores sociais relacionados à incidência de crimes e violências identificadas nos territórios de atuação e nos atendimentos ao público;
- fomentar a participação social em questões afetas a prevenção social à criminalidade (MINAS GERAIS, 2015, p. 2).

Neste trabalho, focaremos no FV!, campo de pesquisa desta investigação. Nesse sentido, abordagens relacionadas aos Programas PMC, PrEsp e CEAPA não serão consideradas.⁹

2.2 O PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS – FICA VIVO! (FV!)

O FV! tem como público alvo adolescentes e jovens de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) anos, que vivem em áreas com altos índices de homicídio no Estado de Minas Gerais e busca problematizar

⁹ Para aprofundamento sobre os demais Programas que compõem a Política de Prevenção Social à Criminalidade, sugere-se a leitura dos documentos Minas Gerais (2009, 2015).

as violações sofridas e exercidas nas comunidades, articula os diversos atores sociais e busca a inclusão dos jovens, abrindo espaços de participação, movimento em prol da emancipação, contribuindo pela redução dos homicídios em favelas. O Fica Vivo! é um espaço de construção e diálogo, de afirmação do jovem na cidade. Com o programa, o jovem fala, cria, inventa e reinventa a sua percepção de espaço urbano e em liberdade. O Programa possibilita ao jovem um diálogo contínuo com o próprio Estado, com a comunidade e na cidade, incita-o a enxergá-lo de múltiplas formas (MINAS GERAIS, 2009, p. 76).

O trecho acima, transcrito do documento do Governo de Minas Gerais, remete a questões que valorizam a condição juvenil. Pensar nessa juventude urbana vai além da problemática da violência; é compreender esse público como sujeitos de direitos e como potenciais agentes de mudança.

A Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade do Estado de Minas Gerais – que abarca o FV!, cujo foco de atenção é a vulnerabilidade juvenil pelo viés da proteção social e da intervenção estratégica – não está inclusa na pasta de políticas de juventude do Governo de Minas Gerais; e, sim na de segurança pública.

Vale destacar que apesar de ser uma política de segurança pública, não desconsidera que os jovens são, atualmente, as maiores vítimas da criminalidade violenta, principalmente no que tange a homicídios (MINAS GERAIS, 2009). Além disso, os documentos governamentais, que a descrevem, demonstram preocupação com a condição juvenil, já discutida no capítulo 1 e centro de nossos estudos no que tange às experiências juvenis dos jovens do FV!.

Estudo realizado, em âmbito nacional – *“Mapa da Violência 2013: mortes matadas por arma de fogo”* –, que analisa os Índices de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, mostra que em 1996 a taxa de homicídios da população total era de 24,8 por 100.000 habitantes. Já no ano de 2011, esse número aumentou para 27,1. No que tange à taxa de homicídios juvenis, por sua vez, esse índice é mais elevado: de 42,4 por 100.000 habitantes, em 1996, para 53,4, em 2011 (WAISELFISZ, 2013).

No mesmo ano, o *Mapa da Violência 2013: homicídios e juventude no Brasil* aponta Governador Valadares com um aumento no índice de homicídios, por 100 (cem) mil habitantes, crescendo de 49 para 64 mortes. Esse cálculo foi realizado entre os anos de 2009 e 2011.

No ano seguinte, o documento *“Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil”* apresentou que os homicídios no Brasil têm sido atualmente a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos. Além disso, mostrou uma taxa de crescimento da violência juvenil em Governador Valadares, uma vez que esta cidade ocupava as

primeiras posições entre os municípios do Estado de Minas Gerais (WAISELFISZ, 2014).

O documento “*Mapa da Violência 2015 – mortes matadas por arma de fogo*” aponta que entre 1980 e 2012 a população teve um crescimento em torno de 61%. Já as mortes matadas por arma de fogo cresceram 387%; mas, entre os jovens, esse percentual foi superior a 460% (WAISELFISZ, 2015). Além disso, Governador Valadares continua sendo referenciada entre os municípios com “...taxas totalmente inaceitáveis de assassinatos de adolescentes, que exigem medidas concretas e urgentes para frear a verdadeira pandemia de mortes de jovens” (WAISELFISZ, 2015, p. 60).

Este ano, o *Mapa da Violência 2016 – Homicídios por arma de fogo no Brasil* apontou que 94,4% das vítimas matadas por arma de fogo são homens e com idade entre 15 e 29 anos. Destaca-se uma maior vitimização, no que tange aos homicídios consumados, entre os jovens de 20 anos. Já no que se refere ao perfil dos agentes da violência, a pesquisa revela que, de 1980 a 2005, a participação dos jovens recrudesce para 60%, quando antes era 50%. A partir de 2005 essa taxa tem um leve aumento, oscilando entre 58% e 59% (WAISELFISZ, 2016).

Vale argumentar que o *Mapa da Violência 2016 – Homicídios por arma de fogo no Brasil* – não faz referência a Governador Valadares no que diz respeito às taxas de homicídios entre adolescentes e jovens. A esse respeito, pode-se levantar como hipótese, o que a Política de Prevenção, via FV!, afirma sobre a efetividade do Programa para o controle de homicídios¹⁰. Entretanto, pode-se pensar, ainda, como hipóteses, na atuação do Grupo Especializado em Policiamento em Área de Risco (GEPAR), ou os efeitos da Escola em Tempo Integral implantada em Governador Valadares no ano de 2010 que aumenta o tempo de permanência do estudante na escola (GOVERNADOR VALADARES, 2009).

O documento “*Homicídios na adolescência no Brasil – IHA 2012*”, outro estudo de âmbito nacional que estima a taxa de mortalidade de adolescentes e jovens entre os 12 e 18 anos¹¹, elaborou o ranking dos municípios que apresentavam maior índice

¹⁰ Ao analisar as Memórias de Reunião do GEPAR com a equipe técnica do CPC Turmalina, referentes ao ano corrente, constata-se uma redução no índice de homicídios, no bairro, de 2015 para 2016. Os documentos mostram que não houve homicídios consumados em 2016. Vale destacar que foram estudadas as Memórias de janeiro a outubro deste ano.

¹¹ Vale salientar que a título de políticas públicas, é considerada jovem, no Brasil, a pessoa entre 15 e 29 anos de idade; segundo do Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13). Adolescente é aquele/a entre 12 e 18 anos incompletos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

de violência e criminalidade. Esse diagnóstico (Índice de Homicídios na Adolescência) envolveu municípios de médio e grande porte. O critério de inclusão era ter mais de 100.000 habitantes em 2010; o que totalizou 283 municípios. Compõem esse ranking 20 municípios, dentre os quais Governador Valadares ocupa o 11º lugar (MELO e CANO, 2012). Em cidades maiores, como a de São Paulo, por exemplo, esse índice é menor. Com base nesses dados, pode-se afirmar que grande parte dos jovens valadarenses não chegará aos 19 anos de idade. Faixa etária essa contemplada pelo FV!.

Conforme citado anteriormente, a população juvenil vive uma dupla condição: agente (autor) e vítima de violência. Os dados das pesquisas nacionais já citadas refletem a necessária e constante preocupação com a criação de políticas públicas para a juventude, e com a implementação de programas e projetos de combate à violência e à criminalidade.

É, pois, nesse âmbito, que o FV! tem como objetivo contribuir para a prevenção e a redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens moradores de áreas em que se concentram os crimes.

O FV! é composto por dois Eixos de atuação:

O Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!, compõe a Política de Prevenção Social à Criminalidade a partir da articulação de dois eixos de atuação: Proteção Social de jovens que vivem em territórios urbanos marcados pelo fenômeno da violência e existência de altos índices de criminalidade violenta, através da consolidação de redes de atendimento e inclusão; e Intervenção Estratégica, a partir de estudos e entendimentos sistemáticos dos indicadores de criminalidade das localidades atendidas pelo programa, por meio da articulação contínua das instituições do sistema de defesa social e justiça, possibilitando intervenções de repressão qualificadas, que restringem a atuação dos aparatos coercitivos do Estado a ações estritamente delimitadas, respeitados os direitos humanos e a segurança de pessoas e comunidades, visando à redução dos homicídios e o aumento da sensação de segurança individuais e coletivos (MINAS GERAIS, 2009, p. 83).

Os dois Eixos – Proteção Social e Intervenção Estratégica – são a base de sustentação do Programa; e, serão discutidos a seguir.

2.2.1 A proteção social no Programa Fica Vivo!

Análise da Dinâmica Social das Violências e da Criminalidade; Oficinas de Esporte, Cultura e Arte; Multiplicadores; atendimentos individuais; Projetos Locais, de

Circulação e (Inter) Institucionais; Fóruns Comunitários; são práticas que compõem o Eixo de Proteção Social do FV! (MINAS GERAIS, 2015).

A Análise da Dinâmica Social das Violências e da Criminalidade é de responsabilidade da equipe técnica (gestão social e analistas sociais) em diálogo com a Rede comunitária, buscando compreender a dimensão cultural, social e histórica dos moradores. Isso se dá com base numa "...concepção de território que extrapola a dimensão física, pois se leva em conta o pertencimento a ele e as relações construídas entre as pessoas que nele vivem" (MINAS GERAIS, 2015, p. 12).

Ao analisar a Dinâmica Social das Violências e da Criminalidade, é levado em conta o

histórico sobre a formação do município e do território atendido; redes de serviços públicos, privados e comunitários existentes; qualidade do atendimento prestado à população pela rede de serviços; existência ou não de violência institucional; mobilidade da população; rivalidade entre indivíduos e grupos; cultura do silêncio; regras locais de convivência; tipos de violências e crimes mais comuns; localidades e horários onde os crimes ocorrem; faixa etária das vítimas e dos agressores; aumento da circulação de pessoas armadas, dentre outros (MINAS GERAIS, 2015, p. 12).

A análise da Dinâmica Social das Violências e da Criminalidade possibilita um olhar para o território, ou seja, para as relações sociais e de poder ali construídas. Ao considerar os pontos acima descritos, as territorialidades dos sujeitos aparecem de diferentes maneiras e mostram o movimento dos indivíduos, ou seja, o uso que fazem do território, bem como os significados que atribuem às pessoas e às coisas. Esse movimento é constituído de culturas, identidades, visões de mundo e vivências.

Com base na defesa de Bonnemaison (1980), ao discutir as visões culturais em relação ao espaço, entende-se que o vínculo com o lugar o torna "sagrado"; e é essa intensidade da relação com o lugar, essa essência afetiva, que faz a cultura ser sentida. Logo, pode-se falar em relação cultural com o bairro, com o território (espaço físico, relações, culturas...).

A partir dessas considerações é que se pode dizer que é feita uma leitura do território, uma vez que abrange uma dimensão simbólica, que leva em conta as relações construídas, as culturas, os sentimentos de pertencimento; e, não, simplesmente, o lugar, o bairro:

A vertente territorial do programa implica considerar e compreender a dimensão cultural e particularidades locais dos territórios atendidos, os anseios e não somente as necessidades da população local. Trata-se de uma concepção de território que extrapola a dimensão física, pois se considera o

sentimento de pertencimento e as relações construídas entre as pessoas que nele vivem (SOUZA, 2016, p. 93).

A análise do território é a base para a escolha dos temas e dos locais de ocorrência das Oficinas de Esporte, Cultura e Arte, que partem da demanda dos adolescentes e jovens e do contexto em que está inserido o bairro. Esse é um momento para o/aicineiro/a¹² ir além de ensinar um ofício; mas, criar vínculo com o público alvo e possibilitar espaços de reflexão sobre a realidade de vida dos adolescentes e jovens, de modo que eles (re) pensem ao fazerem suas escolhas. Adolescentes e jovens que se destacam no ofício e que mantêm um bom diálogo com os demais podem se tornar Multiplicadores, tornando-se uma referência entre os demais jovens, para o/aicineiro/a e para o território.

Quando o Programa, campo desta pesquisa, propõe, em sua metodologia, que os adolescentes e jovens tornem-se Multiplicadores, ele os empodera. Batistella (2007) discute que o empoderamento

encontra similaridades com [...] a conformação de sujeitos históricos, capazes de reconhecer o nível de determinação das estruturas, capacitando-se técnica e politicamente para atuar na sua transformação, é chave na dialética necessária para construção de novas relações sociais, possibilidades de um mundo movido por outra utopia (BATISTELLA, 2007, p. 80).

Entendemos que instigar os adolescentes e jovens a serem Multiplicadores oportuniza a esse público a vivência de suas territorialidades de modo a fazer um uso diferenciado do território, mesmo que estes sejam vulneráveis. Esse embasamento político, no sentido de gerar mudança, propicia a construção de novas relações sociais e de poder.

Esse processo é, de acordo com Caliman (2011), instigador “para que a pessoa consiga caminhar com as próprias pernas, aprenda a pescar em vez de ganhar o peixe, ser proativa em vez de eternamente reativa às suas infinitas carências e sofrimentos” (CALIMAN, 2011, p. 250).

¹² O critério de escolha para o/aicineiro/a do FV!, é que seja, preferencialmente, morador de um dos bairros da área de abrangência do Programa, de modo que possa contribuir com a análise da dinâmica criminal; e, que este tenha experiência com adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidades. Levando em conta a importância desse profissional, responsável pelas Oficinas do Programa, para o Programa, dedicaremos neste trabalho uma análise mais aprofundada sobre ele no capítulo 5.

Logo, empoderar é possibilitar que o indivíduo (nesse caso, o adolescente ou o jovem) construa sua autonomia; é propiciar que ele saia da ingenuidade e alcance a criticidade, que se liberte da passividade e chegue à militância (GRACIANI, 2006).

Esse trabalho educativo de empoderamento, apesar de não se restringir à camada popular, faz-se necessário com mais veemência, na maioria das vezes, nos territórios mais pobres, uma vez que a maior parte das pessoas está mais distante de seus direitos.

Ainda no Eixo de Proteção Social, dois momentos são colocados de escuta ao adolescente/jovem e de intervenção: os Atendimentos Individuais e os Fóruns Comunitários, normalmente organizados pelos/as analistas sociais. O que os difere é que nos Fóruns Comunitários a realidade vivenciada pelos adolescentes e jovens é discutida com demais moradores e a Rede comunitária. Ambos os momentos são vistos como espaços de construção de estratégias para intervir nos conflitos advindos das Dinâmicas Sociais das Violências e Criminalidades.

Os Projetos Locais, os Projetos de Circulação e os Projetos (Inter) Institucionais também são pensados a partir da Análise da Dinâmica Social das Violências e da Criminalidade e se mostram como possibilidade de ampliação de aproximação e atendimento aos adolescentes e jovens. Os três Projetos têm prazos e objetivos previamente definidos. O que os distingue é que o de Circulação, como o próprio nome mostra, tem por intuito possibilitar a circulação do público atendido "...para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade" (MINAS GERAIS, 2015, p. 15). Já os (Inter) Institucionais não são um "...conjunto de ações desenvolvidas para cada localidade, mas uma atividade que envolve em um só projeto todas as localidades atendidas pelo Programa ou a maior parte dela" (MINAS GERAIS, 2015, p. 16). É como um intercâmbio entre os adolescentes e jovens.

Em territórios de vulnerabilidade com destaque para o consonante das violências e criminalidade, como é caso das áreas de abrangência do FV!, é comum encontrar pessoas que não conhecem e/ou nem frequentam outros bairros ou até mesmo determinadas localidades dentro do próprio bairro que residem. Sabe-se que, devido às barreiras invisíveis, colocadas pelas violências e pela criminalidade, a mobilidade fica comprometida.

Há uma ideia aludida pela mídia e pelas famílias, entre jovens e adultos, de que a rua é perigosa. É comum ouvir expressões como: "menino, vem 'pra' dentro", ou

“não fique até tarde na rua”, dentre outras. Entretanto, ruas que conseguem ser lugares de sociabilidade – logo, de produção cultural –, evitariam que o jovem tivesse medo do lugar público (CARRANO, 2003). Por isso, Carrano (2003) evidencia a cidade como espaço necessário da educação e que o lugar público seja contexto de conquista de direitos. Conseqüentemente, a rua evidenciaria o sentido educativo das relações com a cidade, o que contribuiria para a redução da insegurança coletiva que a rua traz.

No mesmo âmbito, Benites (2013) ressalta que “os jovens são dominados por medos: medo do futuro, medo das cidades, medo do desemprego, medo da morte [...]” (BENITES, 2013, p. 70). Cara e Gauto (2007) afirmam que os jovens têm medo da violência e do desemprego. Essa questão nos faz refletir sobre a importância de a sociedade perceber os jovens como sujeitos da própria história; e, também, como vítimas dos problemas sociais. É comum ouvirmos frases pejorativas do tipo “mora no bairro ‘tal’ é marginal”, “se vir um jovem negro, de boné, de bermuda e de bicicleta, pode correr que ele vai te assaltar”. O que se sabe é que os jovens recebem estigmas ao serem percebidos como pessoas com comportamentos de risco.

Para Cara e Gauto (2007), é esse sentimento de medo e insegurança, ou seja, a falta de garantia de direitos fundamentais como lazer, educação, trabalho, segurança, dentre outros – características essas marcantes nos territórios de vulnerabilidade –, que leva muitos jovens a se envolverem com a violência. Nesse caso, assim como já discorremos no capítulo anterior, tornam-se, também, agentes (autores), e não somente vítimas da violência.

Vale lembrar que, independentemente de esses jovens serem vítimas ou autores, o que deve ser considerado também é o fato de vivenciarem territórios de vulnerabilidade. Entende-se que estar em situação de vulnerabilidade é estar numa situação que não se controla; é estar sujeito a determinado contexto. Quando afirmamos que não se controla, não quer dizer que não há solução; e sim que aquele contexto vivido, muitas vezes, não foi criado por ele, não dependeu dele.

No que tange aos territórios urbanos, Carrano (2003) instiga o leitor a refletir sobre uma organização democrática das cidades a partir da construção de espaços públicos que enfatizem a identidade juvenil com foco na pluralidade cultural, uma vez que as ações da cidade poderiam mostrar os distintos contextos da experiência da juventude, ou seja, da condição juvenil. Segundo o autor, a vida social na cidade envolve relações que revelam identidades individuais e coletivas dos jovens. Todavia,

a complicada organização das cidades tem desafiado os jovens sobre a definição e a afirmação de si; o que os leva à produção de novos significados e negociações constantes.

Esse autor aborda que “...a violência parece ser, hoje, o principal combustível para o desenvolvimento das investigações acadêmicas e estudos destinados à formulação de políticas públicas” (CARRANO, 2003, p. 131). Para ele, apesar de os jovens serem associados à violência e vistos como risco e ameaça, a vida na cidade pode levar grupos sociais da juventude a construir alternativas criativas para as crises da contemporaneidade.

A seguir, apresentamos o Eixo de Intervenção Estratégica, que atua junto ao de Proteção Social no FV!.

2.2.2 A intervenção estratégica no Programa Fica Vivo!

A operacionalização de Policiamento Preventivo Especializado e a formação e funcionamento de Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) compõem o Eixo da Intervenção Estratégica no FV! (MINAS GERAIS, 2015).

O Policiamento Preventivo Especializado é realizado pelo GEPAR da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), tendo por intuito um policiamento preventivo – de modo a ampliar a sensação de segurança –, bem como desenvolver ações repressivas. Vale salientar que o diferencial desse Grupo para os demais da PMMG é que ele tem por objetivo buscar um diálogo com os moradores e instituições locais de suas áreas de abrangência.

O GEPAR é exclusivo a comunidades com altos índices de violências e criminalidade. O Grupo, que tem como foco o policiamento comunitário, baseia-se no tripé prevenção, repressão qualificada e mobilização social. Ao fazer referência à mobilização social, em sua filosofia, o GEPAR insere-se na rede de proteção social juntamente com o FV!:

O GEPAR está inserido nessa rede de proteção social e deve atuar baseando-se no policiamento comunitário para buscar, em conjunto com os Centros de Prevenção à Criminalidade (CPC), nos locais onde estiverem instalados, a mobilização social das lideranças comunitárias que atuam nos equipamentos públicos, como por exemplo: escolas, postos de saúde, Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), Organizações não Governamentais (ONGs), oficinas de cultura, igrejas, etc. (MINAS GERAIS, 2016, p. 16).

Constata-se, então, o foco no sentido de mobilizar a rede em prol da segurança pública, mostrando, assim, uma preocupação da Polícia em desenvolver ações de mobilização comunitária que promovam a paz e propiciem a constituição de ambientes seguros para se viver.

O documento – popularmente conhecido como *Instrução 003* – aponta ações de mobilização social a serem desenvolvidas pelo Grupo, a saber:

- a) incentivar a comunidade a mobilizar-se socialmente, com o propósito de estabelecer objetivos comuns a serem desenvolvidos em prol desta e, por consequência, contribuir para construção de um ambiente seguro;
- b) atuar como mediador entre a sociedade e os órgãos públicos responsáveis pela infraestrutura urbana da área de risco, sempre que deparar com demandas específicas deles, no intuito de solucionar os problemas locais;
- c) fomentar em conjunto com o Centro de Prevenção à Criminalidade, nos locais onde estiverem instalados, ações de entretenimento, práticas esportivas, palestras, projetos preventivos, feiras culturais, campanhas educativas e outros, dentro do enfoque de participação e interação com a comunidade;
- d) realizar ações integradas com os postos de saúde, escolas, centros de referência de apoio ao cidadão, entre outros, no sentido de contar com a participação efetiva destes órgãos no atendimento aos anseios sociais;
- e) estabelecer parceria entre a população local e a polícia, com o propósito de trabalharem juntas para identificar, priorizar e solucionar problemas daquela comunidade, bem como construir uma identidade recíproca voltada para a coparticipação na prevenção e produção de segurança;
- f) cadastrar líderes comunitários, associações, escolas, postos de saúde, órgãos de assistência social, organizações não governamentais (ONGs), rádios comunitárias e quaisquer outras organizações públicas ou privadas que atuam na área de risco, com o objetivo de fomentar a interação social e a atuação em rede;
- g) promover reuniões comunitárias, incentivar as lideranças locais a participar do Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP) e mobilizar a comunidade visando à melhoria da qualidade de vida dos moradores, inclusive propondo a criação de Redes de Proteção Preventiva;
- h) fomentar e participar de projetos sociais que visem a interação da comunidade com a PMMG e demais órgãos do Sistema de Defesa Social, melhorando assim o relacionamento e a visão dos moradores locais em relação à polícia e resgatando a dignidade dessas pessoas (MINAS GERAIS, 2016, p. 23-24).

Com a análise do documento, constata-se a defesa de uma Polícia que está para além da repressão, uma Polícia que busca desenvolver seu trabalho de modo preventivo, via mobilização comunitária. Ao referenciar a construção de objetivos comuns com a comunidade na busca pela solução de problemas coletivos, ao fazer menção a ações com foco na participação da comunidade e integração com a Rede local, e ao esperar que os/as moradores, das áreas de abrangência do GEPAR, estabeleçam uma visão de uma Polícia que preza pela dignidade das pessoas e pela melhoria da qualidade de vida, constata-se o anseio por uma política de Segurança

Cidadã, discussão essa já levantada nesse capítulo. Constata-se, ainda, o foco na mobilização social e em ações preventivas, o que pode ter como consequência uma redução na necessidade de ações de repressão.

Mensalmente, o GEPAR se reúne com a equipe técnica – gestão social, analistas sociais e estagiários/as – dos CPC's de base local, com intuito de trocar informações sobre a Análise da Dinâmica Social das Violências e da Criminalidade e refletir sobre possíveis intervenções.

No que tange à formação e ao funcionamento do Grupo de Intervenção Estratégica (GIE), periodicamente, há reuniões para discussão coletiva e planejamento de ações de proteção social e de repressão qualificada, a partir de situações reais relacionadas à dinâmica criminal dos territórios. Esses encontros acontecem entre a Diretoria dos Programas de base local da Política de Prevenção da SUPEC/SESP, as Polícias Militar e Civil, o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Gestão Social dos Centros de Prevenção à Criminalidade (responsáveis pela gestão dos Programas da Política de Prevenção) e a Secretaria Municipal de Segurança Pública – (MINAS GERAIS, 2009; 2015).

Diante do esclarecimento de como é composto cada Eixo do FV!, a Política de Prevenção defende que a Proteção Social e a Intervenção Estratégica têm suas especificidades, bem como estão correlacionadas. Há uma defesa que ambas caminhem juntas, de modo que o diálogo seja constante. Nesse sentido, o FV! atua nos dois eixos – Proteção Social e Intervenção Estratégica –; contudo, suas ações se encaixam mais no primeiro eixo, uma vez que o GEPAR e o GIE que abarcam o segundo.

Nos próximos capítulos, será apresentado o FV! em Governador Valadares. Anteriormente, porém, apresentaremos os caminhos que traçamos, em nossa atuação junto à juventude, bem como se deu a parte empírica desta investigação.

CAPÍTULO 3 – ANDANÇAS DE UMA PESQUISADORA EM TERRITÓRIOS JUVENIS

Neste capítulo, em sua primeira seção, será apresentada a caminhada da pesquisadora em territórios por onde transitam os jovens, o que contribui para uma reflexão de nossas experiências com a juventude, minha inserção no território como gestora social do CPC Turmalina e pelos conhecimentos teóricos construídos como pesquisadora.

Na segunda seção, será explanado o percurso metodológico deste estudo, que incluiu o processo de autorização para realização da pesquisa, a análise documental, os procedimentos metodológicos para a coleta dos dados empíricos, a saber: questionário, que traça o perfil social dos sujeitos, e entrevistas.

Este capítulo é marcado pelas emoções que transformaram meus olhares como pesquisadora e as análises nas quais me envolvi, em função da minha inserção, há algum tempo, no debate sobre a juventude, bem como as contradições vividas nesse processo enquanto profissional e pesquisadora.

3.1 UMA APROXIMAÇÃO PELOS TERRITÓRIOS POR ONDE TRANSITAM JOVENS

Em 2002, como jovem, ingressei no curso de graduação em Pedagogia, onde me encantei pela possibilidade de atuação do pedagogo para além dos muros na escola, seguindo as proposições da Pedagogia Social¹³. Ao estudar algumas disciplinas voltadas para tal fim, e ao desenvolver um Estágio Curricular Não Obrigatório, no Programa Habitar Brasil/ BID (HBB)¹⁴, pude vislumbrar a possibilidade de uma intervenção pedagógica para além da docência na Educação Básica.

¹³ “A Pedagogia Social procura promover a sua [do sujeito] capacidade pessoal de se assumir como sujeito da própria história e da História; como agente de transformação de si, do outro e do mundo, como fonte de criação, liberdade e construção dos projetos pessoais e sociais numa dada sociedade dada, por uma prática social crítica, criativa e participativa” (GRACIANI, 2014, p. 21).

¹⁴ De 2004 a 2006, atuei como estagiária no HBB, via Projeto Integrado de Participação Comunitária, no Morro do Querosene, que tem por intuito desenvolver intervenções físicas conjuntamente com sociais. Trata-se de um programa do Governo Federal, gerido na época pelo Município de Governador Valadares e por uma ONG de Belo-Horizonte que planejava, executava e avaliava a parte social. Essa experiência me proporcionou vivenciar discussões de participação comunitária para a implantação de uma creche no bairro; implantar o Programa Brasil Alfabetizado, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA); elaborar, implementar e desenvolver projetos em escolas e instituições educativas, que buscam estreitar o relacionamento entre a família e a escola; acompanhar pedagogicamente o processo ensino-aprendizagem de alunos dos cursos promovidos para geração de emprego e renda e para gestão comunitária; encaminhar para inserção no mercado de trabalho; participar de projetos e

A experiência nesse Programa me fez constatar que a Pedagogia possibilita, ao profissional que ela forma, um olhar intencional sobre a prática educativa, e que o pedagogo tem competência para diagnosticar, planejar e propor ações educativas, independentemente da instância de atuação – espaço escolar ou espaços não escolares (DIAS, 2005).

Esse estágio culminou na escrita de meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “A atuação do pedagogo na educação não formal” (DIAS, 2005). A realização dessa pesquisa contribuiu para constataremos que “...o pedagogo é um agente de transformação social e um articulador de relações interpessoais e de grupos no espaço educativo” (DIAS, 2005, p. 52). E, que “...a Pedagogia não se restringe à gerência desse espaço; pois, o pedagogo tem concepções de educação, de infância, de juventude diferenciada dos demais profissionais (DIAS, 2005, p. 52).

Ainda no que tange à minha experiência, como acadêmica do curso de Pedagogia, vale salientar que fui bolsista de iniciação científica na pesquisa “A articulação entre tempo social e tempo escolar no processo de aprendizagem de jovens inseridos em programas de escolarização”¹⁵. Com isso, pude me aproximar do público que nesta investigação é meu objeto de estudo: os jovens. Buscar compreender como os jovens lidam com o tempo e o organizam, me fez refletir desde então sobre a constituição das experiências juvenis.

Assim que me formei, em 2005, recebi uma proposta para coordenar um programa de combate à violência e à criminalidade – Programa Comunidade Viva em Ação –, gerido pelo Município de Governador Valadares com recurso do Governo Federal. Oficinas no âmbito da cultura, do esporte e do lazer eram ofertadas para crianças e adolescentes. Para os jovens e adultos, eram desenvolvidas ações de geração de renda.

Essa experiência me possibilitou adentrar no campo da juventude e procurei compreender “...uma espécie de linguagem codificada a partir da qual o grupo lê, difunde e reproduz sua própria visão de mundo” (BONNEIMAISSON, 1981, p. 123). Atitudes, linguagens, vestuário e músicas que eu conheci na pessoa dos adolescentes

cursos de fomento à organização e participação comunitária; captar recursos e parcerias para desenvolvimentos de projetos comunitários; participar e implantar projetos de Educação Ambiental e Sanitária; e acompanhar pedagogicamente atividades socioeducativas (oficinas).

¹⁵ Pesquisa coordenada pela profa. Lícínia Maria Correa com a participação das professoras Maira Alvarenga de Souza e Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.

e dos jovens me apresentavam uma sociedade ainda desconhecida e que se revelava como instigadora no que tange a aprofundar sobre suas experiências juvenis.

Territórios de vulnerabilidade se despontavam, a partir da fala dos adolescentes e jovens, a cada encontro com eles. Territórios esses que, atualmente, na convivência com os jovens do Programa FVI, são construídos e vivenciados. Os territórios da violência influenciavam tanto as trajetórias escolares quanto as relações com os pares e com o mundo do trabalho e da cultura. Mas, mesmo em territórios de vulnerabilidades, os jovens construía suas territorialidades, revelando, assim, sua condição juvenil.

Em 2008, trabalhei como Supervisora Pedagógica do Programa Poupança Jovem do Governo de Minas Gerais e gerido por uma OSCIP de Belo-Horizonte. Mais uma vez, fui desafiada a refletir e buscar compreender as juventudes, uma vez que supervisionava pedagogicamente o trabalho dos educadores sociais. Estudar as juventudes e elaborar, junto com os jovens, as ações a serem desenvolvidas, me fascinava.

Desde então venho construindo minha trajetória profissional no campo de gestão de programas/ projetos sociais de cunho educativo, no âmbito da infância e da adolescência, da juventude e da segurança pública.

Atuei, também, na docência do Ensino Superior, de 2009 a 2016, no curso de Pedagogia da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Nessa instituição, lecionei as disciplinas História da Educação I e II, Fundamentos da Infância e da Adolescência, Didática, Fundamentos da Gestão II, Políticas em Educação e Educação Social; e, nas demais licenciaturas – História, Letras e Ciências Biológicas –, a disciplina Políticas Públicas e Organização da Educação Básica.

No curso de Pedagogia, orientei o Estágio Curricular Obrigatório em Espaços Educativos Não Escolares de 2009 a 2015. Nessa experiência, foi possível refletir com os/as estudantes sobre a atuação desse profissional em distintos espaços, bem como analisar e compreender múltiplos territórios vivenciados pelos jovens.

A atuação como docente na UNIVALE propiciou, também, a inserção em atividades de extensão, dentre as quais cito: formadora de educadores do Programa Pro Jovem Urbano¹⁶, via Assessoria de Extensão, de 2009 a 2011; coordenadora da

¹⁶ Programa do Governo Federal, gerido pelo Município de Governador Valadares, que tem como objetivo “Elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que [...] não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta etapa por meio da modalidade de Educação de

subárea Educação Social/Pedagogia do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)¹⁷, de 2014 a 2015; coordenadora do Laboratório de Didática (LAD) – espaço responsável por organizar e implementar todos os eventos do curso, tais como Programa Roda de Saberes, Oficina Mão na Massa, Debates em Educação, Colóquio de Educação Especial, Tecendo Redes, Aula Inaugural, Trabalho Interdisciplinar. Atuações essas que sempre remetiam, de alguma forma, à condição juvenil.

Ao entrar para o Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* de Gestão Integrada do Território da UNIVALE, as minhas “andanças” pelos territórios juvenis influenciaram minha opção por pesquisar experiências juvenis em territórios de vulnerabilidades. Defendo que o tema de pesquisa deve ser algo que vislumbra o/a pesquisador/a de modo que ele/a se sinta fascinado por aquela temática. E, na busca pela análise da constituição das experiências juvenis, bem como suas singularidades, é que venho procurando compreender os significados que os jovens dão ao território.

Com os estudos, foi possível constatar que o território é uma construção dos sujeitos e é constituído por relações sociais e culturais. Como os sujeitos dão vida ao território a partir de suas culturas, vivências e visões de mundo, pode-se afirmar, então, que é essa organização que dá sentido ao território (HAESBAERT, 2006; 2007a; 2007b; 2008).

E, nessa trajetória de pesquisadora, tive a enriquecedora oportunidade de começar a atuar como gestora social dos CPC's Turmalina e Carapina, unidades essas responsáveis pelos Programas FV! e Mediação de Conflitos. Como meu objeto e campo de pesquisa já estavam definidos, eu já vinha estudando o FV!, bem como seus objetivos e metodologia. Contudo, adentrar nesse território me possibilitou fazer o exercício de ver “o mundo com os olhos dos habitantes” (BONNEMAISON, 1981, p. 122). Dessa maneira, comecei a perceber os jovens de modo diferenciado e a

Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania [...]”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoas?id=17462> Acesso em 05 de nov. 16

¹⁷ Programa do Governo Federal que busca “[...] proporcionar aos futuros professores participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar e que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem”. Disponível em: <http://pibid.dce.ufpb.br/Inicio/inicio/objetivos> Acesso em 05 de nov. 2016. Eu orientava o trabalho de 20 bolsistas, do curso de Pedagogia, que desenvolviam oficinas de cidadania, trabalho, orientação sexual, dentre outros temas demandados pelos adolescentes e jovens, que cursavam os anos finais do Ensino Fundamental em escolas públicas municipais.

aprender com eles que “...não eram mais – graças a Deus – objetos de investigação; mas, senhores do jogo” (BONNEMAISON, 1981, p. 119).

Os jovens começaram a me fornecer uma primeira leitura do território como simbólico e cultural, marcado por culturas juvenis, por vivências, por relações – inclusive de poder – por códigos e por uma visão própria de mundo. Marcas essas que também apontam vulnerabilidades, que se desdobram em múltiplos territórios, que os sujeitos significam a partir do uso que fazem dele – as territorialidades. Constatei que “por meio de sua territorialidade, um povo [o jovem] exprime sua concepção de mundo, sua organização, suas hierarquias e funções sociais” (BONNEMAISON, 1981, p. 124).

Esse novo olhar marcado pelas minhas experiências com a juventude, pela inserção no território como gestora social do CPC Turmalina, e pelos conhecimentos teóricos construídos como pesquisadora, possibilitou constatar que “...compreender uma sociedade [território] que não é a sua [seu] é uma empreitada quase impossível. O problema é encontrar a chave que permita agarrar a parte mais significativa do real” (BONNEMAISON, 1981, p. 124). Foi possível aprender também que para pesquisar é preciso se convencer que esse processo é “...terreno movediço entre o esperado e o inesperado, entre a repetição e a inovação...” (SILVEIRA, 2002, p. 126-127).

Portanto, são nas tramas da pesquisadora, nas *incertezas*, nas *certezas* provisórias, e na busca por problematizar as experiências juvenis, que se encontra traçado o percurso metodológico deste estudo.

3.2 PERCURSO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS JUVENIS NO PROGRAMA FICA VIVO! (FV!) EM GOVERNADOR VALADARES/ MG

Este estudo assume, pois, este modo de compreender que não há uma juventude e sim jovens como sujeitos que a vivenciam de acordo com o contexto sociocultural em que estão inseridos (CHARLOT, 2006a; DAYRELL e PAULA, 2011; DAYRELL, 2012). Logo, experimentam diferentes modos de ser jovens (DAYRELL, 2003). Com base nisso, neste trabalho utilizaremos o termo *juventudes* pelas diferentes formas de os jovens viverem a condição juvenil.

O percurso metodológico, que será descrito adiante, buscou compreender os significados que os jovens atribuem às experiências vivenciadas no Programa; traçar o perfil social dos jovens no que diz respeito à idade, escolaridade, sexo, situação no

mercado de trabalho; conhecer a condição juvenil a partir de relatos dos jovens envolvidos no Programa, bem como suas expectativas presentes e futuras; e identificar as possibilidades educativas que o Programa Fica Vivo! apresenta para os jovens que frequentam suas ações.

Este Programa, conforme já apresentado anteriormente, é uma política da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) do Governo de Minas Gerais, cuja ação na cidade de Governador Valadares concentra-se em dois CPC's de base local, situados nos bairros Turmalina e Carapina.

Para a pesquisa a ser realizada, foi selecionado o CPC Turmalina, por ser o primeiro instituído em Governador Valadares, desde 2006 (MINAS GERAIS, 2009), portanto, o Programa completa 10 (dez) anos de atuação no bairro e adjacências.

Participam das ações do Programa no bairro Turmalina, conforme documentos disponíveis CPC, que coordena as ações do Programa na cidade, cerca de 400 (quatrocentos) adolescentes e jovens com idade entre 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) anos. Para este estudo, foram selecionados jovens com idade entre 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos por, supostamente, terem uma maior trajetória no Programa, e por contradizerem as estatísticas brasileiras que apontam que grande parte dos jovens valadarenses não chegará aos 19 anos de idade (MELO, 2012).

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa-quantitativa (FLICK, 2013), uma vez que, além de levantar dados numéricos e representativos sobre os jovens do FV! do CPC Turmalina, propõe-se a uma análise aprofundada de questões específicas da condição juvenil; e por não considerar como prioridade a quantidade de jovens pesquisados, mas, sim, o que os dados coletados revelam, bem como seus símbolos e seus significados, ou seja, compreender processos e os sujeitos¹⁸.

É uma pesquisa interdisciplinar, pois o estudo pretendido ultrapassa o campo da Educação e busca elementos da Sociologia da Juventude, em diálogo com perspectivas teóricas do campo da Geografia. Compreende-se, portanto, o defendido por Souza, Meireles e Bicalho (2015), que apontam para a fecundidade dos estudos de e sobre território para a compreensão de diferentes fenômenos no campo da educação:

Nesse sentido empreende-se um movimento de pensar os sujeitos como pessoas (crianças, adolescentes, jovens, adultos) situadas no espaço e

¹⁸ Projeto aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa sob o número 58280316.1.0000.5157. Este estudo respeita as normas éticas das pesquisas envolvendo seres humanos.

tempo, com marcadores sociais diversos (gênero, raça, etnia, religioso, idade...), habitantes das cidades e do campo, das periferias ou “sem espaços de vida”, quer seja na cidade ou no campo, e os considerarmos como no dizer de Freire (1980), pessoas concretas, que vivenciam em um lugar contextos sociais e culturais de sua época, marcadas pelas lutas, embates e, muitas vezes, pelas mazelas sociais (SOUZA, MEIRELES e BICALHO, 2015, p. 12, aspas das autoras).

Para coleta de dados, foram utilizados os procedimentos descritos a seguir.

Após contato com a Diretoria do FV!, via Núcleo de Proteção Social da Juventude da Subsecretaria de Políticas de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) da SESP, e concessão da permissão para realização do estudo, foi solicitado acesso aos documentos que possibilitem identificação e análise das atividades do Programa no CPC Turmalina. Os documentos aos quais tivemos acesso foram: Relatórios Qualitativos, Relatórios Quantitativos, Relatórios Consolidados¹⁹, Relatórios Analíticos²⁰, Memórias de Reuniões do GEPAR, Registro Mensal de Participação dos Jovens em Oficina, Cadastro dos Jovens, bem como arquivos digitais de organização do trabalho no CPC Turmalina.

A seguir, foram identificados os participantes do Programa por meio de Relatórios Quantitativos, Relatórios Consolidados e Registro Mensal de Participação dos Jovens na Oficina. Na sequência, foi realizada a seleção dos sujeitos. Optou-se por trabalhar com jovens de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, e não os adolescentes de até 17 (dezessete) anos, por este estudo debater a noção de juventude, por considerar que eles têm maior trajetória no Programa e por se manterem vivos em territórios de vulnerabilidade.

Foi traçado o perfil social de 30 (trinta) jovens de ambos os sexos, na faixa etária selecionada. Foram levantadas as seguintes informações: idade; escolaridade; sexo; situação no mercado de trabalho; situação civil; presença ou não de filhos/as, se tiver filhos/as, quantos são; situação na estrutura familiar; tempo de participação no Programa; distância entre sua casa e as ações que participa no Programa; outros projetos sociais ou espaços que frequenta, além do Programa Fica Vivo!.

¹⁹ Os Relatórios Quantitativos, Qualitativos e Consolidados referem-se aos atendimentos de jovens em Oficinas, Projetos, Atendimentos Individuais, dentre outros pontos, neste trabalho, já detalhados no Eixo Proteção Social do FV!. Os Relatórios Quantitativos e os Qualitativos são de responsabilidade dos/as analistas sociais; já o Consolidado, é construído em conjunto com a gestão social.

²⁰ Os Relatórios Analíticos constam a análise da dinâmica criminal dos territórios; e é de responsabilidade dos/as gestores/as sociais.

Foi observado um escalonamento tendo como base o tempo de participação no Programa: do maior tempo ao menor tempo de participação. A intenção era atingir o número de amostra prevista, no Projeto de Pesquisa, de até 100 (cem) jovens. Contudo, como não foi possível a obtenção desse número de sujeitos, foi traçado o perfil de 30 jovens. No Projeto, já estava prevista a participação de um número menor de sujeitos. A partir do Cadastro de Jovens em Oficinas (Anexo II) – documento do Programa –, transferiu-se as informações para o Questionário (Anexo I), formulário, com questões fechadas, previamente elaborado para esta investigação. Questões relevantes para esta pesquisa e que não continham no Cadastro de Jovens, tais como experiência no mercado de trabalho, tempo de participação no Programa, distância entre a residência do jovem e o local da oficina, foram inseridas, em um formulário extra (Anexo IV), e levadas para os jovens. Os dados serão apresentados através da Estatística Descritiva, que aqui terá o objetivo de descrever o perfil desses jovens, sem a preocupação com a produção de generalizações.

Destaca-se a dificuldade encontrada para acessar um número maior de jovens, bem como o retorno dos/as oficinairos/as com os Cadastros dos Jovens, uma vez que a Diretoria e a Supervisão Metodológica do FV! orientaram, após a retomada das atividades do Programa, que os Cadastros só fossem preenchidos após os/as oficinairos/as criarem vínculo com o jovens, ou seja, depois de uma certa assiduidade deles na Oficina.

Após esse primeiro movimento, foram realizadas entrevistas abertas (Anexo III) e individualizadas com cada jovem, onde foram investigadas, a partir de um Roteiro de Entrevista, questões relacionadas com a constituição das experiências juvenis. Foi explorado o que o jovem tem experienciado e aprendido em diferentes lugares da cidade, que transita e frequenta, e no FV!; e o valor que ele confere a essas vivências e aprendizagens, bem como as suas expectativas presentes e futuras.

As entrevistas abertas foram gravadas, uma vez que todos os sujeitos aprovaram tal prática. De modo a garantir o sigilo, elas aconteceram em local reservado dentro do próprio CPC. Foram convidados, a participar, 07 (sete) jovens com idade compreendida entre 18 (dezoito) e 24 anos (vinte e quatro). Procurou-se respeitar a paridade entre os sexos, entretanto, como a maior parte das jovens não deu abertura para realização da entrevista, entrevistou-se mais os jovens do que as jovens.

Estes sujeitos foram selecionados a partir das informações proporcionadas pela descrição do perfil social. Além do maior tempo de permanência no Programa, a intenção era partir do eixo da escolaridade. Foram escolhidos, para participar da entrevista, jovens que têm o Ensino Fundamental e/ou que não concluíram esta etapa da Educação Básica; e que têm o Ensino Médio e/ou que não o concluíram. Foram excluídos, dessa fase da pesquisa, sujeitos com menor tempo de participação no Programa. Inicialmente, o Projeto de Pesquisa previa entrevista com 10 (dez) jovens. Todavia, como houve uma paralisação temporária das ações do Programa (que será esclarecida no próximo capítulo), e que comprometeu a coleta de dados, devido ao tempo, optou-se por diminuir o número de entrevistados.

Tanto na etapa do Questionário, que traçou o perfil social dos jovens quanto na das Entrevistas, além de se refletir sobre a condição juvenil e a situação juvenil, bem como as singularidades dos jovens, foi possível problematizar, enquanto gestora, quais intervenções seriam possíveis com os jovens do FV!

A proposta de estudo foi à Diretoria do FV! – SUPEC/SESP – para solicitação de autorização para a realização da pesquisa. Um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi elaborado com a descrição resumida da metodologia da pesquisa e os riscos e benefícios provenientes desta. Este termo, assinado pela pesquisadora, foi apresentado (em duas vias) a cada jovem que participou do estudo para consentimento. A pesquisadora entregou uma via ao jovem e arquivou a outra.

O material coletado foi acondicionado no Núcleo de Estudos Interdisciplinares (NIESD), na Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), sob a responsabilidade da professora orientadora do estudo. Os TCLE's e outros documentos que contenham a identificação dos participantes serão guardados separadamente dos dados obtidos, objetivando a não associação de nomes e resultados. Todos os nomes citados neste texto foram substituídos por nomes de referências.

Ao final da pesquisa, pretende-se dialogar com as analistas sociais, com os/as oficinairos/as, bem como com a Diretoria e a Supervisão Metodológica do Programa sobre os dados coletados. Entendemos que os “achados” dessa investigação são importantes para o crescimento da equipe, o que pode propiciar reflexões da prática cotidiana, de modo a contribuir em intervenções que instiguem os jovens a construir e vivenciar novas territorialidades mesmo em territórios de vulnerabilidades.

Entendemos que “...não basta viajar em torno do território; é preciso realmente invadi-lo” (BONNEMAISON, 1981, p. 131). Minha condição de pesquisadora e profissional, que atua diretamente no campo de pesquisa investigado, pode favorecer o adentrar nesses territórios juvenis com um olhar sensível às intuições, às pistas e às dúvidas (COSTA, 2002) e com consciência de que:

Pesquisar é uma aventura [...] Achados e resultados de pesquisa são parciais e provisórios [...] Pesquisar é um processo de criação e não de mera constatação [...] O mundo não é de um único jeito [...] O novo não é necessariamente melhor que velho [...] O mundo continua mudando [...] A neutralidade da pesquisa é uma quimera [...] Ciência e ética são indissociáveis [...] Pesquisa é uma atividade que exige reflexão, rigor, método e ousadia [...] Pesquisar é uma tarefa social [...] humildade é uma virtude [...] Os resultados de sua pesquisa são importantes [...] (COSTA, 2002, p. 151-155).

Dessa maneira, não tenho a intenção de contar uma verdade total e definitiva, uma vez que esta pesquisa ancora sua originalidade no olhar sobre os sujeitos, de modo a propiciar discussão de ideias, e, conseqüentemente, diálogos e críticas (COSTA, 2002).

Com intuito de explorar o campo de pesquisa, no próximo capítulo, será apresentado o FV!, bem como sua área de abrangência na cidade. Abordagem essa que caminhará pelos territórios da vulnerabilidade.

CAPÍTULO 4 – O PROGRAMA FICA VIVO! (FV!) E OS JOVENS EM GOVERNADOR VALADARES/ MG

Neste capítulo, situa-se o Programa FV! em Governador Valadares, o que possibilita analisar o perfil social dos jovens. O capítulo se organiza em duas seções.

A primeira apresenta o bairro Turmalina, bem como suas singularidades no que tange à constituição dos territórios – relações sociais e de poder. Essa discussão possibilita compreender o bairro imerso em territórios de vulnerabilidade. É possível debater sobre algumas vertentes vulnerabilizantes, no que diz respeito à infraestrutura das casas, falta de opções de lazer, bem como as violências e a criminalidade que impactam a vida dos/as moradores/as, gerando, assim, um recorte territorial com controle de áreas com barreiras invisíveis impostas pelo tráfico, o que dificulta a circulação dos moradores. São apresentadas, ainda, a localização do bairro bem como a história de seu surgimento.

Na segunda seção, em atendimento a um dos objetivos específicos desta investigação, propõe-se, a partir do Questionário que traçou o perfil social dos jovens, analisar quem são esses jovens. Os dados mostram qual a faixa etária de prevalência dos jovens que mais participam das Oficinas do CPC Turmalina, bem como o sexo, a quantidade de jovens e as modalidades ofertadas e as mais acessadas nas Oficinas do CPC Turmalina. Sobre as oficinas, é explicado como se dá o critério de escolha dos locais de sua ocorrência e a influência da vulnerabilidade nessa seleção. Serão apresentados, ainda, dados sobre a escolaridade dos jovens e sua relação com o mercado de trabalho.

Por fim, o capítulo discorre pelos territórios que os jovens têm transitado, além de apontar como se constituem as experiências juvenis nesses territórios.

4.1 O PROGRAMA FICA VIVO! (FV!) EM GOVERNADOR VALADARES/ MG

Em Governador Valadares, o FV! foi implantado em 2006 nos bairros Turmalina e Planalto. Uma Base Local situada no bairro Turmalina – CPC Turmalina – comportava os/as técnicos/as sociais²¹, a gestão social e os/as estagiários. Esse espaço, além de ser uma referência para os jovens que participam do FV!, é, também,

²¹ Atualmente, após novo Termo de Parceria 035/2016, os técnicos são intitulados analistas sociais.

lugar onde se sistematiza a Análise da Dinâmica Social das Violências e da Criminalidade do território e problematiza-se o desenvolvimento do trabalho a ser realizado com os adolescentes e os jovens.

No ano de 2014, foi implantada mais uma Base Local, no bairro Santa Helena – intitulada CPC Carapina –, que atende os seguintes bairros: Carapina, Querosene, Monte Carmelo e Santa Helena.

Contudo, esta investigação será focada no CPC Turmalina, que, apesar de ter como área de abrangência o bairro onde se situa e o bairro Planalto, a pesquisa se dará em torno das ações desenvolvidas somente no Turmalina. Trata-se de um bairro que se mostra como território da vulnerabilidade, uma vez que apresenta falta de oportunidade de trabalho e emprego, precariedades na estrutura física do bairro e das residências, altos índices de violências e criminalidade, falta de espaços para lazer, dentre outros aspectos (BEATO FILHO, 2006).

O Turmalina fica às margens da BR-116 e é composto por vários acessos. As famílias são, em sua maioria, de baixa renda, muitas advindas de outras cidades do Vale do Rio Doce no início dos anos 1990. Em 1994, a Prefeitura Municipal de Governador Valadares (PMGV) desapropriou a área e promoveu uma política de doação de terrenos para os que ali estavam. Terrenos esses cedidos para policiais militares e outros servidores públicos. Por isso, essa área é conhecida, até os dias atuais, como área militar. Vale salientar que a ocupação manteve-se desordenada e sem planejamento (BEATO FILHO, 2006).

O Turmalina é destacado na Dissertação de Mestrado de Santos (2012), intitulada “O território do crime em Governador Valadares: diagnóstico e perspectivas”, em várias vertentes vulnerabilizantes. A primeira delas é o fato de o autor apresentar o recorte territorial do Município em quatro áreas, como mostra o Mapa abaixo. O bairro faz parte de uma área – Área Quatro – caracterizada como uma das piores em condições urbanas.

bairro um olhar de negação da vida que ali se faz – pela precariedade dos serviços, pela urbanização deficitária, ou pela sua relação com a criminalidade.

Dentre os bairros que apresentaram maior incidência criminal em Governador Valadares, ele é citado no que tange aos crimes contra o patrimônio. Aparece, ainda, como bairro de residência dos autores de crimes violentos (SANTOS, 2012).

O Turmalina é referenciado, também, no que diz respeito à vitimização de crimes por parte dos moradores. Vale salientar que o autor constata essa vertente vulnerabilizante, tanto que agrupa o Turmalina e outros 03 (três) bairros como territórios de marginalização, com prevalência de fatores de risco sobre os de proteção. Com isso, gera-se uma exclusão dos indivíduos e aumenta as desigualdades sociais. Além disso, o autor cita a precariedade na infraestrutura urbana (SANTOS, 2012). Desigualdades sociais, discriminação e instabilidade da infraestrutura urbana já foram citadas neste trabalho como vertentes vulnerabilizantes.

Como já discutido, o Turmalina é um bairro que se distancia do centro da cidade. Em minha experiência como gestora social do CPC Turmalina, é possível constatar que boa parte dos moradores não tem o hábito de frequentar outros bairros ou até mesmo determinadas localidades dentro do próprio bairro. Os adolescentes e jovens que participam do FV! fazem parte dessa realidade²². Assim, como já argumentado, isso se dá devido às barreiras invisíveis (SACK, 1986) colocadas pela violência e pela criminalidade.

Essa maneira de organizar e apropriar do espaço, ou seja, de vivenciá-lo, a partir de controles simbólicos, corrobora com o que é defendido por Haesbaert (2007a; 2007b) e por Sack (1986). Nesse caso, as relações sociais definem as de poder.

PLEIN et al. (2009), ao analisarem as obras de Robert Sack, destacam a defesa do autor no âmbito da demarcação e do controle de uma área, bem como seus resultados e efeitos no que tange ao território. É argumentado que os principais elementos constituintes para o estudo do território e da territorialidade são as “...estratégias de controle produzidas pelos próprios sujeitos do território...” (PLEIN et al., 2009).

A partir dessa análise, os autores evidenciam a defesa de Sack (1986) de que só há um território se houver “...uma delimitação de área, um controle e uma forma de

²² Como já discutido, a autora deste trabalho assumiu em junho deste ano o cargo de gestora social do CPC Turmalina e do CPC Carapina. Com isso, algumas constatações são realizadas com base em suas vivências e circulações pelo bairro Turmalina.

poder; e os resultados de controle e poder dependem de quem está controlando” (PLEIN et al., 2009, p. 52). Nesse caso, o território construído pelos moradores do Turmalina, além de ser território de vulnerabilidade, é constituído por territorialidades que se constroem no âmbito do controle da circulação das pessoas pelo bairro.

PLEIN et al. (2009) fazem referência a essas fronteiras, criadas pelo tráfico, em territórios vulneráveis, ao analisar uma entrevista de Marcola, chefe do Primeiro Comando da Capital (PCC), em 23 de maio de 2006:

Marcola exerce o controle de uma favela, por exemplo, utilizando da territorialidade como estratégia geográfica (como na concepção de Sack, 1986), de controlar a mobilidade dos indivíduos e suas relações sociais estabelecidas em uma parcela de espaço (PLEIN et al., 2009, p. 55).

Os autores reforçam que o território é composto por campos de poder, que também emana das pessoas, e não somente do Estado. Defesa essa já apresentada neste estudo, quando enfatizada a dimensão simbólico cultural (HAESBAERT, 2007a), que defende que o território é construído e moldado a partir de controles simbólicos, constituídos por relações sociais e culturais. Com isso, evidencia-se o poder dos agentes locais. Com base em Sack (1986), Haesbaert (2007a; 2007b; 2008) argumenta que as relações de poder são definidas pelas sociais, fundamentais para a efetivação de um território.

Pode-se refletir, então, que os/as habitantes do bairro Turmalina enfrentam a violência imposta pelas gangues ligadas ao tráfico de drogas e vivenciam uma territorialidade sem usufruir da multiterritorialidade, defendida por Haesbaert (2007b):

A multiterritorialidade contemporânea inclui assim uma mudança não apenas quantitativa - pela maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor (ou, pelo menos, das classes e grupos mais privilegiados) – mas também qualitativa, na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios e/ou territorialidades (HAESBAERT, 2007b, p. 37).

Essa multiterritorialidade qualitativa apresenta o território como múltiplo e complexo, além de evidenciar a territorialidade como algo concreto e efetivamente múltiplo, destacando, assim, que “...toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios” (HAESBAERT, 2007b, p. 34). Multiterritorialidade essa que abarca, também, uma multiplicidade de poderes dos diversos sujeitos, que envolve tanto quem *está sujeito*, quanto quem é *sujeitado a...*

Nesse sentido, tanto Sack quanto Haesbaert defendem que esse controle do território vai depender dos indivíduos e dos grupos que compõem aquele território.

É possível identificar as relações de poder se constituindo no território no que se refere ao controle de área, no Turmalina, com a divisão do bairro em quatro áreas de conflitos denominadas: Área Militar, Área da Caixa D'água, Área São Maximiliano e Área da Mina²³. Alguns habitantes dessas áreas disputam o território do tráfico de drogas e impõem às famílias o sofrimento de terem seus filhos, muito jovens, envolvidos com as gangues e, por vezes, tornando-os vítimas e autores de homicídios (BEATO FILHO, 2006).

Além disso, essa divisão serve para demarcar o território, no sentido de criar barreiras invisíveis que dificultam, ou até mesmo impedem, a livre circulação de muitos moradores dentro do bairro, conforme relatam Plein et al. (2009), ao defenderem as concepções de Sack (1986). Remete-se, ainda, a Haesbaert (2008), que argumenta que o território é constituído por relações entre indivíduos e grupos, que evidenciam interesses, conflitos e relações de poder.

Em circulação pelo bairro, como gestora social do CPC Turmalina, constatei que a Área Militar concentra a maior parte dos equipamentos sociais (Escolas, Creches, Companhia da Polícia Militar, Estratégia de Saúde da Família e instituição de assistência social). Avaliei que isso inviabiliza o acesso dos moradores a muitos de seus direitos, devido à dificuldade de mobilidade por barreiras invisíveis impostas pelas violências e pela criminalidade.

Além disso, a Área Militar tem a melhor infraestrutura do bairro, em relação às demais, no que tange ao calçamento das ruas. Pode-se afirmar, portanto, que a concentração de todos os equipamentos sociais na área militar é uma vertente vulnerabilizante, uma vez que exacerba as desigualdades no que tange ao acesso a alguns direitos, dificultando o acesso dos moradores das outras áreas a serviços de saúde, educação e ao próprio CPC.

Há outro recorte territorial feito, no bairro, pela Paróquia Nossa Senhora de Assunção: Vila Militar, São Pedro, São Maximiliano, Santana, Nossa Senhora do Carmo e Santa Catarina (BEATO FILHO, 2006). A partir dessa divisão, a Paróquia abriu Comunidades (igrejas), que recebem esses nomes, nesses locais. Desse modo, argumenta-se que o controle de área não é realizado somente pelo tráfico, ou pela

²³ Área assim conhecida por causa de uma antiga mina d'água ali localizada (BEATO FILHO, 2006).

demarcação da área policial, mas, também, a partir de interesses religiosos.

Além das igrejas católicas, em circulação pelo bairro, é possível notar a presença de várias igrejas evangélicas; de uma escola pública municipal, que oferta Ensino Fundamental; de duas instituições de Educação Infantil, que usam espaço de duas Organizações Não Governamentais (ONG); de uma escola pública estadual, que oferece Ensino Médio regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Conta, ainda, com 03 (três) Estratégias de Saúde da Família (ESF) e um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e com a 160ª Companhia do 43º Batalhão da Polícia Militar.

No âmbito do lazer, vale salientar que os 8.200 moradores (IBGE, 2010) contam com uma Quadra Comunitária e uma Praça Pública com aparelhos de ginástica. A Quadra Comunitária do bairro Turmalina é um local que tem sido usado para as Oficinas de Esporte do FV! durante as tardes, um período da noite e aos sábados. Contudo, em minha experiência como gestora social do CPC Turmalina, constata-se que, a maior parte do tempo, a quadra fica ociosa.

Um outro ponto a ser analisado é a quantidade expressiva de moradores que foram estabelecidos em um mesmo território, sendo este diferente de onde viviam até então. Anteriormente inseridos em uma determinada cultura, compartilhando valores, costumes e regras, eles se instalam no bairro Turmalina e deparam com novas práticas sociais, que neste trabalho podem ser chamadas de territorialidades. Territorialidades por envolver um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar e controlar seu território; além da possibilidade de construção de novas identidades culturais (SACK, 1986).

Desde 1990, famílias do Turmalina tiravam seu sustento do “Lixão” instalado pela Prefeitura (BEATO FILHO, 2006). Essas famílias começaram a participar do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e se organizaram, em 2002, em forma de associação: a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Viva (ASCANVI) (SOUZA, ALMEIDA e HOLLERBACH, 2014). Uma das associadas relata o objetivo da Associação e o sentido que ela faz para a vida das pessoas:

A ASCANVI foi fundada em 06 de janeiro de 2002 com objetivo de organizar o nosso trabalho, como catadores e catadoras de materiais recicláveis, resgatando, deste modo, nossa dignidade através do trabalho e da renda. Deixamos, assim, a atividade desumana nos lixões como relatamos. Hoje estamos aqui na ACANAVI, temos material para trabalharmos, estamos ganhando um salário digno, “mas foi muita luta pra gente chegar até aqui” (Dormira, catadora por 14 anos – 8 anos no lixão e 6 anos na Associação) (SOUZA, ALMEIDA e HOLLERBACH, 2014, p. 27).

A citação acima nos mostra as marcas da territorialidade construída por essas famílias. Territorialidade vivida a partir das conquistas advindas das lutas dos movimentos sociais e da organização dessas pessoas no território vivido. Vale lembrar ainda a importância da organização e da participação social, aqui defendida por Gohn (2008). Para a autora, a participação social dá sentido para o grupo ou movimento social, além de tirar as pessoas da condição de alienadas, gerando, assim, transformações sociais.

No mesmo ano de criação da ASCANAVI, o Governo Municipal iniciou as obras de aterro; contudo, essas intervenções físicas até hoje não foram concluídas. Com o fechamento do “Lixão”, e com a criação da ASCANAVI, o prefeito da época introduziu a coleta seletiva na cidade (BEATO FILHO, 2006).

Outra iniciativa de organização comunitária é a Associação dos Moradores do Bairro Turmalina (AMBAT), fundada na década de 1990. Contudo, vale destacar que, quando foi realizado o Diagnóstico Qualitativo (BEATO FILHO, 2006), enfatizava-se que os moradores estavam descrentes de seu poder reivindicatório. Além disso, o documento defendeu que se tratava de uma comunidade acostumada a práticas assistencialistas.

Graciani (2006) argumenta que a participação social tira as pessoas da condição de passividade e as coloca no lugar de militância (GRACIANI, 2006). Nesse sentido, acredita-se que as ações citadas acima, bem como os Fóruns Comunitários, organizados pelo FV!, podem ser considerados espaços de ação coletiva e de desenvolvimento de uma consciência crítica. Discutir com os jovens a falta de acesso a direitos fundamentais a partir do olhar da juventude, por exemplo, poderia contribuir para a interferência na Dinâmica Social das Violências e da Criminalidade.

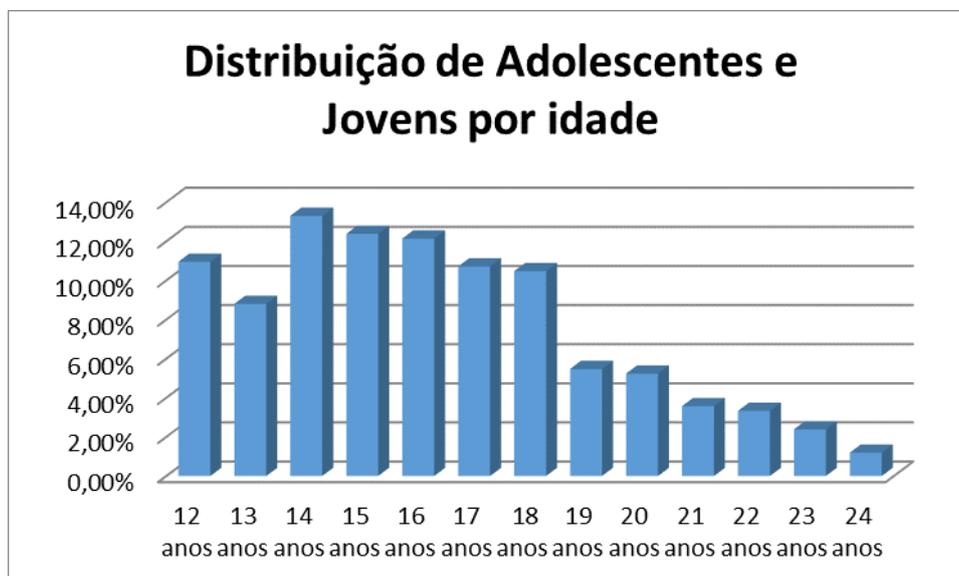
Um ponto vulnerabilizante, no que tange ao bairro Turmalina, é que a maioria dos moradores vive de “bicos” e de trabalhos informais (BEATO FILHO, 2006). Nos dias atuais, é possível perceber, com base em minha experiência como gestora social do CPC Turmalina, que boa parte dos moradores tem trabalho formal em supermercados, construção civil, dentre outros. Pontos esses que serão analisados adiante ao discutir o perfil social dos jovens do FV!. Contudo, em circulação pelo bairro, no horário de funcionamento do CPC Turmalina – 8h às 17h –, nota-se uma grande quantidade de pessoas pelas ruas, no horário comercial, o que nos leva a pensar na possibilidade do desemprego.

Diante desse contexto do bairro Turmalina, vale salientar que os jovens, que ali residem e participam das Oficinas do FV!, também vivenciam e constroem suas territorialidades, mesmo em território de vulnerabilidades. No tópico a seguir será apresentado quem são os jovens que frequentam as Oficinas do FV!.

4.2 OS JOVENS DO FV! DO CPC TURMALINA

Os adolescentes e jovens que participam das oficinas do FV!, geridas no CPC Turmalina, têm entre 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) anos, assim como prevê o Programa. Ao analisar o documento construído pelas analistas sociais, referente ao mês de setembro de 2016, detectou-se que a maior parte dos participantes tem menos de 18 (dezoito) anos²⁴, o que corresponde a 68,3% do total. A prevalência, no CPC Turmalina, se concentra entre 14 (quatorze) e 16 (dezesesseis) anos, o que equivale a 37,1% do total, e uma predominância de para os adolescentes de 14 anos.

Gráfico 1 – Distribuição de Adolescentes e Jovens do FV! do CPC Turmalina por Idade



Fonte: acervo das analistas do FV! do CPC Turmalina

Conforme o Relatório Quantitativo, também do mês de setembro e de mesma autoria, 618 (seiscentos e dezoito) adolescentes e jovens foram atendidos, em Oficinas, pelo FV!. Vale salientar que, em números absolutos, essa quantidade cai

²⁴ Vale lembrar que esta investigação envolveu os jovens de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos.

para 420 (quatrocentos e vinte), levando em conta que há adolescentes e jovens que frequentam mais de uma Oficina.

Segundo o mesmo Relatório, no que tange ao mesmo mês, atualmente são 18 (dezoito) Oficinas geridas pelo CPC Turmalina, sendo 11 (onze) no bairro Turmalina e 06 (seis) no Planalto. Artesanato, Basquete, Bordado e Crochê, Capoeira, Dança, Futsal, Graffiti, Handebol, Informática, Manicure e Pedicure, Música são ofertadas no Turmalina; e, Confeitaria, Dança, Futsal feminino, Futsal Masculino, Handebol, Vôlei, no Planalto. O quadro abaixo mostra a distribuição das Oficinas nos bairros Turmalina e Planalto, bem como os dias, horários e locais de ocorrência:

Tabela 2 – Quadro de Oficinas – Turmalina 2016

Quadro de Oficinas – Turmalina 2016				
Oficinas	Oficineiros (as) ²⁵	Dias da Semana	Horários	Locais
Basquete	Oficineiro, 24 anos, morador do Turmalina	Terça e Quinta	16:15 às 18:45	Quadra Comunitária - Rua Padre Paraíso
Bordado e Crochê	Oficineira, 41 anos, moradora do Turmalina	Terça e Quinta	16:00 às 18:30	Comunidade Santo Antônio - Rua Cedro, nº 234
Capoeira	Oficineiro, 46 anos, morador do Turmalina	Terça e Quinta	18:00 às 20:30	Em frente ao posto de saúde - Rua Cerejeira
Dança	Oficineiro, 20 anos, não é morador do Turmalina	Segunda e Quarta	17:30 às 20:00	Creche Brilho de Turmalina
Futsal	Oficineiro, 35 anos, morador do Turmalina	Sexta	16:00 às 18:00	Quadra Comunitária - Rua Padre Paraíso
		Sábado	14:00 às 17:00	E. M. Ivo de Tassis - Rua Escumilha, nº 95
Futsal	Oficineiro, 28 anos, morador do Turmalina	Quarta	18:30 às 20:30	Quadra Comunitária - Rua Padre Paraíso
		Sábado	16:00 às 19:00	
Graffiti	Oficineiro, 26 anos, não é morador do Turmalina	Quarta e Sexta	15:00 às 17:30	Caixa D'água – Ponto final do ônibus
Handebol	Oficineira, 35 anos, não é moradora do Turmalina	Segunda	17:00 às 20:00	Quadra Comunitária - Rua Padre Paraíso
		Quarta	17:00 às 19:00	
Informática	Oficineiro, 35 anos, não é morador do Turmalina	Segunda e Quarta	18:00 às 20:30	Instituto Nosso Lar - Rua Mogno, nº 10

²⁵ As informações contidas nessa coluna foram inseridas por nós, com intuito de contribuir para uma análise que será realizada posteriormente sobre os/asicineiros/as.

Manicure	Oficineira, 25 anos, moradora do Turmalina	Segunda e Quarta	14:30 às 17:00	Comunidade Santa Catarina – Rua das Oliveiras, nº 47
Música	Oficineiro, 24 anos, morador do Turmalina	Sexta Sábado	15:00 às 17:30 10:00 às 12:30	Igreja Cristã Maranata – Rua Embaúba, nº 118

Fonte: acervo das analistas do FV! do CPC Turmalina

Tabela 3 – Quadro de Oficinas – Planalto 2016

Quadro de Oficinas – Planalto 2016				
Oficinas	Oficineiros (as) ²⁶	Dias da Semana	Horários	Locais
Artesanato	Oficineira, 68 anos, não é moradora do Planalto	Terça e Quarta	15:00 às 17:30	Igreja Presbiteriana – Rua Três
Confeitaria	Oficineira, 37 anos, moradora do Planalto	Segunda e Quinta	15:00 às 17:30	Igreja Presbiteriana – Rua Três
Dança	Oficineiro, 20 anos, morador do Planalto	Terça e Quinta	17:00 às 19:30	E. M. Adélia Ribas – Av. A, nº 1226
Futsal Feminino	Oficineiro, 45 anos, morador do Planalto	Quarta e Sexta	18:00 às 20:30	E.M. Adélia Ribas – Av. A, nº 1226
Futsal Masculino	Oficineiro, 45 anos, morador do Planalto	Segunda e Quinta	18:00 às 20:30	E.M. Adélia Ribas – Av. A, nº 1226
Handebol	Oficineiro, 38 anos, morador do Planalto	Terça Sábado	19:00 às 21:00 13:00 às 16:00	E.M. Adélia Ribas – Av. A, nº 1226
Vôlei	Oficineira, 35 anos, não é moradora do Planalto	Terça Sábado	17:00 às 19:00 09:00 às 12:00	E.M. Adélia Ribas – Av. A, nº 1226

Fonte: acervo das analistas do FV! do CPC Turmalina

Constata-se que as oficinas do Turmalina são distribuídas em diferentes áreas do bairro, de modo a facilitar a circulação dos adolescentes e jovens, bem como respeitar a Dinâmica Social das Violências e da Criminalidade. Um exemplo que poderíamos citar é a localização das oficinas de Capoeira e de Música, que acontecem

²⁶ As informações contidas nessa coluna foram inseridas por nós, com intuito de contribuir para uma análise que será realizada posteriormente sobre os/as oficinairos/as.

na Área Militar, e a oficina de Graffiti, que é desenvolvida na Área da Caixa D'água. A primeira área está situada na área baixa do bairro, já a segunda está na parte alta (morro).

Além disso, vale destacar que a maior parte dos/as oficinairos/as é morador do bairro onde ministra a Oficina. Outro ponto importante a salientar é que 02 (dois) oficinairos e 01 (uma) oficinaira, todos do bairro Turmalina, já foram jovens atendidos pelo Programa e passaram pela experiência de jovens Multiplicadores.

O pré-requisito para participar das oficinas, além de ter entre 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) anos, é ser morador de um dos bairros que compõe a área de abrangência do CPC. Não é exigida frequência, nem pontualidade, muito menos estar estudando. São 20 (vinte) horas mensais distribuídas em dois encontros semanais, que totalizam 05 (cinco) horas. Se o adolescente ou jovem quiser chegar depois de uma hora de início da oficina, ele participa normalmente.

A escolha das Oficinas se dá a partir da demanda dos jovens e de acordo com a apresentação de propostas de trabalho por parte dos/as oficinairos/as. Minha condição de gestora me permite avaliar que esse é um processo delicado, pois, às vezes, os/as jovens solicitam determinada Oficina; contudo, não se encontra oficinairo/a com perfil.

Caso uma Oficina comece a ter um esvaziamento, no que diz respeito à participação dos/as jovens, as analistas buscam um diálogo para entender se aquela modalidade ainda é demandada pelo grupo. Caso não seja, abre-se um diálogo para ouvir dos/as jovens qual seria a Oficina que mais lhes agrada.

O Programa entende e defende que, como seu objetivo geral é prevenir e reduzir os homicídios dolosos de adolescentes e jovens moradores de áreas onde esses crimes se concentram, é fundamental oferecer flexibilidade para o público. Com isso, também é permitido que o adolescente ou jovem participe das oficinas por um tempo e, posteriormente, – talvez meses ou anos depois –, quando desejar, ele pode retornar.

Da mesma maneira, se ele quiser somente circular pela oficina, ou seja, assistir sem participar, também é permitido. Como gestora social do CPC Turmalina, percebo que essa opção, normalmente, é mais escolhida entre os adolescentes e jovens envolvidos com as violências e a criminalidade. Obteve-se essa informação com base no estudo dos Relatórios Qualitativos construídos pelas analistas do FV!.

Ao final de cada Oficina, o/a oficinairo/a distribui um lanche e faz o acompanhamento da presença dos participantes através do Registro Mensal de Participação dos Jovens na Oficina.

Até antes da paralisação das atividades do FV!²⁷, havia um cadastro com menos detalhamento – que o atualmente utilizado – sobre os/as jovens. Nele, continha dados pessoais (nome, data de nascimento, sexo, nome do pai e da mãe, RG, endereço, telefone, estado civil), cor/raça, atividades que participa no FV!, dados profissionais e escolares.

Em julho deste ano, a Diretoria e a Supervisão Metodológica do FV! – que atuam em Belo-Horizonte e, periodicamente, vêm ao Interior – elaboraram o Guia de Orientações para Execução do Trabalho. Nele, consta o Cadastro de Jovens em Oficinas (documento atualmente utilizado), que tem por intuito identificar o perfil dos adolescentes e jovens para planejar possíveis intervenções.

A orientação da Supervisão Metodológica é que esse cadastro seja preenchido após um tempo de permanência dos adolescentes e jovens no Programa, uma vez que se acredita que é fundamental que o/a oficinairo/a crie vínculo, inicialmente, com os jovens. Principalmente levando em conta que parte dos adolescentes e jovens é envolvida com as violências e a criminalidade, seja através do uso ou do tráfico de drogas, roubos e furtos, dentre outras.

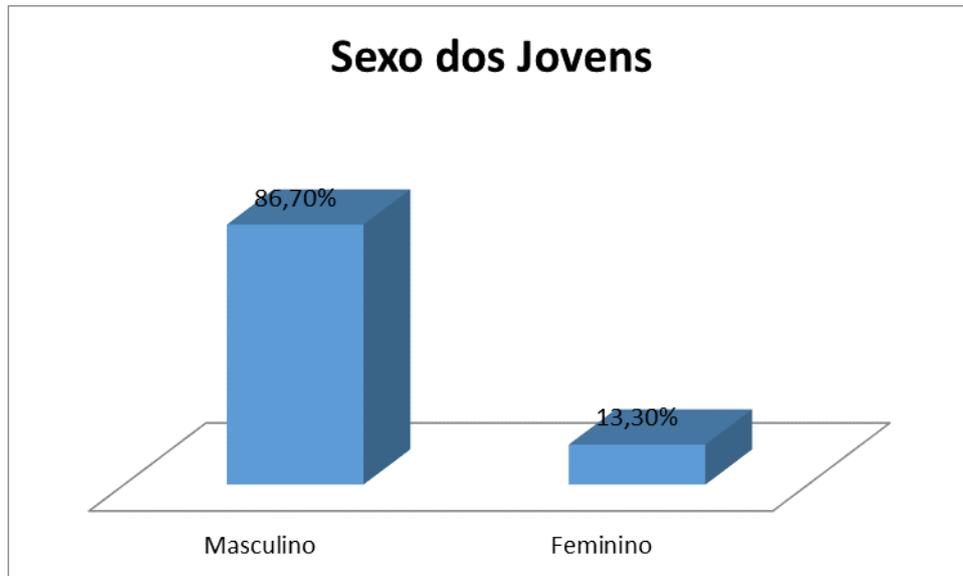
Antes do período de vacância, outro documento que possibilitava ter acesso a informações sobre os/as jovens era o Registro Mensal de Participação dos Jovens na Oficina, que, até então, continha dados – nome e idade – do público atendido; e que, após preenchido, pelos/as oficinairos/as, é analisado pelas analistas sociais para construção dos Relatórios Quantitativos, Qualitativos e Consolidados.

Quem são, pois, os jovens de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos que participam do FV! do CPC Turmalina?

No que diz respeito ao sexo dos jovens, como se pode observar no Gráfico abaixo, há uma prevalência do masculino, sendo que 26 (vinte e seis) são homens, o equivalente a 86,7%; e somente 04 (quatro) são do sexo feminino, o que corresponde a 13,3%.

²⁷ Vale lembrar que a paralisação ocorreu entre os meses de abril e junho deste ano.

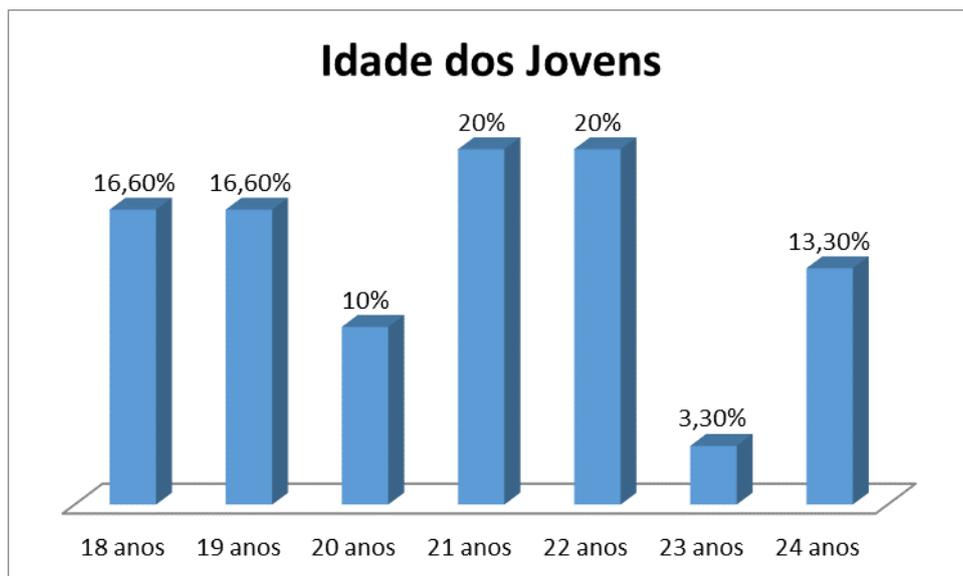
Gráfico 2 – Sexo dos Jovens do FV! do CPC Turmalina



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2016)

Como se pode observar abaixo, no que tange à idade dos jovens, há uma prevalência dos que tem entre 21 (vinte e um) e 22 (vinte e dois) anos, sendo 06 (seis) jovens de cada idade, o que somados correspondem a 40% do total. Seguidos pelos de 18 (dezoito) e 19 (dezenove) anos, sendo 05 (cinco), que somados equivalem a 33,3%.

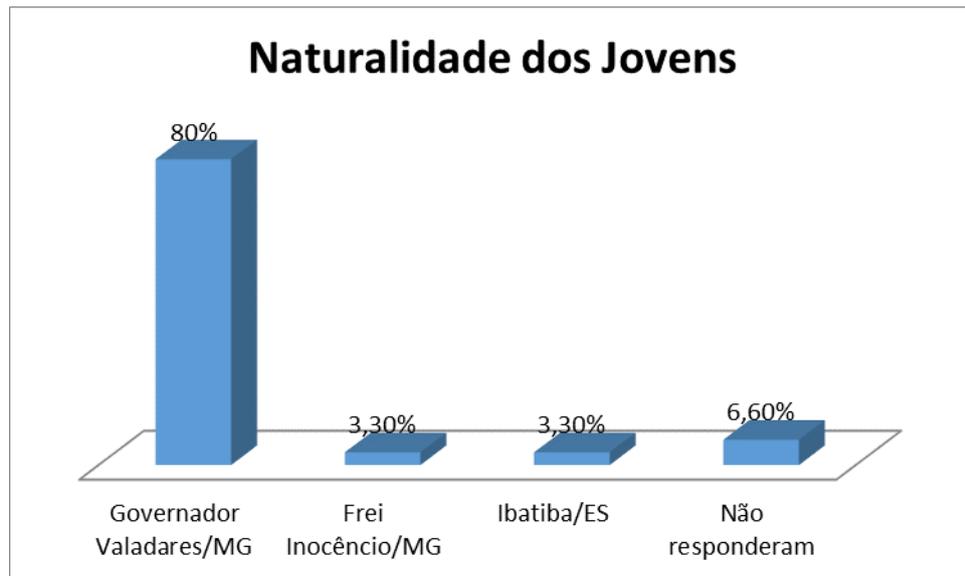
Gráfico 3 – Idade dos Jovens do FV! do CPC Turmalina



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2016)

Já no que se refere à naturalidade, como se pode verificar no Gráfico abaixo, há uma prevalência de jovens nascidos em Governador Valadares, sendo que 24 (vinte e quatro) são daqui, o que corresponde a 80%. Um dos jovens é natural de Frei Inocência/MG e outro é de Ibatiba/ES. Dois não responderam sua naturalidade.

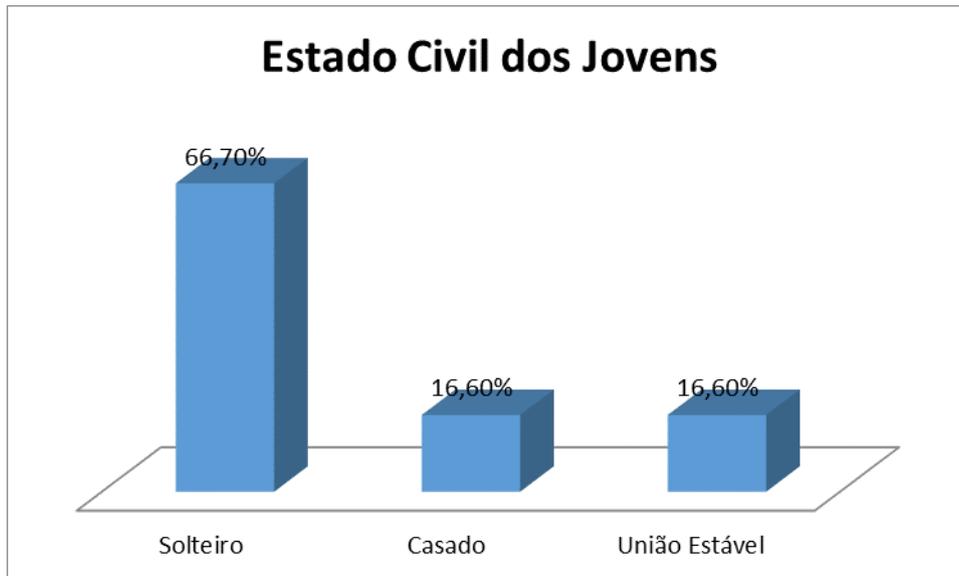
Gráfico 4 – Naturalidade dos Jovens do FV! do CPC Turmalina



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2016)

No que se refere ao estado civil, 20 (vinte) jovens se declararam solteiros, o que corresponde a 66,6%; 05 (cinco) são casados; e 05 (cinco) vivem situação de união estável.

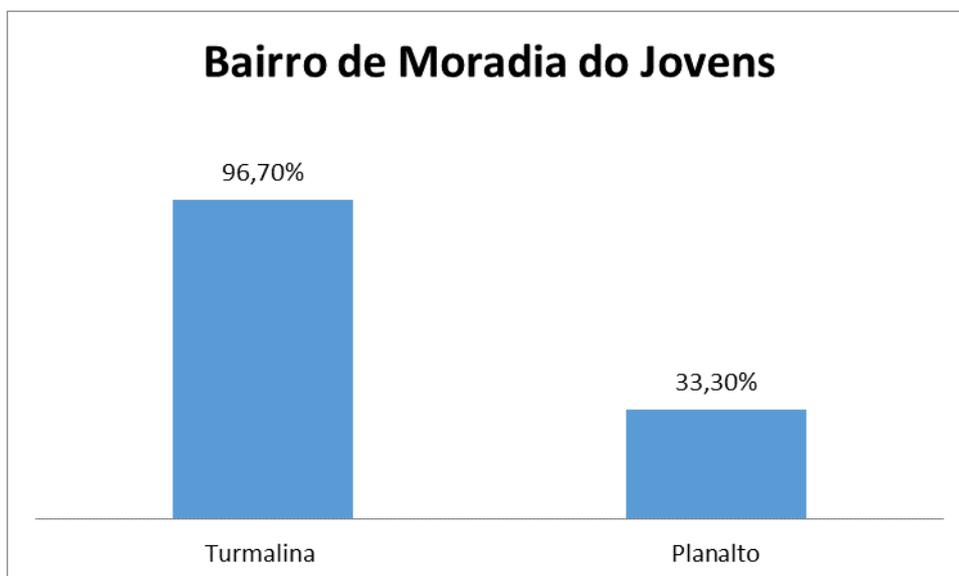
Gráfico 5 – Estado Civil dos Jovens do FV! do CPC Turmalina



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2016)

Sobre o bairro de residência dos jovens pesquisados, verificou-se que somente 01 (um) alegou morar no bairro Planalto. Os demais habitam no Turmalina, como se pode observar no Gráfico abaixo:

Gráfico 6 – Bairro de Moradia dos Jovens do FV! do CPC Turmalina

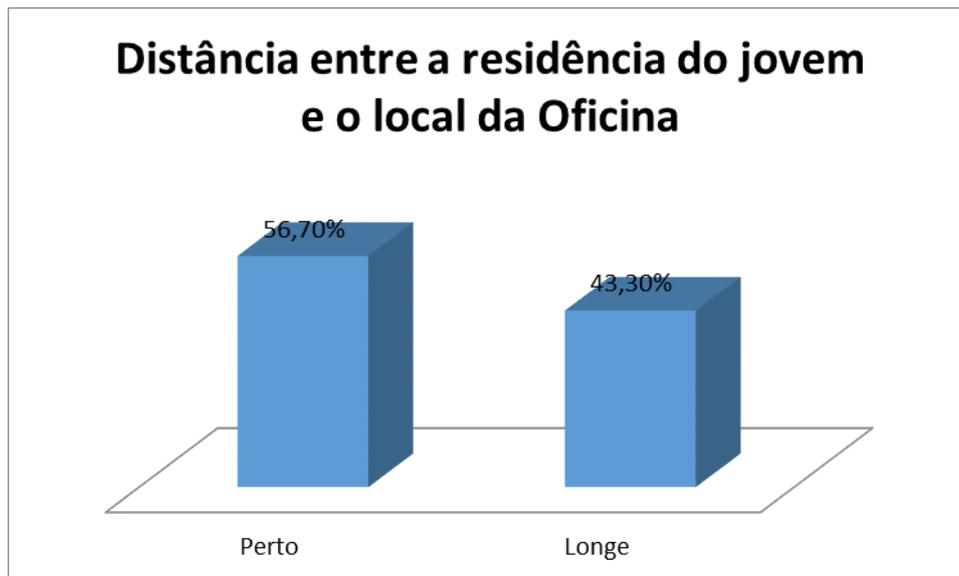


Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2016)

Ainda no âmbito da configuração territorial, foi perguntado aos jovens a distância entre a casa deles e o local de desenvolvimento da oficina. Foram dadas

duas opções: perto e longe. Como se pode observar, a diferença entre os números que correspondem às duas respostas é bem pequena, uma vez que 17 (dezesete) jovens responderam que residem perto de onde acontece a oficina e 13 (treze) disseram que moram longe.

Gráfico 7 – Distância entre a residência dos Jovens do FV! do CPC Turmalina e o local da Oficina

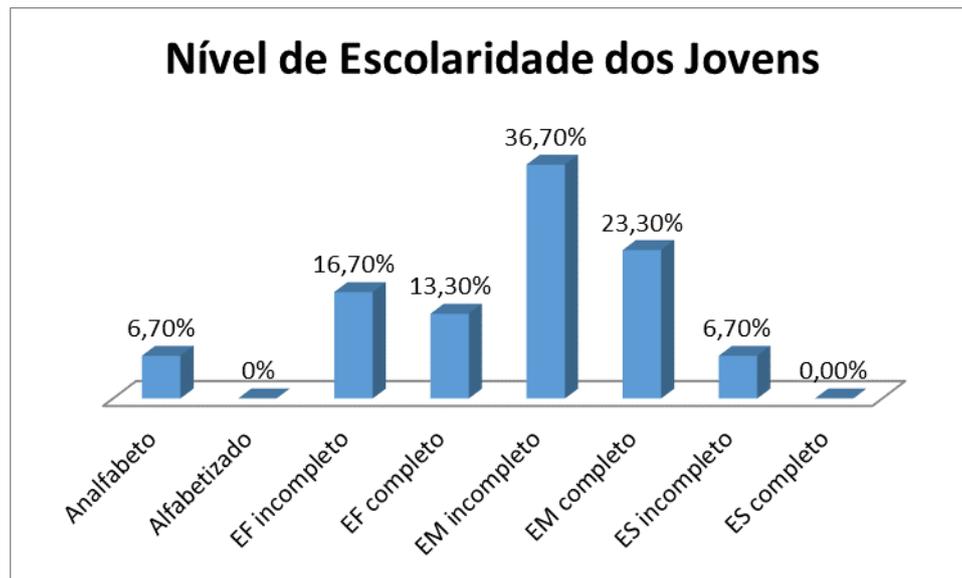


Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2016)

Foi perguntado aos jovens sobre o nível de escolaridade e constatou-se que 60% têm Ensino Médio (EM) incompleto ou já concluído. Desses, 07 (sete) alegaram ter concluído o EM, o que corresponde a 23,3% dos entrevistados; e, 11 (onze) disseram ter EM incompleto, o que equivale a 36,7%.

No que diz respeito ao Ensino Fundamental (EF), os dados coletados mostram que 04 (quatro) jovens têm o EF completo, o que corresponde a 13,3%; e, 05 (cinco), incompleto, o que equivale a 16,7%. Observa-se, ainda, que 02 (dois) jovens declararam ter o Ensino Superior (ES) incompleto, o proporcional a 6,7% dos pesquisados. Além disso, 01 (um) jovem se intitula analfabeto. Abaixo, o gráfico apresenta os dados referentes ao nível de escolaridade dos jovens pesquisados.

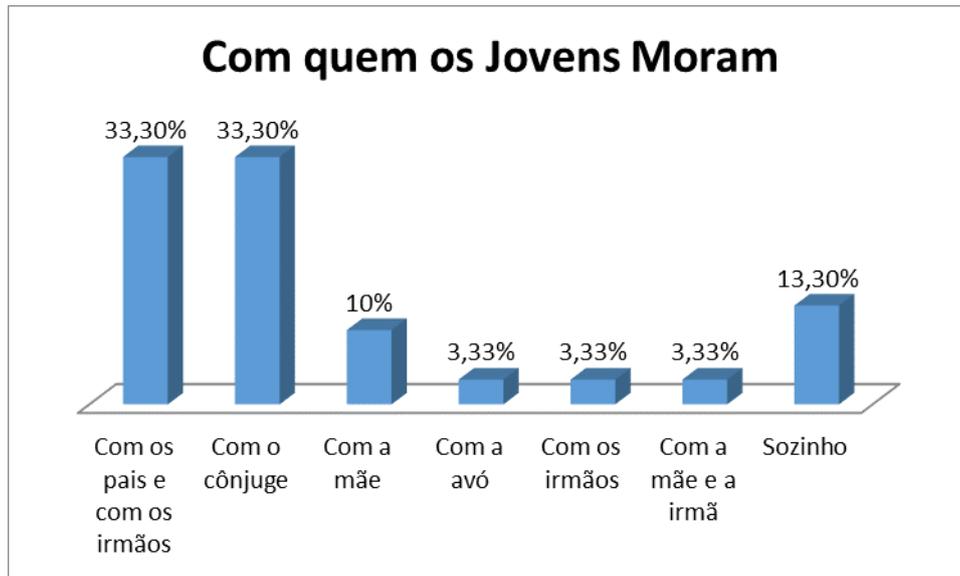
Gráfico 8 – Nível de Escolaridade dos Jovens do FV! do CPC Turmalina



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2016)

No que tange à estrutura familiar, foi perguntado aos jovens com quem eles moram. A mesma quantidade de jovens – 10 (dez) jovens, o equivalente a 33,3% – que afirma morar com os pais e os irmãos, diz residir com o cônjuge. Como se pode observar no Gráfico, abaixo, outros parentes apareceram na estrutura familiar: 03 (três) jovens disseram que habitam com a mãe; 01 (um), com a avó; 01 (um), com os irmãos; e 01 (um) com a mãe e a irmã. Um dado que nos chama a atenção é que 04 (quatro) jovens relatam que moram sozinhos.

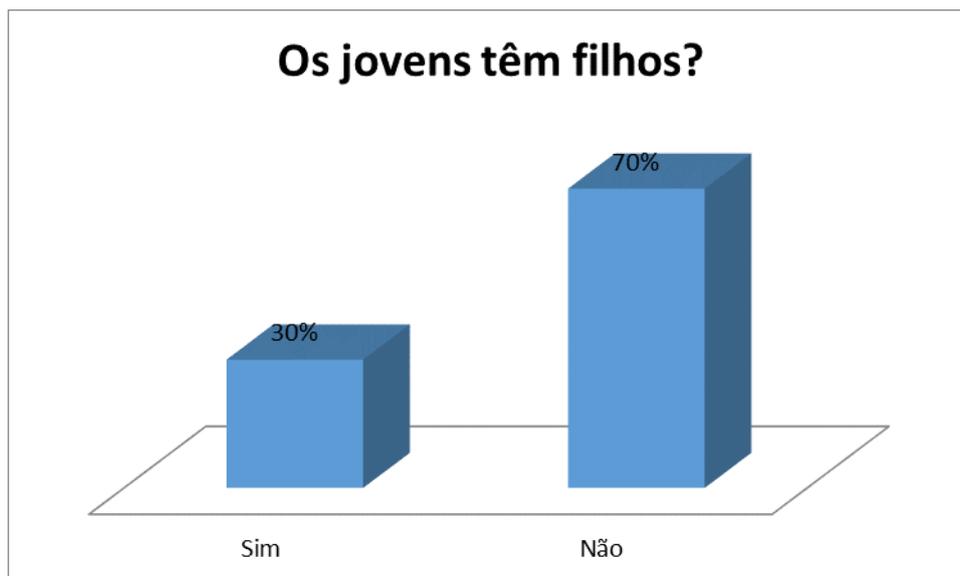
Gráfico 9 – Com Quem os Jovens do FV! do CPC Turmalina Moram



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2016)

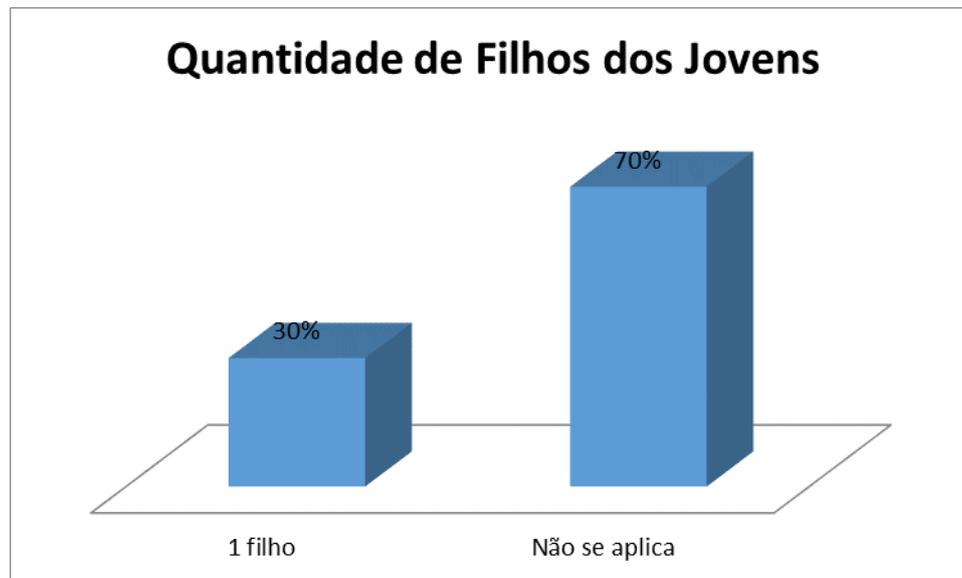
Ainda no âmbito da estrutura familiar, foi perguntado aos jovens se eles têm filhos. A maioria – 21 (vinte e um), o equivalente a 70% – respondeu que não; e 09 – o que corresponde a 30% – afirmam ter 01 (um) filho, conforme mostram os gráficos abaixo.

Gráfico 10 – Os Jovens do FV! do CPC Turmalina têm Filhos?



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2016)

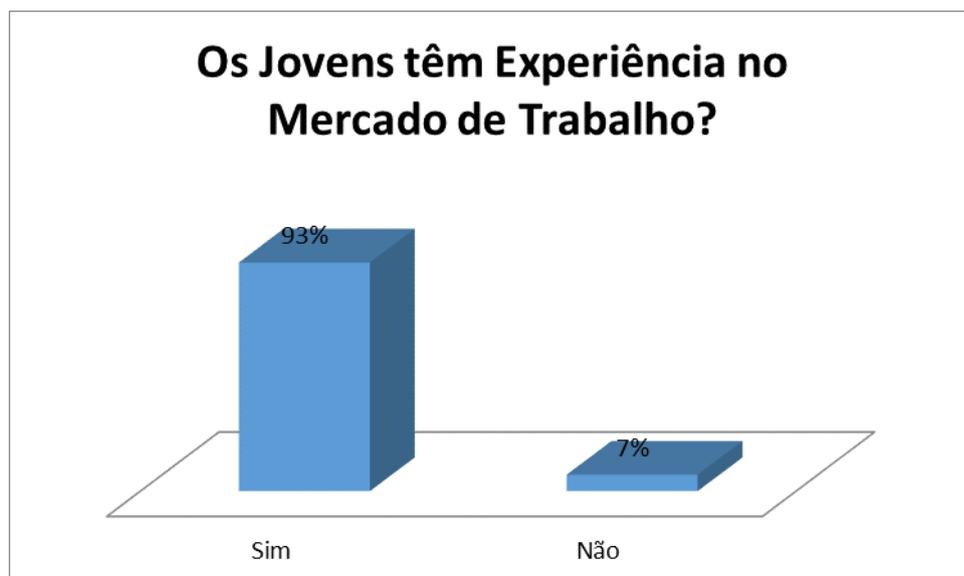
Gráfico 11 – Quantidade de Filhos dos Jovens do FV! do CPC Turmalina



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2016)

No que se refere ao trabalho, foi perguntado aos jovens pesquisados se eles têm experiência no mercado de trabalho. A maior parte – 27 (vinte e sete) – alega que sim, o que corresponde a 90%. Enquanto somente 02 (dois) dizem não ter experiência, o que equivale a 10%.

Gráfico 12 – Os Jovens do FV! do CPC Turmalina têm Experiência no Mercado de Trabalho?



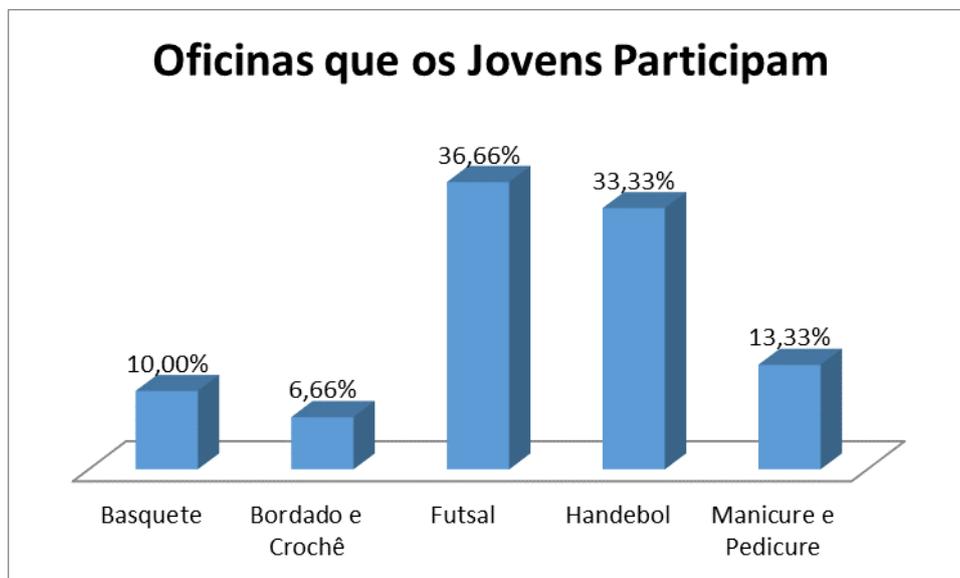
Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2016)

Outra análise realizada, através do Questionário, foi no âmbito do FV!. O gráfico abaixo mostra a relação de Oficinas que os jovens pesquisados frequentam. Constata-

se que há uma prevalência das modalidades de esporte. O Futsal e o Handebol mostraram-se como as Oficinas mais acessadas, sendo que 11 (onze) jovens estão participando do Futsal, o que equivale a 36,6%; e 10 (dez), do Handebol, o que corresponde a 33,3%.

É importante lembrar que a maior parte dos jovens que participam de Oficinas no FV! têm entre 14 e 16 anos. Essa participação, apresentada no Gráfico abaixo, se dá com base nos jovens a partir de 18 anos.

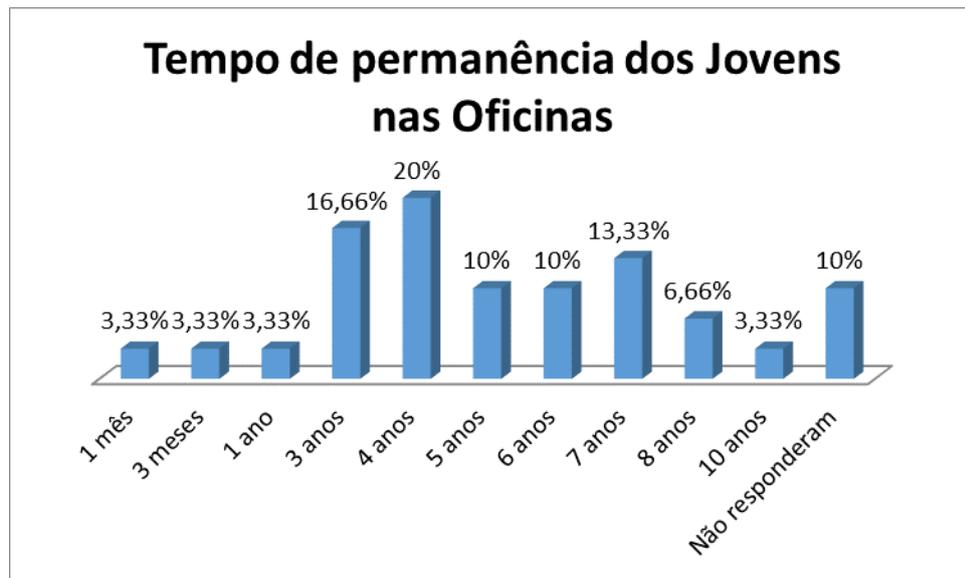
Gráfico 13 – Oficinas que os Jovens do FV! do CPC Turmalina Participam



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2016)

Outra questão levantada junto aos jovens pesquisados foi com referência ao tempo de permanência no Programa. Constata-se que somente (01) um jovem está desde que o FV! retomou suas atividades no CPC Turmalina. A maior parte dos jovens pesquisados já participa das Oficinas há mais de 3 (três) anos, como se observa no Gráfico abaixo:

Gráfico 14 – Tempo de Permanência dos Jovens nas Oficinas do FV! do CPC Turmalina



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo (2016)

Com base nos dados apresentados nos 13 (treze) gráficos acima, pode-se construir uma análise do perfil social dos jovens do FV!. Esta investigação aponta que são jovens, em sua maioria, homens, entre 18 e 24 anos, solteiros e sem filhos, moradores do bairro Turmalina e naturais de Governador Valadares. Constata-se, ainda, que a questão da escolaridade não é marcada pelo baixo grau de instrução, uma vez que há uma prevalência de jovens com EM incompleto e completo, mais do que os que têm o EF incompleto ou completo. No que tange ao trabalho, esse item é assinalado pela experiência no âmbito da prestação de serviços.

Além disso, a maioria participa do Programa há mais de 03 (três) anos e tem preferido participar das Oficinas voltadas para o esporte. Apesar de os jovens se declararem solteiros, encontra-se uma divisão, de modo igual, entre os que moram com os pais e os que residem com seus cônjuges.

Ao analisar o dado sobre a prevalência de homens, no FV! do CPC Turmalina, não podemos ignorar a informação contida no Portfólio da CPEC (MINAS GERAIS, 2015) sobre o sexo dos jovens que frequentam as Oficinas do FV! no Estado de Minas Gerais. Na época – em 2014 – 77,86% eram do sexo masculino e 22,14% do feminino. Constata-se, pois, que há uma prevalência de homens aderindo às ações desenvolvidas pelo Programa, o que nos faz questionar sobre onde estão as mulheres.

Ao considerarmos que o FV! integra o mundo da cultura, pode-se, pois, relacionar as práticas ali desenvolvidas como de lazer. Martins e Souza (2007) defendem que as opções de escolha do jovem para ocupar o seu tempo livre estão condicionadas às questões de gênero. Os autores argumentam que as opções que as jovens mulheres escolhem suas atividades de lazer é diferente do critério de escolha dos jovens do sexo masculino. Segundo os autores, isso pode estar associado a questões culturais, tais como: “lugar de mulher é dentro de casa” e “lugar de homem é na rua”:

Estabelece-se nesse ponto uma espécie de dicotomia entre mulheres e homens jovens que pode se traduzir na relação entre a casa e a rua, em que o espaço da rua encontra-se associado ao perigo e ao mundo masculino (NOVAES, 2001). Locais fechados ou próximos a esfera privada aparecem em maior proporção na escolha das jovens. Em parte deles (casa dos amigos, escola, igreja, shopping) o contato com adultos é mais provável e o controle sobre a jovem é maior, sendo, inclusive, locais em que os responsáveis ficam tranquilos por seus filhos (e, sobretudo, suas filhas) estarem ali, longe de perigos (e da rua), não precisando se preocupar. Já os espaços que aparecem em maior grau na preferência dos homens, inversamente, são articulados a esfera da rua, da suposta proximidade com o perigo (MARTINS e SOUZA, 2007, p. 141).

Dessa maneira, reconhecemos as desigualdades que existem entre jovens no que tange ao gênero numa reprodução dos papéis tradicionais que permeiam a juventude. Constata-se isso ao partir do pressuposto de que, para muitas pessoas – talvez, inclusive para os jovens –, possam existir assuntos e atividades que sejam condizentes com dois universos distintos: o feminino e o masculino. Seriam o lazer e a ocupação do tempo livre com atividades culturais, para além dos espaços domésticos, exclusivos dos homens?

No que tange a essa questão do lugar da jovem mulher, Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015) contribuem nessa análise. A partir da pesquisa realizada pelos autores,

Algumas jovens expressam que o que costumam fazer quando estão fora da escola depende da relação com seus companheiros, seja para a aprovação e concessão dele para que elas saiam - além da preocupação em agradá-los -, como também ao se referirem à divisão de tarefas, ou pelo fato de ser a mulher a cuidadora na família... (ABRAMOVAY, CASTRO E WAISELFISZ, 2015, p. 148).

A citação nos faz refletir sobre a possibilidade de existência de uma limitação das jovens no que tange às suas escolhas, uma vez que estas se mostram dependentes dos companheiros no sentido de esperar uma espécie de autorização

deles. Dessa maneira, Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015) defendem que as jovens dão outro sentido para o tempo ao colocarem o fim de semana – momento de viver o tempo livre – curto para o que gostariam de fazer, já que durante a semana estão envolvidas em atividades domésticas, portanto colocando-se tradicionalmente como responsáveis pelas práticas do cuidado (SOUZA e FONSECA, 2010).

Talvez essa questão de adesão das jovens mulheres às Oficinas do FV! seja um desafio para o Programa. Desafio esse no sentido de investigar por quais locais têm transitado as jovens e repensar estratégias e intervenções que despertem nelas o interesse e a oportunidade de participarem mais das Oficinas do FV!, ampliando, assim, o uso de territórios para além dos espaços domésticos.

Como já defendido acima, entendemos que o FV! integra o mundo da cultura. Mundo esse que abarca não só o lazer, como supracitado, mas, também, o esporte, uma vez que este pode ser constituído por símbolos e valores de um grupo. Viana (2014) conceitua cultura como “...um campo mais amplo e diz respeito a um conjunto de elementos materiais e simbólicos historicamente construídos que conferem identidade a um determinado grupo social ou sociedade” (VIANA, 2014, p. 251). Partindo dessa ótica, defende-se que o esporte compõe o mundo da cultura.

O esporte é a modalidade mais acessada pelos jovens do FV!. Os dados coletados mostram que Futsal, Handebol e Basquete abrangem 79,9% das Oficinas frequentadas pelos jovens do Programa. Segundo Viana (2014), nos esportes “...podemos achar simbologias e significados que podem ser expandidos, cruzados com outras experiências...” (VIANA, 2014, p. 256). Para a autora, essas manifestações abarcam elementos culturais e possuem linguagens e visuais próprios.

Ao analisar o dado sobre a prevalência das Oficinas de esporte, não podemos ignorar o estudo realizado por Martins e Souza (2007), que mostra que a prática de esportes é uma das atividades preferidas dos jovens do sexo masculino:

A prática de esportes [...] aparece em terceiro lugar como atividade que os jovens mais gostam de fazer fora de casa, e preferida em maior grau pelos jovens homens (22%) do que pelas jovens (2,8%) [...] As relações entre gênero e esportes são conhecidas. Os exercícios físicos e esportes foram historicamente incentivados aos homens, na medida em que ajudavam a validar a masculinidade [...] (MARTINS e SOUZA, 2007, p. 141).

O acesso às oficinas expõe, pois, relações desiguais entre mulheres e homens. Por meio de discursos do campo da biologia, que alia ao homem uma maior força física e um maior vigor, o que o dispõe naturalmente para alguns trabalhos, ou para

práticas desportivas, reafirma-se uma pretensa superioridade masculina (SOUZA e FONSECA, 2010), que coloca homens numa condição de privilegiados e mais poderosos que as mulheres. É fundamental, nesse debate, considerar que as relações de gênero estão associadas a questões sociais e culturais (NOGUEIRA e D'ANDREA, 2014, p. 17).

“Nossa sociedade costuma produzir discursos e situações que hierarquizam diferenças, transformando essas diferenças em desigualdades” (NOGUEIRA e D'ANDREA, 2014, p. 17), o que serve para fortalecer essas atitudes, que passam despercebidas muitas vezes. Argumentamos, novamente, que esse talvez seja um desafio para o FV!: refletir e buscar desconstruir esse modo de compreender as mulheres, o que possivelmente as afasta das atividades do Programa.

Outro dado que esta investigação aponta é que o tempo de participação dos jovens, no Programa, ultrapassa 03 (três) anos para a maioria dos pesquisados. Em nossa análise, assim como já defendido, argumentamos que o FV! integra o mundo da cultura. Dessa maneira, espera-se que nesses longos períodos que os jovens têm frequentado o Programa, que ele sirva para promoção efetiva da inclusão social dos jovens, como uma política de participação, e não como política que exacerbe a condição de excluído da população juvenil envolta na violência (LEÃO, 2015).

Com referência à estrutura familiar, apesar de mais da metade dos jovens terem se declarado “solteiro”, ao cruzar esse dado com outro desta análise, constatou-se que a quantidade de jovens que afirma morar com os pais e os irmãos coincide com a dos que alegam morar com os cônjuges.

Vale salientar que a constituição da família tem mudado no decorrer dos anos. Esses grupos sociais não têm sido formados somente por casamentos civis; mas, também, por união estável, bem como por pessoas do mesmo sexo (ESTEVES e ABRAMOVAY, 2007). O que se sabe, com base em Esteves e Abramovay (2007), é que quando perguntado aos jovens, numa pesquisa, a razão para estarem satisfeitos com a vida que levam, eles indicam “...as próprias famílias como o centro absoluto de sua preferência...” (ESTEVES e ABRAMOVAY, 2007). As razões dos jovens nos fazem refletir sobre os significados que eles constroem com relação à família.

Estudiosos do campo da juventude (DAYRELL, 2003; ABRAMOVAY, CASTRO, WAISELFISZ, 2015) argumentam que os jovens apresentam perspectivas positivas com relação às suas famílias, e que a família é, para eles, lugar de

experiências que embasam as escolhas que fazem para as suas vidas (DAYRELL, 2003).

No mesmo sentido, Abramovay, Castro, Waiselfisz (2015) discutem que a família exerce influência até mesmo na trajetória escolar e na construção das expectativas de vida dos jovens. Por sua vez, retribuírem a essas expectativas é motivo de orgulho. Entretanto, como os autores ressaltam, nem sempre o que as famílias esperam para os jovens coincide com que os jovens querem.

Ainda no âmbito da estrutura familiar, ao analisar o dado referente aos jovens terem ou não filhos, mais uma vez é condizente com as pesquisas brasileiras, que apontam que a família brasileira está cada vez menor (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, 2015). No mesmo sentido, a maioria dos jovens do FV! não tem filhos; e os que tem (30%), têm somente 01 (um).

Paradoxalmente ao caminho da constituição de família, os dados coletados mostram, também, que há jovens, que participam das Oficinas do FV!, que moram sozinhos. Um número até maior do que os que residem somente com a mãe, estrutura familiar mais dentro do tradicionalmente esperado pelas sociedades. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) mostra que, entre 2009 e 2011, houve um aumento no número de pessoas que moram sozinhas e uma diminuição na quantidade de membros da família (PNAD, 2013).

No que se refere ao dado condizente à maior parte dos jovens serem naturais de Governador Valadares, pode-se entender que as pessoas que atualmente residem no bairro Turmalina talvez estejam fixando moradia e formando famílias nesse lugar. Ao rever os estudos de Beato Filho (2006) e Santos (2012), que registram a história do bairro, constata-se que os autores apontam para chegada de famílias de outras cidades na década de 1990. Levando-se em conta a idade dos jovens, o que se vê, com base em nossa investigação, é que, a aproximadamente duas décadas, esses moradores têm nascido em Governador Valadares. O que pode indicar uma diminuição de pessoas advindas de outros municípios. Portanto, o território começa a se configurar como “seu”, desde o nascimento pelos sujeitos, o que pode favorecer a consideração sobre uma relação afetiva mais estreita com o lugar, tornando-o quase, no dizer de Bonnemaison (1980) – “sagrado”.

Ao analisarmos os dados referentes ao bairro de moradia dos jovens, levantamos algumas problematizações: Por que os jovens do bairro Planalto não frequentam as oficinas no Turmalina? Serão as barreiras invisíveis, impostas pelas

marcas dos territórios da violência e da criminalidade, que impedem os jovens de participarem de oficinas em um bairro vizinho? Seria possível que, mesmo vivendo em territórios com vertentes vulnerabilizantes voltadas para as violências e para a criminalidade, os jovens construíssem suas territorialidades em diferentes territórios dentro do Turmalina?

No Turmalina, é possível constatar a construção de territórios em torno das demarcações e delimitações que criam barreiras invisíveis, impedindo a livre circulação dos moradores, assim como defende Sack (1896). As quatro áreas de conflitos, que disputam o território do tráfico de drogas (BEATO FILHO, 2006), citadas no capítulo anterior, exemplificam essa realidade.

Contudo, com base na análise das Memórias de Reuniões do GEPAR com a equipe técnica do CPC Turmalina e no Relatório Analítico da Dinâmica Criminal, ambos referentes ao mês de setembro, há relatos da Polícia Militar de que, como os “chefes” das gangues estão presos, esses grupos, que estão no território, têm se unido. O que pode estar favorecendo a circulação dos/as moradores/as no bairro.

Questionamos, então, se com a união dos grupos, que vinham impondo barreiras invisíveis, não estaria viabilizando a mobilidade dos/as habitantes. Questão essa que possibilita compreender a diferença pequena entre jovens que frequentam as Oficinas próximas à sua casa (56,7%) e os que participam das que se encontram distante de suas residências (43,3%).

Esses documentos supracitados também contribuem para a análise de outro dado encontrado: a presença de um jovem morador do Planalto nas Oficinas do bairro Turmalina. O número parece insignificante; contudo, levando em conta o estudo das Memórias de Reuniões do GEPAR com a equipe técnica, dos últimos anos, constataram-se relatos de que houve uma rivalidade entre Turmalina e Planalto. Contudo, no último Relatório Analítico da Dinâmica Criminal e na última Memória de Reunião do GEPAR, ambos referentes ao mês de setembro, a mobilidade entre moradores dos dois bairros foi referenciada como algo que tem melhorado, em função do mesmo motivo relatado acima: prisão de “chefes” do tráfico.

Entendemos que as territorialidades construídas ao longo do tempo nesses dois bairros talvez tenham sido no sentido de delimitar e controlar áreas. Assim como defende Sack (1986), a disputa do poder de territórios culmina na criação de fronteiras que contém a circulação dos indivíduos. Por isso, os territórios são concebidos como produtos da organização social (PLEIN et al., 2009).

Todavia, não podemos deixar de observar as territorialidades construídas, que parecem, também, ser no âmbito de reduzir essas barreiras invisíveis. A partir da análise das Memórias de Reunião do GEPAR, foi possível constatar que, com a prisão dos “chefes” do tráfico, os grupos que estão no território têm se unido em favor de interesses comuns.

Os documentos analisados mostram que se no bairro não tem ocorrências policiais, afasta-se o olhar da polícia para aquela área de abrangência. Como o número de roubos e furtos aumentou nos últimos meses, no Turmalina, esses grupos têm se organizado coletivamente para “fazerem justiça” por eles mesmos, de modo que as violências não despertem a atenção e, conseqüentemente, a atuação da polícia. Com isso, o tráfico acontece de forma mais “natural”.

No que tange ao nível de escolaridade dos jovens do FV!, os dados permitem constatar que a maioria dos jovens que traçamos o perfil tem EM incompleto ou completo. Dado esse contrário à noção de que os jovens têm baixa escolaridade. Nesse sentido, não podemos ignorar o que defende Dayrell, Carvalho e Geber (2012):

Os nossos contatos com os jovens [...] apontam que grande parte deles está estudando, finalizando o ensino médio ou mesmo ingressando na universidade. Essa constatação, inclusive, vai em sentido contrário a uma representação bastante recorrente de que os jovens [...] são caracterizados por ter uma baixa escolaridade (DAYRELL, CARVALHO E GEBER, 2012, p. 168).

Apesar de ser um dado relevante, a prevalência dos jovens no EM, é possível cruzar os dados da escolaridade com os da idade. A maior parte dos pesquisados tem entre 20 (vinte) e 21 (vinte e um) anos, totalizando 40%; seguidos dos jovens de 18 (dezoito) e 19 (dezenove) anos, que corresponde a 33,2%. Nesse caso, os dados encontrados, junto aos jovens do Turmalina, vão de encontro às estatísticas brasileiras ao fazerem referência à repetência, ao abandono e à evasão escolar (ANDRADE E NETO, 2007; ABRAMOVAY, CASTRO E WAISELFISZ, 2015). Levando em conta que 17 (dezessete) anos é a idade prevista para se concluir o EM, explica-se, assim, essa distorção idade série.

Se considerarmos que os dados coletados evidenciam que o número de jovens com Ensino Fundamental incompleto é maior do que os com Ensino Fundamental completo; e, da mesma maneira, no que diz respeito ao Ensino Médio; logo, os dados dessa investigação são concernentes com as estatísticas brasileiras acima descritas

(ANDRADE E NETO, 2007; ABRAMOVAY, 2015). Constata-se, pois, que os jovens do Turmalina têm uma relação, com a escola, de abandono.

Segundo Andrade e Neto (2007), o grande desafio das políticas educacionais é a permanência dos estudantes na escola, e não a matrícula escolar. Os autores afirmam que 96,4% das crianças e adolescentes, naquela época, estavam matriculadas na escola. Eles fazem a seguinte crítica: caso essas crianças e adolescentes concluam os estudos na “idade própria”²⁸, não haverá muitos sem escolaridade daqui a alguns anos. Entretanto, esta é uma questão não resolvida no Brasil, posto que os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos continuam a fazer parte do grupo dos defasados “idade/série” (BRASIL, 2011).

Tanto eles quanto Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015) discutem que o maior motivo para os jovens, do sexo masculino, de classes mais populares, abandonarem a escola é o trabalho, pois muitos precisam optar entre um dos dois territórios:

Na escola, a exclusão se dá principalmente por meio do desempenho escolar, da repetência, do abandono e da evasão. Um dos nós no complexo debate sobre a retenção dos jovens na escola diz respeito à equação estudo e trabalho. Para muitos jovens, o trabalho aparece como um dos principais temas de interesse para sua vida, para sua identidade, como um direito importante para sua cidadania e, principalmente, como uma necessidade para obtenção de recursos financeiros (ABRAMOVAY, CASTRO e WAISELFISZ, 2015, p. 38-39).

Ao considerarmos que é papel da educação básica o desenvolvimento da pessoa, bem como seu preparo para o mundo do trabalho, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988²⁹ e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96)³⁰, por que ambos territórios – escola e mundo do trabalho – não conseguem dialogar, ou seja, caminhar juntos?

²⁸ Grifos nossos, uma vez que defendemos que não há idade própria para se estudar. Levando em conta que a educação é um direito de todos, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na “idade própria”, como determina a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu art. 208, inciso I: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988). Da mesma maneira, a LDB 9.394/96 institui a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em seu artigo 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996).

²⁹ O Artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, decreta que a educação, “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

³⁰ O Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) institui que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de

Para Leão e Nonato (2014), essa questão pode ser problematizada a partir da rigidez da organização escolar, que abrange seus conteúdos, seus tempos, suas avaliações e que, conseqüentemente, dificulta o desempenho dos jovens. Levando em conta que o cotidiano de muitos jovens é marcado por uma cansativa jornada de trabalho e por condições precárias, eles sentem dificuldade em se concentrarem e cumprirem as atividades e tarefas escolares.

Os autores também nos fazem refletir que, para muitos jovens, a escola parece não estar em consonância com suas vivências (LEÃO e NONATO, 2014). Nesse sentido, "...é fundamental conhecer as diferentes inserções e experiências de trabalho dos seus alunos e [suas] alunas" (LEÃO e NONATO, 2014, p. 41), de modo que possibilite ao discente relacionar os aprendizados escolares com o cotidiano no qual ele vive.

E é nesse contexto que os autores questionam o lugar e o papel da escola: "...a escola deve planejar ações educativas que permitam ao estudante compreender e se orientar no mundo do trabalho contemporâneo" (LEÃO e NONATO, 2014, p. 42). Entende-se, pois, que a escola deveria contribuir para que as experiências juvenis no trabalho estejam associadas aos conhecimentos escolares.

Entretanto, a escola tem se apresentado distante das vivências dos jovens também na análise de Charlot (2001):

Neste sentido, talvez pudéssemos indagar se essa separação que os jovens fazem entre a "educação" (o aprendizado dos valores ético-morais) e aquilo que a escola ensina não seria consequência da própria maneira como se dá o processo de ensino-aprendizagem. Em outras palavras, talvez o pouco valor que os jovens conferem ao aprendizado de conteúdos curriculares não seja resultante de seu "desinteresse", e sim da sua dificuldade de encontrar um "sentido" para aquilo que os professores ensinam [...] (CHARLOT, 2001, p. 47).

Diante disso, compreende-se que a escola pode ser considerada um lugar de poucas referências para os jovens. Contudo, os jovens, pesquisados pelo autor, legitimam a instituição escolar como lugar para obter uma profissão (CHARLOT, 2001; 2009).

Se a escola é lugar de preparar para o mercado de trabalho e não tem dado conta desse desafio, problematizamos: como ficam os jovens que evadem dela para

solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1996).

trabalhar? Realidade essa que se revela na análise dos dados encontrados em nossa investigação. Apesar de 93% dos jovens pesquisados afirmarem ter experiência no mercado de trabalho, a descrição dessas experiências apresenta-se como bem diversificada e voltada para o âmbito dos serviços.

A experiência como pedreiro foi mencionada por 05 (cinco) jovens, o que equivale a 16,67%; a de auxiliar de escritório foi citada por 02 (dois) jovens, o que corresponde a 6,67%; da mesma maneira que a de serralheiro.

As demais experiências são referenciadas somente uma vez pelos jovens. São elas: Auxiliar de Lanchonete, Ajudante de Pedreiro, Ajudante Geral da Solo Sondagem Engenharia, Caixa de Supermercado, Cozinheira, Eletricista, Entregador de Água, Instalador de Andaimos, Panfletagem, Repositor, Soldador da Paraná Ferragens, Vendedor, A&C, Distribuidora, Empresa Valadarense, Pavotec, Padaria Pão Total, Mecânica, Moto táxi.

Essa realidade não é muito diferente da defendida por Leon (2007). O autor argumenta que quanto menor o grau de escolaridade e a classe econômica do jovem, maior a possibilidade de ele ingressar no mercado de trabalho no ramo da prestação de serviços (LEON, 2007). O autor discute que “Entre os jovens que afirmaram ter grau de instrução compreendido entre [...] Ensino Fundamental ou o Ensino Médio, o ramo com maior número de casos é a prestação de serviços” (LEON, 2007, p. 286).

Além disso, os dados da nossa investigação mostram que os jovens não associaram experiência ao exercício de uma função em si, mas ao fato de terem trabalhado em determinada empresa também. Exemplo disso é o fato de terem citado o nome da Empresa Valadarense, da Padaria Pão Total, da Pavotec e da A&C.

Para refletir sobre como os jovens significam o seu dia-a-dia, bem como buscar entender os significados que eles atribuem à escola, ao trabalho e a outros territórios vividos, é importante retomar as reflexões sobre a condição juvenil que abarca especificidades vividas nas diferentes experiências juvenis. Experiências essas que podem envolver frustrações, desejos, reivindicações e possibilidades.

Traçar o perfil social dos jovens do FV!, no que diz respeito à idade, à escolaridade, ao sexo, à situação no mercado de trabalho, possibilitou compreender por quais territórios esses jovens têm transitado. Territórios da escola, do trabalho, da família, da cultura, todos com vertentes vulnerabilizantes e que apontam singularidades da condição juvenil, ou seja, a constituição das experiências juvenis, objeto de discussão no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5 – EXPERIÊNCIAS JUVENIS NO PROGRAMA FICA VIVO! (FV!)

O propósito deste capítulo é apresentar as experiências juvenis no FV!. Se no capítulo anterior apresentamos os jovens em seu conjunto, neste buscamos capturar a singularidade juvenil – como diferentes sujeitos vivenciam o FV!. O material empírico analisado são as entrevistas realizadas com os jovens e nas quais buscou-se capturar os significados que os/as jovens atribuem a essas experiências, o que eles/elas nos contam sobre a sua condição juvenil, suas expectativas presentes e futuras, as possibilidades educativas que identificam no Programa e como se movem nos territórios de vulnerabilidade nos quais transitam.

Será apresentada a análise das entrevistas, o critério de inclusão dos sujeitos, bem como se deu esse processo. Direccionamos nosso olhar para as representações simbólicas, para os silêncios, para significações que apontam para a condição juvenil. Procuramos tomar o cuidado de respeitar os sujeitos em suas singularidades, principalmente levando-se em conta que se entrevistou jovens com envolvimento com as violências e a criminalidade.

O capítulo se organiza em 4 seções.

Na primeira seção, serão apresentados/as os/as jovens entrevistados/as, bem como características que os/as divergem. As relações de gênero marcadas pelo “predomínio” do masculino sobre o feminino são um debate que emerge das discussões apresentadas nesta seção.

Na segunda seção, os dados retomam as discussões sobre o trabalho, a escola e o mundo da cultura, debatidos, no capítulo um, e que, na análise dos dados, reaparecem envoltos em vulnerabilidades.

Na terceira seção, discutiremos os sentidos que os jovens atribuem às experiências vivenciadas no Programa Fica Vivo! (FV!). Desponta nesse cenário uma “figura importante”: os/as oficinairos/as. Eles/elas são vistos/as pelos/as jovens como referência para o estabelecimento de laços e de possibilidades.

Na quarta seção, serão debatidas as expectativas dos jovens, bem como a constituição da condição juvenil em múltiplos territórios.

5.1 ALGUMAS DIFERENÇAS ENTRE OS/AS JOVENS

Apresentaremos, neste tópico, a análise das 07 (sete) entrevistas realizadas com os/as jovens do FV! do CPC Turmalina. O critério de escolha se deu a partir da idade, incluindo, assim, jovens de 18 a 24 anos que participam das oficinas do FV!. Foi observado, ainda, os que estão há mais tempo no Programa, uma vez que ao remetermos às estatísticas nacionais, encontramos dados que apontam para as reduzidas chances de os jovens valadarenses chegarem aos 19 anos (MELO, 2013). Ao considerar que o Programa tem como foco a prevenção e o controle de homicídios, esse é um dado relevante.

Vale salientar uma prevalência de jovens negros entrevistados. Somente 01 (um) dos/as 07 (sete), é branco. É interessante observar que, apesar de os estudos, no âmbito da raça (WELLER, 2012), mostrarem que o negro fica em situação de inferioridade em detrimento ao branco, no que diz respeito a autoestima e comunicação, isso não é evidenciado nesse período de entrevistas com os/as jovens do FV! do CPC Turmalina.

Essa relação de inferioridade é revelada no que tange à relação homem e mulher. A maioria das entrevistas foi realizada com rapazes, pois grande parte das moças se opôs a participar. Não podemos nos esquecer de que os homens são maioria no que tange à participação nas Oficinas do FV!.

Ainda nesse âmbito, é importante destacar a maneira como os/as jovens chegavam ao CPC para participar desse diálogo. Os jovens chegavam “de boa” – expressão usada por eles. Já as jovens se mostravam receosas e diziam não saber muito o que falar e até mesmo argumentavam que a voz não é bonita; logo, a gravação poderia ficar ruim.

É possível exemplificar uma situação em que uma das jovens entrevistadas chegou ao CPC preocupada com o modo como seria conduzida a conversa. Ao iniciar a gravação, ela desligou o aparelho e pediu um tempo para pensar no que iria falar. Nesse momento, foi respeitada a demanda da jovem. Com isso, conversamos com o gravador desligado e, somente quando ela sinalizou que poderia religar, é que assim o fizemos.

Mesmo com essas intercorrências foi possível, no conjunto das oficinas, analisar como se constituem as experiências juvenis no FV!. A relação de gênero, por exemplo, se revela em diversas situações da condição juvenil.

Apesar de nossa intenção, inicialmente, se voltar para o respeito à paridade entre os sexos, esse procedimento não foi possível levando em conta que as jovens não se mostraram receptivas à ideia de serem entrevistadas. Contraditoriamente, os jovens apareceram, em grupo, ao CPC, e se mostraram animados com a ideia de concederem as entrevistas.

Assim, como já argumentado nesse trabalho, compreendemos que há desigualdades no tocante às relações de gênero. Os jovens usufruem de um lugar de destaque, afirmando-se como homem pela masculinidade, e as jovens acabam por naturalizar o lugar de submissão. “Os papéis atribuídos às mulheres [...] evidencia a fragilidade feminina e fortalece a superioridade masculina” (WELLER, 2012 p. 432). Essa relação é percebida numa música (Funk) de autoria de um dos jovens do FV!:

*“Eu passei ela ficou observando
Viu o chick ‘dos moleque’ com a peça na mão
Viu o ouro, cordão, boné da Oakley e a novinha com a cara no chão (2x)*

*Refrão
Bandida, pode vir e vou ver com ‘os moleque’ que os moleque é pica (2x)
Pode vir, bandida, se envolver com ‘os moleque’ que ‘os moleque’ é pica
Carrão, mil e cem, bandida pode vir ‘pro’ meu harém”*

O lugar de passividade da mulher é destacado pelo MC quando canta: “*Eu passei ela ficou observando [...]*”; “*Pode vir, bandida, se envolver com ‘os moleque’ [...]*”. Dá a entender que, para os homens, as mulheres não são ativas, esperam pelo seu chamado e ocupam o lugar de observadoras. Além disso, quando a mulher é chamada para o seu harém, o homem passa a imagem de alguém de posses e, conseqüentemente, de poder – “*Viu o ouro, cordão, boné da Oakley*” – e que tem mais de uma mulher. A mensagem reafirmada é a de que o “...homem pode quase tudo [...] e o ínfimo universo feminino, [...] se resume a simplesmente [...] ficar ‘confinada o dia inteiro’...” (WELLER, 2012, p. 432)

Foram entrevistados/as 07 (sete) jovens que participam de diferentes oficinas do FV! do CPC Turmalina. Para preservar a identidade de cada um/a, seus nomes foram substituídos, assim como já esclarecido na metodologia deste estudo. Eles serão chamados de: Wagner, Augusto, Antônio, Ricardo, Ingrid, Felipe e Talita.

Wagner tem 20 anos, reside em rua distante do CPC, abandonou a escola, não está trabalhando, mas tem experiência no mercado de trabalho como “*Office boy na farmácia*” (*Wagner*, 20 anos).

Augusto tem 18 anos, mora em rua distante do CPC, também abandonou a escola e atualmente não está trabalhando. Contudo, relatou ter experiência no mercado de trabalho: “...já trabalhei no trezinho, já trabalhei na mercearia, já trabalhei na mecânica, já trabalhei ‘muncado’ de coisa... pedreiro” (*Augusto*, 18 anos).

Ingrid tem 22 anos, reside em rua distante do CPC e está concluindo o Ensino Médio na modalidade de EJA. Atualmente, não está trabalhando, mas ressalta ter experiência no mercado de trabalho: “*Eu trabalhei na A&C que eu era atendente [...] eu ‘tava’ dando oficina de circo lá na escola no Planalto*” (*Ingrid*, 22 anos).

Antônio tem 22 anos, mora em rua distante do CPC. Da mesma maneira que a maioria dos/as jovens entrevistados/as, também abandonou a escola. Na entrevista, menciona que está trabalhando: “*Eu trabalho com meu tio gesseiro*” (*Antônio*, 22 anos).

Ricardo tem 19 anos, reside em rua próxima ao CPC e também abandonou a escola. O jovem afirma não estar trabalhando; todavia, tem experiência no mercado de trabalho: “*Servente de pedreiro. [...] Eu gostava desse trabalho*” (*Ricardo*, 19 anos).

Felipe tem 21 anos, mora em rua próxima ao CPC e relatou ter concluído o ensino médio. Ele ressalta que trabalha com o pai como eletricista.

Talita tem 18 anos, não consta seu endereço no Cadastro de Jovens em Oficinas, cursa o Ensino Médio na Escola Estadual Professor Nelson de Sena e trabalha, aos finais de semana, no salão da mãe: “...*minha mãe tem um salão e quando chega gente ‘pra’ fazer unha lá, eu faço*” (*Talita*, 18 anos).

A análise dos relatos revela alguns pontos comuns a todos/as os/as jovens entrevistados/as. Constata-se que a relação de trabalho é marcada pela precariedade, envolvendo “bicos” e trabalho informal (SPOSITO, 1993; CASTRO e ABRAMOVAY, 2002; CHARLOT 2006a, 2007; LEON, 2007; FRANZÓI, 2010; CORROCHANO, 2014; LEÃO e NONATO, 2014; ABRAMOVAY, CASTRO, WAISELFISZ, 2015); as trajetórias escolares são interrompidas, seja pela evasão ou pelo abandono; além disso, a escola é vista como útil para a inserção no mercado de trabalho (CHARLOT, 2001, 2006a; ANDRADE e NETO, 2007; DAYRELL e CARRANO, 2014; ABRAMOVAY, CASTRO e WAISELFISZ, 2015); e a falta de opções de lazer para além das atividades do FVI (SPOSITO, 1993; BRASIL, 2001; CASTRO e ABRAMOVAY, 2002; CARRANO, 2003; MARTINS e SOUZA, 2007; SANTOS e ISAYAMA, 2014). Esses pontos nos remetem, mais uma vez, a três territórios constituídos em vertentes vulnerabilizantes: o trabalho, a escola e o mundo da cultura.

5.2 TRABALHO, ESCOLA E MUNDO DA CULTURA: TERRITÓRIOS DA CONSTITUIÇÃO DA CONDIÇÃO JUVENIL

O trabalho

A maior parte dos jovens que abandonou a escola alega que foi devido a ter que escolher entre a escola e o trabalho. Nesse sentido, destacamos a fala de um dos jovens entrevistados: *“Porque eu comecei a trabalhar com 15 anos, aí o horário não batia, aí eu preferi o emprego do que a escola”* (Wagner, 20 anos).

Esse dado também é considerado por Andrade e Neto (2007). Os autores afirmam que “Entre as principais razões que motivaram os jovens a deixar os estudos, pode-se chamar a atenção para a oportunidade de emprego” (ANDRADE e NETO, 2007, p. 67).

ABRAMOVAY, CASTRO e WAISELFISZ (2015) defendem que o trabalho pode, por vezes, ocupar um lugar central na vida dos jovens, o que, conseqüentemente, faz com que eles priorizem o trabalho em detrimento da escola:

Para muitos jovens, o trabalho aparece como um dos principais temas de interesse para sua vida, para sua identidade, como um direito importante para sua cidadania e, principalmente, como uma necessidade para obtenção de recursos financeiros (ABRAMOVAY, CASTRO e WAISELFISZ, 2015. p. 39).

Os autores defendem que o trabalho possibilita, aos jovens, autonomia, reconhecimento da sociedade, acesso ao lazer e a bens de consumo – tais como roupas, tênis, eletrônicos, dentre outros –, bem como a passagem para a vida adulta. Vale salientar que há ainda os jovens que trabalham porque precisam contribuir na receita da família (LEÃO e NONATO, 2014).

Os dados coletados revelam esse desejo dos jovens em conseguir inserir-se no mercado de trabalho: *“...eu quero arrumar um emprego porque tá ruim ‘pra’ viver só de futebol, né?”* (Wagner, 20 anos). Quando foi perguntado a outro jovem se ele estava trabalhando, ele manifestou essa vontade: *“Ainda não, mas ‘tô’ a espera, correndo atrás, entregando currículo, mas que um dia vai dar certo”* (Augusto, 18 anos).

Quando o jovem Augusto ressalta que está à espera, recorremos à pesquisa de Charlot (2007) ao investigar as expectativas dos jovens. Os jovens entrevistados pelo autor revelam que *“...esperam que ‘tudo corra bem’, ‘o que se segue’, ‘as*

próximas etapas da vida' (CHARLOT, 2007, p. 51). O autor argumenta que a relação dos jovens de periferia com o tempo é do tipo "tático", e não "estratégico". Diferentemente dos jovens da classe média que, segundo o autor, vivem um tempo estratégico traçado pelas famílias. Para os jovens deste estudo, não se trata de planejar a longo prazo, pois eles planejam projetos a curto prazo e se movem no movimento da vida que aspiram para si.

Charlot (2007) defende que para se ter uma "bela vida" – termo usado pelos jovens pesquisados pelo autor –, o trabalho é fundamental, uma vez que ele tem um significado social para os jovens.

Na contramão para buscar esse acesso ao trabalho, encontram-se os/as jovens desempregados/as. Segundo Leão e Nonato (2014), o desemprego é vivenciado pelos jovens de acordo com condições sociais e pessoais, dentre as quais citamos a origem social, o sexo, a escolaridade, etc. Além disso, "...o desemprego é uma experiência comum para muitos jovens" (LEÃO e NONATO, 2014, p. 17)

Os dados coletados mostram que as dificuldades encontradas pelos jovens para conseguir trabalho se dão no âmbito econômico e estão ligadas à origem social. Uma delas é a crise financeira, situação atual do País. A fala de um dos jovens nos possibilita chegar a essa constatação: "*Agora, agora nessa crise 'tá' difícil caçar emprego*" (Antônio, 22 anos). As outras giram em torno da falta de orientação profissional, por não encontrarem pessoas, em seu círculo social, que os instrua como se comportar, o que falar e o que vestir em uma entrevista de emprego:

Tem muita dificuldade sim, tem muita dificuldade no modo de falar porque não tem uma pessoa 'pra' aconselhar ela igual tipo assim, o Fica Vivo! aqui nessa época que parou mesmo teve jovens que chegou perto de mim e falou assim: "Ah, eu vou lá no Fica Vivo! 'pra' eles me instruir o que eu vou falar lá. Como não tinha, 'eles ficou' sem saber o que falar, teve até o "Moranguinho" [...] ele chegou perto de mim e falou: "Eu vou lá no Fica Vivo! saber disso" eu falei: "oh, eu acho que não tá funcionando, não tem data de voltar" aí ele foi 'pra' entrevista e não soube o que falar lá, acabou que não deu certo [...] Porque tem gente aqui, até amigo meu, que vai pra entrevista de brinco, menina vai com o decote caindo, atrapalha bastante, né?" (Felipe, 21 anos).

É importante destacar, na fala supracitada, o sentido que é dado ao FV!: não só este, mas, todos/as os/as jovens entrevistados/as, esperam que o Programa os oriente nessa trajetória rumo ao trabalho. Acima se constata uma dificuldade encontrada por um jovem no período de paralisação da Política de Prevenção. O fato

de remeter ao Programa a contribuição para que eles/as consigam entrar para o mercado de trabalho aparece como uma estratégia para fugir do desemprego.

Outra alternativa para essa vertente vulnerabilizante do mundo do trabalho é a indicação, seja ela por alguém da família, do seu vínculo social ou até mesmo da equipe de trabalho do FV!. As falas, abaixo, revelam isso:

“Minha mãe que me indicou, trabalhava do lado. Viu que tava precisando... [...] Direto eu faço entrevista... mas não dá certo [...] Tem pessoas muito conhecidas [no Fica Vivo!] que pode me indicar” (Wagner, 20 anos).

“Eu trabalhei na A&C, que eu era atendente e também já, por indicação mesmo do pessoal do Fica Vivo!, inclusive até mesmo do Mauro e a Natália eu tava dando oficina de circo lá na escola no Planalto” (Ingrid, 22 anos).

Nas falas, a indicação para uma vaga de emprego aparece como uma estratégia para não ter que vivenciar o desemprego. A Ingrid relata dois encaminhamentos para o mercado de trabalho – atendente de uma empresa de telemarketing e oficina de circo do Programa Mais Educação³¹ (PME) que era desenvolvido na escola no bairro Planalto. Na entrevista ela nos contou que ministrou oficina de circo, devido a essa indicação.

Dayrell, Carvalho e Geber (2012), ao investigarem sobre o perfil dos/as jovens educadores/as do PME, apontam que boa parte dos educadores/as-oficineiros/as entrevistados/as já estiveram na condição de jovem atendido/a por projetos sociais e programas:

Outro elemento que vem mostrando-se característico desses jovens educadores é o fato de que muitos deles foram alunos de algum projeto ou programa social [...] Muitos jovens educadores, inclusive, atribuem o aprendizado de ser educadores à participação em diversos projetos sociais. (DAYRELL, CARVALHO E GÉBER, 2012, p. 159-160).

Constata-se aí uma dimensão educativa no que tange a essa relação oficinairo/a e jovem. As aprendizagens construídas pelo jovem a partir dos ensinamentos do oficinairo/a-educador/a são socializadas com outros jovens, tornando-os, assim, multiplicadores. Este é o caso da Ingrid, que além dessa

³¹ “O Programa Mais Educação, criado pela [Portaria Interministerial nº 17/2007](#) e regulamentado pelo [Decreto 7.083/10](#), constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica”. <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao?id=16689>, Acesso em: 01 de nov. 2016.

experiência como oficinaira do Mais Educação, ela também nos revelou que foi Multiplicadora do FV!. Vale lembrar que é Multiplicador aquele adolescente ou jovem que mostra habilidade com o ofício ensinado na Oficina e, a partir daí, se aproxima mais dos demais participantes, abrindo um canal de diálogo e troca de saberes, o que favorece que ele seja referência para os demais.

Ainda nesse âmbito de dificuldades para os/as jovens serem aprovados em uma seleção de emprego, eles também revelam um obstáculo no que tange à construção de um currículo. A fala da jovem, abaixo, é a resposta a um questionamento se eles atribuem ao FV! alguma contribuição para se inserirem no mercado do trabalho:

[...] na parte do emprego, sempre que eu preciso, 'as meninas [as analistas] vai faz' o currículo 'pra' mim, fala onde tá precisando e direto elas estão olhando e elas falam com a gente. 'oh [...] tá tendo vaga em tal e tal lugar', já encaminha 'pro' curso também, já fiz curso aqui através deles (Ingrid, 22 anos).

A jovem associa ao Programa a contribuição para inserção do seu público atendido no mundo do trabalho. Interessante refletir que ela também faz referência à colaboração da equipe do FV! no que diz respeito ao encaminhamento para curso de educação profissional. Todavia, ela não destaca a falta desses cursos como empecilho para se conseguir emprego.

Em outra fala, é possível constatar a menção a cursos profissionalizantes; não há associação entre a falta de cursos e a dificuldade para se conseguir trabalho:

Coloquei [currículo] no Coelho Diniz, Lojas Americanas, lá no Shopping e fiz o negócio lá do antigo... antigo... antigo... ah esqueci o nome, você preenche lá o nome do negócio aí eles te indicam 'pro' serviço. [...] Então, Jovem Aprendiz, você na verdade vai trabalhar numa carga horária diferenciada 'pra' dar 'pra' você estudar também 'pra' não atrapalhar seus estudos. Aí você passa alguns dias estudando, fazendo curso [...] Ah, o tanto de currículo que já coloquei e nenhum me chamou (Talita, 18 anos).

A fala da jovem revela tentativas frustradas na busca por participar dos processos seletivos. Mostra, ainda, uma alternativa por ela usada, de usufruir do direito de trabalhar como jovem aprendiz. Mas, ainda assim, não consegue vencer as barreiras impostas pelo mercado de trabalho.

Corrochano (2014) oferece uma possibilidade que nos parece explicativa para compreender a situação narrada por Talita. Segundo a autora, “O tempo de espera

por um trabalho [...] é bem maior para jovens pobres e negros” (CORROCHANO, 2014, p. 216). Esta é, pois, também a realidade vivida pela jovem Talita, como negra.

Estudiosos (LEÃO e NONATO, 2014; LEON, 2007) mostram que uma das dificuldades encontradas pelos jovens para se conseguir trabalho é a experiência. Contudo, essa questão não apareceu em nossa investigação. Se ela existe entre os/as jovens do FV! do CPC Turmalina, eles/as não nos revelaram.

Diante dessas vertentes vulnerabilizantes que o território do trabalho vivido pelos jovens do FV! do CPC Turmalina apresenta, afirma-se que nem sempre os jovens trabalham no que eles identificam, e sim por necessidade ou pela oportunidade. Por isso, diante do desemprego, eles buscam estratégias de geração de renda e trabalho via “bicos” (LEÃO e NONATO, 2014).

Os dados coletados mostram essa proximidade dos jovens com os “bicos” como opção de geração de renda na situação da ausência do trabalho: “*Quando a gente faz um ‘biquinho’ aí e consegue um trocado [...] o que aparece, né, a gente não escolhe não [...] Não ‘tá’ podendo escolher, ué*” (Wagner, 20 anos).

Procurar, procuro, né, porque de vez em quando, igual tempo de chuva é difícil arrumar serviço, aí meu patrão ‘me chama eu’ de vez em quando, aí aparece bico e outro serviço, aí eu pulo em cima (Antônio, 22 anos).

Além do bico, o trabalho informal também aparece na fala dos jovens. O jovem Antônio, por exemplo, trabalha como gesseiro. E, como ele abordou acima, quando chove, o patrão não o contrata. Da mesma maneira, encontra-se o jovem Felipe, que trabalha com o pai como eletricista. No dia que ele nos concedeu a entrevista, por exemplo, só foi possível o encontro com a pesquisadora porque naquele dia não tinha trabalho, como ele explica durante a entrevista. A jovem Talita também é um exemplo de trabalho informal: ela ajuda a mãe no salão aos finais de semana, fazendo unhas.

Corrochano argumenta que “...a realidade da maioria dos jovens [...] no mercado de trabalho brasileiro sempre esteve muito mais próxima da instabilidade e das idas e vindas e de um constante *se virar para conseguir ganhar a vida*” (CORROCHANO, 2014, p. 211, grifos da autora).

Diante das precariedades do território do trabalho, os jovens se dividem quando perguntados se eles gostam de seu trabalho. Antônio, por exemplo, afirma que sim; mas, isso não quer dizer que não anseia por uma melhor inserção no mercado de

trabalho: “Querida um [trabalho] ‘mais melhor’ ‘pra’ cuidar do meu filho e da minha coroa” (Antônio, 22 anos).

A partir dos estudos sobre essa relação dos jovens com o mundo do trabalho, entendemos que ele é constituído como o território do trabalho (de ausências, dos “bicos”, do trabalho informal, de exclusões como jovens negros e pobres, da possibilidade oferecida pelas famílias). Para esses jovens, o trabalho é significativo como possibilidade de melhoria das condições de vida e se insere em projetos de futuro. A relação com trabalho no FV! se estabelece como expectativa de que favoreça a preparação para entrevistas, organização de currículos e como possibilidade de atuação em outras experiências com jovens.

A escola

Nesse diálogo com os jovens sobre o mundo do trabalho, surge a escola como lugar para se adquirir diploma, que é pré-requisito para a inserção no mundo do trabalho. Remetemos, a essa questão, a noção do “vir a ser”, aqui já discutida: estuda-se para um dia pegar o diploma, para um dia “ser alguém na vida”, para um dia conseguir um trabalho. Essa ligação entre escola e futuro comparece na fala dos jovens: “Escola é o futuro” (Wagner, 20); “...formar, arrumar serviço mesmo” (Ricardo, 19 anos).

Ricardo é um jovem que aparece como vítima dos territórios da vulnerabilidade. Devido ao envolvimento com a criminalidade, muitas vezes, se recusava a conversar na entrevista: “Ah, eu não quero falar não”. Além disso, se mostrou sem perspectivas quando afirmou “Não tenho muito sonho não”. Apesar disso, frequenta a Oficina de Manicure, o que dá a entender que se sente bem no FV!.

Um dos jovens apresenta a escola como lugar de aprendizagem; contudo, ele não consegue expressar o seu sentido para além de aprender a ler e escrever:

Tipo assim a escola tudo pode te ajudar porque a gente vai aprender a ler, a escrever tudo lá e os professores vão ajudar a gente e a gente o pouquinho que ‘eles ensina’ a gente, a gente ‘a gente vão aprendendo’ e mais na frente ‘a gente vão conquistar’. Então é sempre bom, eu falo escola é escola dos professores tipo é ‘pra’ ‘nós aprender’ e tipo assim, acho que ‘nós consegue’, né, com força e coragem ‘nós vão’ lá dentro. (Augusto, 18 anos).

Augusto é um jovem que, apesar de fazer esse discurso sobre a escola como lugar de aprendizagem, vivenciou a situação do abandono escolar, e, aos 18 anos,

tem o Ensino Fundamental concluído. A ausência da escolaridade se apresenta na sua narrativa marcada por diversas incorreções linguísticas. Ele é autor de várias músicas de Funk, e quando foi solicitado que ele compartilhasse conosco algumas letras para compor este estudo, ele se opôs a escrever, alegando que a letra não é boa.

Ao ouvi-lo cantar para digitar a letra das músicas, constatamos que permanecia a mesma forma de se comunicar – com erros de português. Vale salientar que ele não percebe essas especificidades em sua linguagem. Sposito (1993) defende que autores de RAP valorizam a escola para aprenderem a escrever corretamente as músicas de sua autoria. Parece-nos que Augusto não faz essa associação, ou atribui esse sentido à escolaridade.

Quando perguntado qual o motivo do “abandono”, Augusto, por exemplo, remete ao trabalho: *“Ah, sei lá. Dei uma parada de bobeira mesmo [...] Bobeira mesmo, negócio de trenzinho viajando ‘pra’ lá e ‘pra’ cá, dei uma parada, você sabe que trenzinho viaja, né?”* (Augusto, 18 anos).

Ao questionar os/as jovens, que pararam de estudar, se eles/as têm vontade de retornar, todos/as afirmaram que sim. O motivo de sair da escola remete ao trabalho, em sua maioria, ou ao fato de sair da cidade: *“Matriculei, estudei uns ‘mesim’ e depois fui embora pro Rio”* (Antônio, 22 anos).

Vale destacar que esse jovem saiu da cidade por ter se envolvido com a violência, conforme nos relatou: *“...porque eu tenho umas tretas, umas guerras também...”* (Antônio, 22 anos). Constata-se, assim, que os territórios da violência entrelaçam com os da escola, impedindo, com isso, jovens de construir e vivenciarem suas territorialidades em múltiplos territórios.

Ao interrogar os/as jovens/as, que pararam de estudar, se eles têm vontade de voltar para a escola, todos responderam que sim. Um deles faz referência à EJA: *“Eu ‘tava’ estudando, mas dei uma paradinha; mas, eu quero voltar a estudar ‘pra’ fazer o 1º e o 2º e o provão que fala”* (Augusto, 18 anos).

Andrade e Neto (2007) realizaram pesquisa sobre trajetórias escolares e defendem que o primeiro motivo que fazem os jovens abandonarem a escola é o trabalho, como já discutimos. Os autores argumentam, ainda, que quando perguntado, aos jovens, se eles voltariam para a escola, 69,5% afirmam que sim. Em nosso estudo, 100% responderam que sim.

Para isso, defendemos que a escola deveria investir não somente em políticas de acesso à educação, mas, também, em políticas de permanência. Além disso, é preciso que a escola seja pensada a partir das demandas dos jovens. Se os/as jovens atribuem a ela a importância para se conseguir emprego, apesar de essa não ser sua função – e, sim, preparar para o mundo do trabalho –, a instituição escolar deveria se mostrar mais inclusiva, levando em conta as diversidades, bem como as singularidades da condição juvenil. Flexibilizar os tempos escolares, e as avaliações, de modo a viabilizar a permanência do jovem trabalhador e estudante do noturno (LEÃO e NONATO, 2014), por exemplo, poderia ser o começo.

Outra resposta que chamou nossa atenção, no que tange ao desejo de os/as jovens voltarem a estudar, é o fato de uma se mostrar arrependida por ter largado os estudos: *“Ah, se eu pudesse... eu imagino assim, se eu pudesse voltar atrás eu teria feito diferente. Igual, eu não teria parado de estudar [...]”* (Ingrid, 22 anos).

O que vemos, muitas vezes, é uma escola que não fala a linguagem dos jovens, o que gera um distanciamento do sentido da escola para a vida. Enquanto caberia, a esta instituição, o papel de acolhimento, bem como de construção da cidadania (CHARLOT, 2001).

Defendemos, pois, uma escola que reconheça “experiências, saberes e identidades culturais” (DAYRELL e CARRANO, 2014, p. 103). Argumentamos a importância de que valorize o jovem como sujeito de direitos, que anseia por uma escola que promova diálogos.

A escola não é valorizada, pelos jovens entrevistados, como lugar de socialização, por exemplo. E, se é, pelo menos não é referenciada dessa maneira nas entrevistas realizadas. Ela “...é percebida como ‘obrigação’ necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas” (DAYRELL e CARRANO, 2014, p. 102).

“Um estranho paradoxo se instala quando se reconhece a importância da educação e se marginaliza o lugar da escola ou se a reduz a um ritual formal necessário para inclusão no mercado de trabalho” (ABRAMOVAY, CASTRO e WAISELFISZ, 2015. p. 14).

Se a escola comparece como importante para o trabalho na fala dos jovens, suas funções não se reduzem à ideia de preparação para o trabalho. Ela é um espaço de socialização importante para os jovens, e representa, segundo Charlot (2009), a possibilidade de entrada do sujeito em uma das facetas do mundo humano, do mundo da cultura, da linguagem dos saberes historicamente construídos e da compreensão

social e política dos sujeitos nesse mundo, como argumenta Paulo Freire, em seus diferentes escritos.

O mundo da cultura

O mundo da cultura, contudo, tem sido um território que, apesar de suas vertentes vulnerabilizantes, tem possibilitado ao jovem se construir como sujeito, revelando, assim, sua condição juvenil. O FV!, a partir das Oficinas de esporte, cultura e arte, tem sido lugar de aprendizado que faz sentido para a vida e contribui para escolhas que fogem do mundo da violência, segundo os/as entrevistados:

Ih...se não fosse o Programa eu 'tava' que nem 'muitos jovens aí que cresceu' junto comigo, né, a maioria foi 'pro' lado do crime, 'outros já estão até morto', 'têm muitos que tá preso', 'as meninas mesmo já virou mãe', já virou mulher de bandido e eu não, eu 'tô' aqui...não faço nada da vida, mas também não...não fui 'pro' caminho errado não (Ingrid, 22 anos).

O mundo da cultura possibilita ao jovem expressar, a partir de códigos, suas representações, seus referenciais simbólicos e culturais. No esporte, por exemplo, “...podemos achar simbologias e significados que podem ser expandidos” (VIANA, 2014, p. 256). Ao traçar o perfil social dos jovens, foi possível constatar a prevalência de participação nas Oficinas voltadas para o esporte.

No mesmo sentido, os dados das entrevistas apontam para um “amor” entre os jovens e o esporte: “É porque eu toda vida sempre amei jogar futebol, né?” (Felipe, 21 anos); “Ah, porque eu gosto demais... já gosto muito de futebol mesmo desde pequeno aí” (Wagner, 20 anos); “É, minha área que eu gosto mesmo é a área do esporte...eu gosto mesmo... jogo bola, jogo vôlei, jogo handball [...]” (Ingrid, 22 anos).

Através das Oficinas de esporte FV!, os jovens têm, inclusive, circulado por outros territórios, para participarem de campeonatos:

São fora do Turmalina, na verdade tem aqui no Turmalina, tem fora, entendeu? E tem gente lá do Carapina que comenta muito da oficina daqui, fala que a oficina daqui tem bastante jovens porque aqui eles investem, tipo assim, 'os professores investe' o Turmalina sempre coloca oficina na Copa SESC e tal e eles falam que lá eles sentem falta disso, entendeu? (Ingrid, 22 anos).

Essa oportunidade de os/as jovens saírem do território – Projetos de Circulação do FV! –, para participarem de campeonatos de esporte, possibilita o acesso à cidade

via Programa. Contudo, é importante destacar que essas ações não podem ser vistas como solução para o acesso ao esporte e ao lazer, por exemplo. Nesse sentido, Santos e Isayama (2014) defendem que:

Termos do tipo 'inclusão social' e 'formação cidadã' são empregados como redenção das juventudes pobres nesses projetos, e buscam a retomada da ordem social pelo Estado. Emergindo contra a criminalidade e a violência os projetos de esporte e lazer são construídos na 'perspectiva salvacionista' e vistos como responsáveis diretos pela diminuição das rivalidades no próprio território das violências. Ademais, ao objetivarem a paz social, muitas ações públicas de esporte e lazer se processam para estruturar atividades permitidas, lícitas e consideradas civilizadas no interior da sociedade. (SANTOS e ISAYAMA, 2014, p. 65, aspas do original).

Logo, ações como essas podem viabilizar a mobilidade de alguns jovens dentro do território, bem como na cidade. Todavia, não podem ser colocadas como alternativa de controle social ou até mesmo das violências e da criminalidade. Esse intercâmbio entre esporte, lazer e segurança pública pode contribuir com novas formas de lidar com as violências e a criminalidade. É fundamental, pois, que haja diálogo com os/as jovens no sentido de planejar essas ações, valorizando, assim, a condição juvenil (SANTOS e ISAYAMA, 2014).

Há jovens, portanto, que não conseguem usufruir o direito ao lazer devido às barreiras impostas pelas violências e criminalidade, uma vez que fronteiras controlam o acesso a outros territórios ou até dentro do próprio território (SACK, 1986). Um dos jovens entrevistados relata que não circula muito pelo bairro, e nem mesmo por outros, devido a esse motivo:

...eu frequento só o Turmalina mesmo porque eu tenho umas tretas, umas guerras também, eu só fico no meu bairro mesmo, aí eu fico mais quieto...difícil eu vim cá, 'pro' centro quando eu vou, vou de moto ou de carro (Antônio, 22 anos).

A coleta de dados revelou, ainda, que a maioria dos jovens não participa de outras atividades de lazer ou de esporte, ou seja, do mundo da cultura, para além do FV!: “É meu lazer é ficar em casa e curtir com os amigos” (Wagner, 20 anos); “Ah, eu não gosto de sair não, eu gosto de ficar só aqui dentro do bairro mesmo” (Ricardo, 19 anos).

Muitas das vezes foi porque não tinha nada 'pra' fazer, ao invés de ficar na rua, 'pra' rua afora aí eu escolhia ficar na oficina, bom, talvez também por causa do lanche...(risos) [...] Durante o dia eu fico mais dentro de casa jogando vídeo game [...] Às vezes também eu...às vezes, sabe, eu saio 'pra' entregar alguns currículos, jogo bola fora... (Ingrid, 22 anos).

Essa jovem é a única, dentre os/as entrevistados/as, que revelou que consegue articular ações do mundo da cultura para além do FV!. Ela relatou que tem participado de campeonatos de esporte em outro bairro, e quando perguntado como soube dessa atividade de esporte, ela afirmou que foi através de uma amiga: *“Jogo [...] de vez em quando aparece... mas eu ‘tô’ com um...que eu joga num time lá na Ilha [...] Foi uma das meninas que jogava junto com a gente. Ela começou a jogar lá aí foi me chamou, aí a gente começou a participar lá também”* (Ingrid, 22 anos).

Defendemos que, a partir dessa análise, é possível afirmar que os jovens têm construído sua condição juvenil, principalmente no Programa. Quando lhes é perguntado por quais outros espaços eles costumam transitar, há uma prevalência de atividades dentro do próprio bairro, dentre as quais ressalta-se conversar com amigos, atividades voltadas para o esporte, ir à igreja e à lanchonete:

É, depois do futebol eu vou à missa, aí lá eu fico conversando com meus amigos lá [...] Ah, com os meus amigos lá do futebol [...] Ah, costuma ‘ir na lanchonete’, né, quando a gente faz um biquinho aí e consegue um trocado...mais na igreja mesmo (Wagner, 20 anos).

Todavia, dois jovens alegaram sair do bairro. Enquanto o jovem afirma que tem essa prática de vez em quando, a jovem relata que ontem foi a primeira vez que ela saiu do bairro:

Costumo, de vez em quando vou ‘pra’ outros bairros ‘pra’ distrair porque vê as caras das mesmas pessoas enjoa, né? Dá um passeio, né? (Augusto, 18 anos).

Tipo assim, igual se eu saio do bairro, o único bairro mesmo que eu saio é o Planalto ali. Igual ontem mesmo eu subi na aula de dança; mas, acho que não teve. [...] Mas, subi lá só ontem só, primeira vez (Talita, 18 anos).

Como a maioria dos jovens ocupa seu tempo somente com o FV!, a paralisação das ações da Política de Prevenção interferiu diretamente na dinâmica da criminalidade, segundo um dos jovens entrevistados:

E nesse tempo que ficou parado se você ver muito jovem sumiu da oficina porque...foi ‘pro’ mundo das drogas, porque não tinha nada ‘pra’ fazer, foi na conversa de amigo, não tinha uma pessoa perto ‘pra’ aconselhar ele. Agora graças a Deus o programa voltou, os meninos agora, pelo menos no intervalo da oficina, eles deixam de mexer com droga com essas coisas e participa da oficina. Então o Fica Vivo! ajudou bastante. Quem ‘tá’ de fora não vai lá perto ‘pra’ presenciar acha ‘ah, a bobeira’...mas não é, entendeu? ‘As pessoas que tá lá dentro’ vê que não é, tem muito jovem mesmo [...] ‘era 7 amigos’ meus, a gente foi criado junto desses sete, sem o Fica Vivo!, 3 morreram [...] Mas

nisso aí graças a Deus não envolveram eu e mais 4 não envolveram por causa do Fica Vivo!. Porque assim que voltou, o Bruno perguntou a gente se a gente sentiu falta, como foi... de 30 meninos, se não me engano, tava 30 a 35 mais de 20 falou que sentiu a falta, que dava hora não tinha nada 'pra' fazer, preferia ficar na rua, a mãe deles estava preocupada, entendeu, e quando tinha a oficina, no caso o Fica Vivo!, a mãe deles sabia onde eles 'tavam' algumas mães iam lá, viam, então 'muitos jovens sentiu' falta sim (Felipe, 22 anos).

Outro ponto a se refletir é no que tange às amizades. A maior parte dos jovens entrevistados chegou ao CPC, no dia da entrevista, em grupo. Dayrell (2003) defende que o jovem expressa elementos de seu estilo – ou seja, a sua condição juvenil – no encontro com os amigos.

A partir das entrevistas, pode-se afirmar que estar rodeado de amigos é um marco da condição juvenil: “...*conversa com os amigos, distrai a mente, né?* (Wagner, 20 anos); “... *'meus amigos me dava' conselho, 'as meninas me dava' conselho*” (Antônio, 22 anos). Paradoxalmente, os amigos também aparecem como aqueles que os levam a escolhas erradas, assim como narrado pelo Felipe quando faz referência a “*ir na conversa de amigo*” e se envolver com a criminalidade.

Ainda com respeito ao mundo da cultura, não poderíamos deixar de argumentar as linguagens, os estilos, os códigos, as roupas, as tatuagens, os bonés, os piercings, todos componentes das singularidades juvenis. Os jovens entrevistados vão ao CPC com esses modos próprios de ser jovem.

Os jovens criam e produzem suas representações a partir de códigos e signos da contemporaneidade oriundos do seu meio social e cultural, do universo imagético, sonoro e visual, presentes em seu cotidiano, que provêm da televisão, do cinema, das bancas de revistas, dos livros, dos videogames e da internet. Trata-se de um intenso repertório de informação, comunicação e imagens de forte conteúdo simbólico e de consumo. E esses são hoje os grandes indutores da experiência estética. Definem, muitas vezes, o modo como eles pensam, agem e refletem os seus interesses (VIANA, 2014, p. 257).

No que diz respeito à linguagem, alguns termos usados por eles chamam a nossa atenção em pensar que, por mais que os adultos não se apropriem desse vocabulário, os jovens se comunicam e deixam as suas marcas. Expressões como “muncado”, “tá lombrado”, “fazendo os meus corre” apareceram em nossa investigação.

Apesar de os autores estudados afirmarem que o mundo da cultura abarca a maioria dos sonhos dos jovens e se apresenta mais democrático que a escola e o

trabalho, vale salientar que ainda assim esses territórios têm se constituído em meio a vertentes vulnerabilizantes também. Portanto, os resultados indicam o desafio para o FV! despertar, nos/as jovens, o protagonismo, de modo que eles/as façam assim como a Ingrid: construam suas territorialidades em diferentes territórios.

Nesse sentido, analisaremos os significados que os jovens atribuem às experiências vivenciadas no FV!.

5.3 OS SIGNIFICADOS QUE OS JOVENS ATRIBUEM ÀS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NO PROGRAMA FICA VIVO! (FV!)

A partir da análise dos dados, é possível destacar algumas aprendizagens que os jovens atribuem ao FV, dentre as quais citamos: lugar de aprender a dançar, contribuição para inserção no mercado de trabalho e para tomada de decisões, construção de vínculo comicineiros/as e com outras pessoas.

Ah, tipo assim a gente vê eles dançando e dá uma vontade de dançar, aprender, dá vontade de ir também, a gente vê lá dançando aí a gente vai aprende coisa que não sabe, né? Aí aprende com eles [com os/as oficineiros/as] (Augusto, 18 anos).

Também, eu acho 'bão' também igual antes de morar aqui a Tatiana mesmo falou que se eu precisasse de um emprego, fazia um currículo, entregava ela que ela ia me ajudar, conversava comigo, me dava conselho altas coisas (Antônio, 22 anos).

Ah, geralmente eu via os meninos de outras oficinas assim tipo, como inimigo, né. Tinha pessoas assim que eu olhava e falava assim: 'nossa, essa pessoa é metida, essa pessoa é folgada; mas, a partir do momento que a gente passava a ter um convívio, um diálogo com eles, a gente via que não era nada daquilo...é gente que nem a gente mesmo. [...] Corro de uma briga, tenho mais jeito 'pra' conversar com as pessoas [...] (Ingrid, 22 anos).

Eu participo, né, desde os meus 11 anos, igual eu te falei... muita coisa boa, os professores [os/as oficineiros/as] ensinando muita coisa, dando exemplos, sempre incentivando a gente a não entrar no mundo das drogas sempre explicando, sempre vai o pessoal do Fica Vivo! explicar 'pra' gente sobre isso (Felipe, 21 anos).

Ah, 'é os laços' que a gente acaba criando com os oficineiros com os jovens e aprendizagem que a gente leva 'pra' vida (Ingrid, 22 anos).

Porque eu era muito calado e depois que eu comecei a trabalhar com meu pai ele até reclamava isso 'você tem que tratar o cliente bem'... Eu chegava na casa do cliente e ficava calado e o Bruno conversava comigo, 'você não precisa ser conversador, você tem que ser mais solto, espontâneo conversar com as pessoas, um bom dia, uma boa tarde, um sorriso'. Aí eu...pelo fato do Bruno me aconselhar muito até hoje, me ajudou a desenvolver mais, me levou 'pra' palestra que ele ia. O Bruno me ajudou bastante nisso (Felipe, 21 anos).

O Guia de Orientação para Execução do Trabalho (MINAS GERAIS, 2016) lista os objetivos esperados com o desenvolvimento das oficinas. O documento defende que as oficinas vão além do ensino do ofício; elas devem proporcionar:

- ✓ O estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa;
- ✓ A abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos;
- ✓ A criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas;
- ✓ A promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia;
- ✓ O favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos (MINAS GERAIS, 2016, p. 11).

Ao analisar as aprendizagens listadas pelos jovens entrevistados, no que tange ao Programa, constata-se que o proposto no Guia supracitado tem sido efetivado no FV! do CPC Turmalina. Nesse sentido, não podemos ignorar o que Dayrell, Carvalho e Geber (2012) defendem. Os autores argumentam que essas ações realizadas são educativas, uma vez que possibilitam ao/à oficinairo/a dialogar com os/as jovens e criar vínculo com o público atendido, de modo a contribuir para a execução das atividades desenvolvidas.

Contudo, 02 (dois) jovens não têm uma visão do FV! como um lugar de aprendizagens de caráter mais reflexivo sobre as questões juvenis, ou sobre as vulnerabilidades nas quais se inserem, ou como possibilidade de compreensão dos conflitos, como preconizam as orientações do Programa. Um dos jovens afirma que o Programa é lugar de jogar bola e conversar com os amigos “*Não...eu acho que não, né, vai lá joga bola ali, conversa com os amigos, distrai a mente, né?*” (Wagner, 20 anos). Enquanto o outro relata que aprendeu pouco no FV!.

Diante da análise, constata-se que as experiências desses jovens têm se constituído a partir dos aprendizados construídos por eles na relação com os/as oficinairos/as. Saberes esses que envolvem valores e tomada de decisões para além das violências e da criminalidade. Com isso, os jovens se sentem motivados a investirem em sua vida escolar e profissional, bem como na realização de seus sonhos.

Constata-se, ainda, que a condição juvenil de jovens das camadas populares está envolta em vertentes vulnerabilizantes. O fato de terem que garantir a própria existência/sobrevivência apresenta-se como uma realidade dura. Em todas as

entrevistas realizadas, os territórios da violência são referenciados pelos jovens. Mesmo que indiretamente, como foi o caso do jovem, que por ser envolvido, por muitas vezes se opôs a conversar sobre determinados assuntos, criando, assim, um território de silêncio.

Selecionamos algumas falas dos jovens, repletas de significados, que revelam a percepção dos jovens sobre esse fenômeno que constitui vários territórios: a violência. Um dos jovens faz referência ao uso de drogas e coloca o FV! no lugar de espaço privilegiado para jovens não se envolverem com as violências e a criminalidade. Para ele, estar na Oficina distrai a mente e afasta do crime:

Que tem tipo assim, tem muitos meninos aí, todo mundo sabe isso não 'pra' ninguém não, que mistura no meio desses meninos aí que gosta de fumar a droga deles aí tem vez que quando tem oficina eles invés de estar lá fumando 'eles tá' na oficina, né? Aí distrai a mente, né? Deixa esse trem, essa vida do crime de lado (Wagner, 20 anos).

O uso de drogas é argumentado por Charlot (2006b), em seus estudos sobre juventude, como uma questão de afirmação no grupo:

Para quem está com desejo de fumar maconha, não faltam oportunidades, segundo os jovens. Alguns fumam, às vezes a ponto de tornar-se viciados. Outros recusam, sem temer aparentar-se de ingênuos. O principal risco reside nos encontros com amigos e na vontade de fazer 'como os demais' (CHARLOT, 2006, p. 581, aspas do autor).

No que diz respeito às opções de fazer uso ou não de drogas, retratada por Charlot na citação acima, outro jovem, ao falar das aprendizagens que compõem as experiências juvenis, refere-se à vida como lugar de escolhas. Para ele, isso é possível em relação às vertentes vulnerabilizantes - às violências e à criminalidade. A fala dele nos mobiliza a pensar na possibilidade de construção de outras territorialidades para os jovens nessa situação:

Tipo assim, a gente aprende um pouco e não aprende porque esse mundo 'cê' sabe como que tá hoje, por isso que eles falam: 'pega as coisas boas e as ruins coloca no bolso e guarda'... aí depende da pessoa quiser pegar a boa ou a ruim. Eu prefiro a boa porque a ruim eu sei que não vai dar em lugar nenhum, eu vou 'pro' buraco. A boa eu sei que vou seguir o que eu quero, aí eu começo andar (Augusto, 18 anos).

É válido destacar o relato de um jovem envolvido, que participa da oficina de manicure, ao remeter sua escolha, de mudar de vida, aos conselhos da família e dos

amigos. É importante salientar que uma perda na família o faz repensar sobre essa vida de envolvimento:

Eu penso tipo assim, sair dessa vida, né, eu era mais envolvido no mundão, aí depois meu irmão morreu eu fiquei mais abatido também. [...] ‘Meus parentes me dava’ conselho, ‘meus amigos me dava’ conselho, ‘as meninas me dava’ conselho... Fazia minhas unhas e me dava conselho ‘pra’ eu sair dessa vida; mas, graças a Deus eu ‘tô’ de boa (Antônio, 22 anos).

O relato abaixo aponta para a possível contribuição das Oficinas para escolhas que tracem um caminho distante das bebidas e do sexo inseguro:

Porque tem muitas meninas da minha rua lá, hoje, ‘tá’... você sabe, né... preferem sair, ter relação, beber e tal... quando tinha oficina de pintura [...] né, muitos jovens ia ‘pra’ lá, enchia também (Felipe, 21 anos).

Charlot (2006b), ao realizar pesquisa com jovens sergipanos, argumenta que a maioria dos jovens gosta de tomar cerveja de vez em quando, simplesmente por prazer, sem que isso o torne um viciado. Contudo, há os que bebem demais, principalmente em lugares de lazer.

Uma questão já levantada, neste estudo, foi a ideia de que a rua é um lugar perigoso. A fala da jovem, abaixo, mostra a insatisfação – e não autorização – da mãe dela ao saber que a Oficina que a jovem queria participar era no turno noturno:

Na aula de dança também só que aí minha mãe pegou e me tirou. Porque...ela falou assim: ‘Ah, [...] vai caçar problema ‘pra’ sua cabeça não’... porque a aula de dança é de noite a aula de dança, aí eu fui e saí, preferi sair. [...] Ah, sabe como é o Turmalina, é muito perigoso (Talita, 18 anos).

Carrano (2003) nos faz refletir sobre o espaço urbano. O autor defende que as pessoas fazem uma imagem da rua como um lugar de perigo, portanto,

Os jovens que insistem em manter a ocupação das ruas, das praças e outros espaços públicos; os jovens que circulam e se põem em relação com os sujeitos dos múltiplos territórios da cidade, contrariam a lógica da sociabilidade do apartamento social – na dupla acepção da palavra – que informa o contexto de trocas relacionais seguras e homogêneas dos espaços de convivência de públicos “selecionados” (CARRANO, 2003, p. 151).

Nesse âmbito, encontramos Sack (1986), que defende que as barreiras de um território podem se alterar, bem como as maneiras pelas quais elas se constituíram. Desse modo, é possível pensar que “os espaços públicos das cidades operam como

arenas culturais de produção da comunicação urbana” (CARRANO, 2003, p. 152). Exemplo disso é o desenvolvimento das Oficinas do FV! que se distribuem em territórios de vulnerabilidade e, conforme referenciado pelos/as jovens, têm sido possível construir novas territorialidades.

Uma figura fundamental para que as oficinas sejam percebidas, pelos jovens, como lugar de aprendizagens, é o/a oficinairo/a. Na próxima seção, discorreremos sobre esse profissional, bem como sua contribuição para o FV!.

5.3.1 Oficinairos/as: uma referência positiva para o jovem do FV!

Conforme o Guia de Orientação, há duas exigências no que tange ao perfil do/a oficinairo/a: ser preferencialmente morador/a de uma das áreas de abrangência do FV!; e ter experiência com trabalhos voltados para a adolescência e para a juventude. Esse profissional não é contratado em regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), ele/a é um/a parceiro/a do Programa com inscrição como Microempreendedor Individual (MEI) e que recebe, mensalmente, uma remuneração em forma de bolsa. Além de ser responsável por ministrar as oficinas, ele deve fornecer o lanche em todos os encontros³².

O Programa espera que os/as oficinairos/as sejam capazes de:

- ✓ Transmitir um ofício;
- ✓ Favorecer a criação de vínculo entre o público atendido na oficina e o Programa Fica Vivo!;
- ✓ Acolher os adolescentes e jovens, independente de suas habilidades para com as atividades desenvolvidas na oficina;
- ✓ Dar abertura para a expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos;
- ✓ Trabalhar temáticas a partir daquilo que os adolescentes e jovens manifestam na oficina;
- ✓ Favorecer a reflexão de adolescentes e jovens sobre formas de prevenção e redução de rivalidades violentas;
- ✓ Favorecer que adolescentes e jovens que não se interessem pelo atendimento em oficinas, se conectem as outras atividades do Programa ou aos demais serviços da rede de proteção;
- ✓ Atuar conjuntamente com o GEPAR;
- ✓ Elaborar, mensalmente, lista de presença e relatório referente à realização da oficina;
- ✓ Participar de reuniões e espaços de formação promovidos pelas equipes técnicas e pela diretoria do Programa (MINAS GERAIS, 2016, p. 12).

³² O valor da bolsa fornecida para o/a oficinairo/a deve incluir sua organização financeira de modo a manter os gastos com a Oficina – como, por exemplo, comprar esmaltes para a modalidade manicure; comprar bola para a modalidade Futsal, dentre outras demandas que se fizerem necessárias – e a cada encontro fornecer lanche para os/as adolescentes e jovens.

Os dados coletados nas entrevistas mostram que os/as jovens têm os/as oficinairos/as como referência, e fazem menção a alguns pontos que destacamos: o fato de os/as oficinairos/as se mostrarem preocupados com os/as jovens; as aprendizagens construídas a partir dos ensinamentos dos/as oficinairos/as; e o incentivo para estudar. Inclusive, os/as jovens afirmam que, se estão no Programa, é graças ao incentivo dos/as oficinairos/as, e atribuem a esses profissionais uma mudança positiva na postura interpessoal. Abaixo, selecionamos algumas falas dos jovens que evidenciam esses aspectos:

É porque eu toda vida sempre amei jogar futebol, né? E o que mais me incentivou a ficar no Programa é pelo fato dos dois professores [oficineiros/as], tanto pelo Fábio quanto o Bruno, porque eles são duas pessoas assim... porque a gente sumiu do programa uma, duas, três oficinas, 'eles já procura' saber porque a gente não foi, se está acontecendo alguma coisa, procura dar presente 'pra' gente. Igual o Bruno mesmo, sumiu ele já liga: "aconteceu alguma coisa"?...vai em casa visitar, se tiver passando algum problema, ele dá conselho, comenta 'pra' vir aqui... por ele ser um professor tão bom, fazer aquilo por amor, a gente acaba gostando das coisas [...] (Felipe, 21 anos).

O que mais me marcou foi o modo de cada um deles [os/as oficinairos/as] lidar com os jovens, entendeu? Tem um que... eu acho até bom ressaltar, foi que me ensinou bastante, 'foi 3 oficinairos'. Foi a Natália, a Rebeca e a Isadora. A Isadora foi a minha primeira oficinaira e tipo assim, muitas coisas que eu não aprendi em casa, eu fui aprender com ela. Antigamente eu era uma pessoa muito revoltada da vida, brigava demais, tinha muitos problemas na escola e tal, mas daí com o tempo, depois que eu fiquei conhecendo a Isadora, ela foi procurando conhecer mais um pouquinho da minha vida, conversando comigo aí foi mudando meu jeito de ser...hoje em dia não, hoje em dia eu corro de uma briga (risos) (Ingrid, 22 anos).

Tanto que o Bruno chegou perto de mim e falou assim: gente, vamos estudar que vai fazer falta 'pra' vocês lá na frente e 'os meninos escuta' muito ele, aí eu vendo isso, vendo que realmente fazia muita falta... eu tenho um cunhado mesmo que ele parou de estudar e não consegue um emprego mesmo de nada, porque sempre pede estudo [...] (Felipe, 21 anos).

Constata-se que os/as oficinairos/as têm ido de encontro aos jovens, o que tem possibilitado que eles valorizem o FV! como um lugar de aprendizagens; logo, de ações educativas, que podem gerar mudanças significativas na vida dos/as jovens. A análise dos dados aponta para uma relação de respeito à individualidade do jovem bem como à (re) construção de seus saberes (GRACIANI, 2006).

Dayrell, Carvalho e Geber (2012) traçam um perfil de oficinairos/as-educadores/as, que muito se assemelha do que é previsto para os/as oficinairos/as do FV!. São listadas, pelos autores, 04 (quatro) características.

A primeira aponta para o vínculo dos/as oficinairos/as-educadores/as com os/as jovens, uma vez que têm uma aproximação cultural do público atendido. As tabelas 2 e 3 descrevem todas as Oficinas, bem como os locais, dias da semana e horários de ocorrência. Juntamente com essas informações, destacamos quais oficinairos/as são moradores do bairro em que ele desenvolve a Oficina.

Essa característica influencia diretamente no trabalho, uma vez que o/a profissional conhece o território, bem como suas relações sociais e culturais, além da dinâmica da criminalidade.

Outra característica descrita é que muitos desses oficinairos/as-educadores/as foram jovens atendidos por projetos/ programas sociais. No caso do FV! do CPC Turmalina, 02 (dois) oficinairos e 01 (uma) oficinaira já estiveram na condição de jovens atendidos/as pelo Programa. O fato de terem vivenciado essa experiência contribui para que eles/as transmitam seus aprendizados para os/as jovens, fortalecendo os vínculos afetivos e contribuindo para a permanência dos jovens no FV!.

A terceira característica, apontada pelos autores, é que muitos dos/as oficinairos/as-educadores/as têm uma trajetória em diferentes movimentos sociais. Esse ponto também é possível comparar à realidade dos/as oficinairos/as do FV! do CPC Turmalina.

A quarta e última característica revela a dificuldade de acesso dos oficinairos/as-educadores/as a bens e equipamentos culturais, tais como teatros, espetáculos, shows, dentre outros, o que remete a uma não apropriação dos espaços da cidade. Os autores defendem que isso traz como consequência, para os jovens que participam das oficinas ministradas por esses/as oficinairos/as-educadores/as, o mesmo distanciamento desses locais culturais. Ponto esse que também é possível identificar nos jovens do FV! do CPC Turmalina.

Diante da análise acima, afirma-se que a maneira como os/as oficinairos/as conduzem o trabalho transforma as Oficinas em "...não apenas como um ambiente de aprendizagem de um saber; mas sim como um espaço de uma formação humana, de socialização e transmissão de valores..." (DAYRELL, CARVALHO e GÉBER, 2012, p. 165).

Constata-se que o trabalho dos/as oficinairos/as não se restringe ao desenvolvimento da oficina, e sim ao acompanhamento dos/as jovens, o que é facilitado pelo fato de serem, em sua maioria, moradores/as das áreas de abrangência

do Programa, e por conhecerem as culturas, os modos de vida, as mazelas e possibilidades desses territórios.

5.4 EXPECTATIVAS DOS JOVENS DO FV! DO CPC TURMALINA

Com a realização das entrevistas, buscamos conhecer a condição juvenil a partir de relatos dos jovens que participam do Programa, bem como suas expectativas presentes e futuras. Segundo Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015), as pesquisas, no que tange ao que esperam os jovens, comumente, caminham na mesma direção: “fazer uma faculdade, conseguir um trabalho bem remunerado ou parâmetros existenciais, como constituir família, ser bem sucedido, ser feliz” (ABRAMOVAY, CASTRO E WAISELFISZ, 2015, p. 208).

Os dados coletados apontam para as mesmas conclusões que os autores acima defenderam. Os jovens do FV! do CPC Turmalina sonham em constituir família, com aspirações profissionais e em fazer faculdade. Além disso, ganhar a vida com a gravação de músicas, assim como já discutido por Dayrell (2003).

No que diz respeito às expectativas no âmbito da constituição da família, Wagner nos conta: *“Pensar em casa, né, porque namorada mesmo eu já tenho. Formar uma família. Dar um futuro bom para os meus filhos”* (Wagner, 20 anos). Não podemos deixar de relacionar com a pesquisa desenvolvida por Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015), na qual os autores argumentam que “Alguns jovens da EJA e do PJU também expressam o desejo em constituírem família e adquirirem alguns bens, principalmente relacionados à aquisição da casa própria e de um carro” (ABRAMOVAY, CASTRO e WAISELFISZ, 2015, p. 199).

Esse desejo é influenciado pela sociedade do consumo, que evidencia o desejo por se ter dinheiro e por buscar uma vida estável (ABRAMOVAY, CASTRO e WAISELFISZ, 2015). No que diz respeito a querer “dar uma vida boa” para os filhos, segundo os autores, se relaciona ao ideal de um trabalho que lhes permita usufruir disso.

Charlot (2007) defende essa expectativa de forma bem natural, com base nos relatos dos jovens por ele entrevistados. O autor argumenta que: “Ainda que os alunos sejam jovens eles evocam com frequência a sua família futura. Ter filhos, para eles assenta no curso normal de uma vida feliz” (CHARLOT, 2007, p. 58).

Ainda nesse âmbito de aspirações profissionais, selecionamos dois relatos para análise: um ligado à inserção no Ensino Superior e outro sobre a abertura de uma empresa.

Eu pretendo, né, terminar o ano que vem e já começar... sei lá... o... ou um emprego, ou uma faculdade. Eu tenho vontade de fazer uma faculdade de Setor Social ou senão Educação Física. É. Serviço Social mais por causa da... sei lá... eu gosto de conversar com as pessoas, gosto de ajudar, eu já fiz parte da Pastoral da Criança, eu gosto de ajudar (Ingrid, 22 anos).

Ontem mesmo... foi sexta-feira 'os meninos tava' falando que eu vou morar sozinho, minha casa é espaçosa eu vou abrir um Lava Jato, 'pra' mim mesmo. Aí eu pensei, pensei aí 'os meninos falou': 'oh, é verdade, tem condições, aí 'tô fazendo os meus corre', né, comprar os materiais primeiro 'pra' depois, se Deus quiser, vai dar certo (Antônio, 22 anos).

Na primeira fala, a jovem mostra seu interesse em fazer faculdade; embora ainda não tenha definido qual curso. Pesquisa realizada por Weller (2014) comunga dos mesmos dados:

Observa-se que as jovens expressam um certo desconhecimento do que são, de fato, as profissões apontadas, as suas demandas específicas, bem como um desconhecimento do que seja o curso e das possibilidades reais de concorrer a um deles para a entrada no Ensino Superior [...] (WELLER, 2014, p. 143-144).

Já o segundo relato, mostra o interesse do rapaz em abrir o próprio negócio, a influência dos amigos em seu projeto de vida, bem como a confiança de que “vai dar certo”.

Ainda no âmbito do que esperam os jovens, é almejada a possibilidade de uma carreira profissional. O jovem ressalta que adentrar nesse mundo da cultura só depende dele e acredita que “se Deus for na frente”, vai dar certo:

Eu canto muito; mas, pouco a pouco 'nós vão' conquistando, né, tudo tem a hora [...] aí quando 'nós tiver trabaçando', 'paga nós' um dinheirinho, paga a gravação e manda vê. Dia que estourar é assim, né... depende de mim e Deus na frente [...] Ah eu canto, gravo no celular e coloco no Facebook... compartilho no WhatsApp, compartilho no Facebook e vai indo...de pouco a pouco vou conquistando meu espaço (Augusto, 18 anos).

Dayrell (2003), em uma de suas pesquisas sobre juventude, encontrou um jovem com o mesmo sonho: conquistar carreira musical. Contudo, o autor alerta para a grande possibilidade de abandonar esse sonho, uma vez que ela não oferece subsídio suficiente para sobrevivência.

Há, ainda, os que têm dificuldade em precisar o que esperam para a vida, como no relato abaixo. Há uma crença de que vai dar certo [o trabalho], e que a questão de trabalhar está difícil para outras pessoas também; não só para os jovens:

Ah, sonhar eu sonho 'muncado' de coisa, agora difícil é... Ah, falar 'pro cê tá' bem "pá"... agora assim 'tá meio lombrado', não é só 'pra' mim 'pra' todas as 'pessoas também que tá' a procura, que tá parado [o trabalho]. Mas tipo assim, um dia vai chiar, um dia vai dar certo moço, é só ter fé. Vai dar certo (Augusto, 18 anos).

Podemos fazer uma reflexão com base na pesquisa realizada por Charlot (2007). Segundo o autor, no que diz respeito ao trabalho, os jovens esperam melhorar a vida.

São esses aspectos referenciados pelos/as jovens que nos fazem compreender como se constitui a condição juvenil, que é marcada por experiências que eles vivenciam, bem como suas falas, suas reivindicações, suas decepções, seus desejos. A condição juvenil nos revela quem são os jovens. Jovens esses que compreendemos numa pluralidade, uma vez que se constroem de diferentes maneiras e transitam por múltiplos territórios. Eles fazem uso desse território, se apropriam dele a partir de suas culturas, suas visões de mundo, suas identidades. Mesmo em territórios vulneráveis, os jovens constroem possibilidades de vida, configuram territórios, imprimem neles suas marcas – como no FV! –, e acreditam em possibilidades – “*um dia vai chiar, um dia vai dar certo moço, é só ter fé vai dar certo*” (Augusto, 18 anos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender a juventude em sua pluralidade. O conceito de Juventudes pode ser entendido como uma construção social e coletiva; contudo, repleta de singularidades que revelam as formas de viver a condição juvenil. Já a pluralização do termo Territórios se dá por entender que eles se constituem nas relações sociais, culturais e de poder. Logo, não é necessária uma marca geográfica para se constituir um território.

Na correlação entre juventudes e territórios, foi possível conhecer quem são os jovens do bairro Turmalina, como eles vivem e constroem suas experiências juvenis e como os múltiplos territórios configuram os diferentes modos de viver desses jovens. Constatou-se que os territórios vividos por esses jovens são envoltos em vertentes vulnerabilizantes à violência e à criminalidade.

Há uma prevalência de jovens homens, e estes se afirmam com base em uma suposta superioridade masculina, o que os coloca numa condição de privilegiados em relação às jovens, que, por sua vez, naturalizam essa posição. As relações de gênero se revelam neste estudo em falas e atitudes dos jovens e das jovens, o que é possível constatar a partir de uma análise social e cultural que ultrapassa a biológica.

Além disso, há uma prevalência de jovens do sexo masculino principalmente nas oficinas voltadas para o esporte. O que, nesta investigação, destaca-se como um desafio para o FV!, no sentido de fomentar a participação das jovens bem como refletir sobre por quais territórios – para além dos domésticos – têm transitado as jovens e quais possibilidades de maior inserção delas nas Oficinas. Ressalta-se, pois, a importância em aprofundar em estudos posteriores sobre essa relação de gênero.

A circulação dos/as jovens no bairro não se restringe somente nas questões de gênero; mas, também, pelas fronteiras invisíveis impostas pelas violências e pela criminalidade. Porém, ao analisar a distância entre as residências dos/as jovens e o local da/s Oficina/s que participam, constatou-se que a diferença não é tão significativa entre os que moram perto e os que moram longe. O que mostra uma maior possibilidade de mobilidade entre eles/as no bairro Turmalina; ou seja, barreiras invisíveis impostas pelas disputas de poder no território podem estar sendo desfeitas ou organizadas de outras maneiras.

Ao considerar a condição juvenil e os territórios de vulnerabilidade – o mundo do trabalho, o lazer e a violência, e suas vertentes vulnerabilizantes –, constatou-se que os jovens do Turmalina têm cerceadas as suas vivências por múltiplos territórios, como decorrência dessas barreiras invisíveis que demarcam esses territórios.

Um dos territórios vividos pelos jovens é o do trabalho e essa relação é marcada pela precariedade, pelo trabalho informal e pelos “bicos”. Os jovens evidenciam suas dificuldades para serem aprovados em processo de seleção para vagas de emprego. Além disso, os estudos mostraram que o FV! tem se revelado, para os/as jovens, como lugar de se preparar para inserção no mercado de trabalho no que se refere à preparação para entrevistas de emprego, bem como construção de currículos.

Sobre o território da escola, as trajetórias são interrompidas pelo abandono ou pela evasão. Apesar disso, os jovens têm vontade de voltar a estudar. A escola é vista pelo jovem como lugar de se conseguir diploma para trabalhar. Observa-se, portanto, uma lacuna no que tange às possibilidades efetivas de entrada do jovem no espaço escolar e na apreensão dos conhecimentos escolares, que permitam acessar os saberes historicamente acumulados, ou compreender melhor o mundo no qual vivem, os dilemas juvenis, a relação com o trabalho.

A investigação aponta que os territórios da escola e do trabalho se entrelaçam para além de um possibilitar a inserção no outro, conforme supracitado. A outra ligação entre os dois territórios se dá no que diz respeito à maior causa de abandono escolar ser devido à inserção no mercado de trabalho, seja ele formal ou não. Além disso, a violência também afasta os jovens da escola, o que os impossibilita de constituir e experienciar suas territorialidades em múltiplos territórios.

Um dado interessante é que, ao traçar o perfil social dos jovens, constatamos que a maioria tinha concluído o Ensino Médio ou se dizia com o Ensino Médio Incompleto. Contudo, ao realizar as entrevistas, foi possível compreender que a maior parte havia “evadido” da escola. Defendemos, assim, a relevância das políticas de permanência na escola e não simplesmente de acesso à educação.

O território da cultura, apesar de defendido, pelos autores que fundamentam este estudo, como mais democrático e com mais possibilidades de reconhecimento da pluralidade do que se considera ser jovem, se mostrou como limitado às práticas desenvolvidas nas Oficinas de Esporte, Cultura e Lazer do Programa Fica Vivo!. Essa limitação se dá em função das barreiras impostas pelas violências e criminalidade, que controlam o acesso a outros territórios, ou até dentro do próprio território. Com

isso, a investigação mostrou que a paralisação das ações da Política de Prevenção influenciou diretamente na dinâmica social das violências e da criminalidade.

O Fica Vivo!, que integra o mundo da cultura, se mostra como um território significativo para os jovens pelas possibilidades de interação com o outro jovem, pela relação que estabelecem com os/as oficinairos/as que atuam no Programa e por se constituir um território aberto, flexível e protetor. As atividades ali desenvolvidas possibilitam que o jovem construa novas territorialidades, que fogem do mundo da violência, mesmo em territórios de vulnerabilidades.

Essa vertente educativa que o Programa apresenta para os jovens se dá com base nos relatos de que o FV! contribui para escolhas para além das violências e da criminalidade, a partir do vínculo estabelecido com os/as oficinairos/as, que, por sua vez, instigam os/as jovens a investirem em sua vida escolar e profissional. Assim, os/as oficinairos/as são referenciados/as pelos/as jovens/as – apesar da diferença geracional – como pessoas que se preocupam com eles/as e que têm relação direta com a tomada de decisões que fomentam mudanças positivas até mesmo nas relações interpessoais que os/as jovens constroem.

A constituição da condição juvenil é marcada, também, por sonhos, apesar das vertentes vulnerabilizantes encontradas nos múltiplos territórios pelos quais os/as jovens transitam e constituem. Os/as jovens do Programa sonham com aspirações profissionais, em constituir família, em fazer um curso de nível superior e em ganhar a vida fazendo sucesso com gravação de músicas.

Assim, o estudo aponta, ainda, que mesmo em territórios vulneráveis, os jovens constroem possibilidades de vida, configuram territórios, imprimem neles suas marcas, vivenciam suas territorialidades e acreditam em possibilidades. Esses resultados evidenciam a importância de ações protetivas e educadoras em territórios marcados pelas violências e criminalidade, e que considerem em sua proposição o debate sobre juventude, e busquem uma inserção efetiva no território, tornando-se parte dele.

Na busca por problematizar a constituição das experiências juvenis, foi possível olhar para os sujeitos, suas pistas, seus diálogos, suas intuições, e viver essa aventura que é a pesquisa. Nossa pretensão não é esgotar o debate sobre juventudes e territórios de vulnerabilidades. Afirmamos que é preciso se abrir para continuar a “olhar” como pesquisadora e, quem sabe, adentrar novos territórios juvenis.

É nessa direção que os nossos olhares se voltam novamente para esses jovens – em sua maioria, negros –, para o silenciamento das jovens e para os limites desta pesquisa, que oferece, somente, uma visão parcial sobre as experiências que nos propusemos compreender.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam, CASTRO, Mary Garcia e WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e busca: por que frequentam?** Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.
- ALVES, Maria Zenaide e OLIVEIRA, Igor. **Juventudes e Territórios: o campo e cidade.** Belo-Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- ANDRADE, Eliane Ribeiro e NETO, Miguel Farah. Juventudes e trajetórias escolares: conquistando o direito à educação. In: ABRAMOVAY, Miriam ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (Org.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília: UNESCO: ANPED: MEC, 2007.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Pedagogia em movimentos: o que temos a aprender com os movimentos sociais? IN: **Currículo sem fronteiras**, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/ Jun, 2003.
- BATISTELLA, Carlos. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. IN: FONSECA Angélica Ferreira; CORBO Ana Maria D'Andrea (Org.). **O território e o processo saúde-doença.** Rio de Janeiro: EPSJV, Fiocruz; 2007. p. 51-86.
- BENITES, Maria. Juventude e não violência: territórios de cultura e participação. IN: CALIMAN, Geraldo. (Org.). **Violência e Direitos Humanos: o lugar da educação.** Brasília: Liber Livro, 2013.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves (Coord.). **Diagnóstico Qualitativo das Condições Sócio-Econômicas e Padrões de Criminalidade nos bairros Turmalina e Carapina.** Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)/ UFMG, Mai/2006.
- BRASIL. MEC/SECADI. **Caderno de Reflexões – Jovens de 15 a 17 Anos no Ensino Fundamental.** Brasília: Via Comunicação. 2011, 198p.
- BONNEMAISON, Joel. Espace géographique et identité culturelle em Vanuatu (ex Nouvelles-Hébrides). **Jornal de la Societé dès océanistes**, 1980, p. 181-188 (tradução).
- _____, Joel. Voyage autour Du territoire. L'Espace Geographique, **tomo X, nº 4. 1981.** pp. 249-62. Tradução de Márcia Trigueiro.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.
- _____, Pierre. **Coisas Ditas.** Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____, Pierre. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL/ MEC. **A escola em contextos de vulnerabilidade social.** MEC/ Salto para o Futuro. Ano XXIII - Boletim 22 - Novembro 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Lei Federal de 05 de outubro de 1988, Brasília, DF: Senado Federal, 1980.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

_____. **Lei da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.** Lei 9.790 de 23 de março de 1999, Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

_____. **Estatuto da Cidade.** Lei 1.257 de 105 de julho de 2001, Brasília, DF: Senado Federal, 2001.

_____. **Estatuto da Juventude.** Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013, Brasília, DF: Senado Federal, 2013a.

_____. **Juventude Viva.** Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República Secretaria Nacional de Juventude 2014. p. 8-10

_____. **Aspectos conceituais da vulnerabilidade social.** 2007. Disponível em <http://www3.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf>. Acesso em: 16 de jun. 2016.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia social: as contribuições para a evolução de um conceito. In: SILVA, Roberto da (Org.) et. al. **Pedagogia social, contribuições para uma teoria geral da educação social.** São Paulo: Expressão e Arte, 2011.

CARA, Daniel; GAUTO, Maitê. Juventudes: percepções e exposição à violência. In: ABRAMOVAY, Miriam ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (Org.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília: UNESCO: ANPED: MEC, 2007.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e Cidades Educadoras.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 143-176, julho/ 2002.

CHARLOT, Bernard (Org.). **Os jovens e o saber: perspectivas mundiais.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

_____, Bernard. **Juventudes sergipanas.** Aracaju: UNESCO, 2006a. Vol. I, 304p.

_____, Bernard. **Juventudes sergipanas.** Aracaju: UNESCO, 2006b. Vol. II, 440p.

_____, Bernard. Valores e normas da juventude contemporânea. In: PAIXÃO, Lea Pinheiro e ZAGO, Nadir (Orgs.). **Sociologia da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____, Bernard. **A relação com o saber nos meios populares**: uma investigação nos liceus profissionais de subúrbio. Porto: Livpsic, 2009. Tradução Catarina Matos.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens no Ensino Médio: qual o lugar do trabalho? In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

COSTA, Marisa Vorraber. Uma agenda para jovens pesquisadores. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 117-136, jan./jun. 2002 (p.117-136). Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11660.pdf>>. Acesso em: 11 de jul. de 2016.

_____, Juarez. O jovem como sujeito social. In: **Revista Brasileira de Educação**, Set./ Out./ Nov./ Dez. 2003 (p.40-52). Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 02 de out. de 2014.

DAYRELL, Juarez; CARVALHO, Levindo Diniz; GEBER, Saulo. Os jovens educadores em um contexto de educação integral. In: MOLL, Jaqueline (et al.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

DAYRELL, Juarez Tarcisio e PAULA, Simone Grace de. Situação juvenil e formação de professores: diálogo possível? In: **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente**. Belo-Horizonte, v. 03, n. 04, p. 33-53, jan./jul. 2011. Acesso em: 12 de ago. 2016

DIAS, Ana Lúcia Gonçalves. **A atuação do pedagogo na educação não-formal**. 2º semestre de 2005. 56 f. TCC (Graduação em Pedagogia) – Universidade Vale do Rio Doce, Faculdade de Ciências, Educação e Letras, Governador Valadares, MG.

ESTEVEVES, Luiz Carlos Gil e ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (Org.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: UNESCO: ANPED: MEC, 2007.

FERREIRA, Bianca Márcia. Juventude, oportunidades e direitos: o Programa de Controle de Homicídio Fica Vivo! no cenário da segurança pública de Minas Gerais. In: **Anais VII Encontro da ANDHEP** - Políticas Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos. 28 a 30 de Abril 2014, Faculdade de Direito, USP – São Paulo, SP.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; PENNA, Nelba de Azevedo. **Violência urbana**: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das Cidades. 2016. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1188.pdf>.
Acesso em: 25 de jun. 2016.

FLICK, Uwe (Trad.). **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRANZOI, Naira Lisboa. Juventude, trabalho e educação: crônica de uma relação infeliz em quatro atos. In: DAYRELL, Juarez, MOREIRA, Maria Ignez Costa e SYENGEL, Márcia (Orgs). **Juventudes Contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. Belo-Horizonte: Ed. PUC Minas, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GEBER, Saulo Pfeffer. **Jovens educadores no contexto de uma ação pública voltada para a juventude na periferia de Belo-Horizonte**. Belo-Horizonte: UFMG, 2010. 149f. (Dissertação, Mestrado em Educação).

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2008.

GOVERNADOR VALADARES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Escola em Tempo Integral**. Caderno 1. Governador Valadares, 2009.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social**: impasses, desafios e perspectivas em construção. IN: I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1. 2006. Anais eletrônicos da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

_____, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, 29: 11–24, jan-jun, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>>. Acesso em: 08 de jun. 2016.

_____, Rogério. **O mito da desterritorialização**: o “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: **GEOgraphia** - Ano IX - No17 – 2007a.

_____, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. In: **GEOgraphia** - Ano IX - No 17 – 2007b.

_____, Rogério. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa Perspectiva Geográfico-Cultural Integradora. In: SERPA, Angelo. (Org). **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____, Rogério e LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: **Revista Etc...**, Espaço, Tempo e Crítica. Nº 2(4), VOL. 1, 15 de agosto de 2007.

IBGE, **Censo Demográfico 2010** – Características da população – Amostra, Rio de Janeiro, 2010.

IBGE, **PNAD 2013** – Brasil e Síntese de Indicadores 2012. Rio de Janeiro, 2013.

IBGE, **PNAD 2015** – Brasil e Síntese de Indicadores 2014. Rio de Janeiro, 2015.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. **A gestão da pobreza juvenil**: uma análise de um programa federal de inclusão social para jovens pobres. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/qt03/t036.pdf>>. Acesso em: 16 de mar. 2015.

LEÃO, Geraldo e NONATO, Symaira. **Juventude e trabalho**. Belo-Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LEON, Alessandro Lutfy Ponce de. Juventude, juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. In: ABRAMOVAY, Miriam ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (Org.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: UNESCO: ANPED: MEC, 2007.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos e SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. Lazer e Tempo Livre dos(as) Jovens Brasileiros(as): escolaridade e gênero em perspectiva. In: ABRAMOVAY, Miriam ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (Org.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: UNESCO: ANPED: MEC, 2007.

MELO, Doriám Luis Borges de e CANO, Ignácio (Org.). **Índice de homicídios na adolescência**: IHA 2009-2010. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012.

MELO, Doriám Luis Borges de e CANO, Ignácio (Org.). **Índice de homicídios na adolescência**: IHA 2012. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

MINAS GERAIS. **Prevenção Social à Criminalidade: a experiência de Minas Gerais**. Belo Horizonte, dezembro de 2009.

_____. **Portfólio da Política de Prevenção Social à Criminalidade**. Belo Horizonte, 2015.

_____. **Guia de Orientações para Execução do Trabalho**. Belo-Horizonte, 2016.

_____. **Instrução nº 3.03.20/2016- CG**. Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco. Belo-Horizonte, 2016.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins e NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. IN: **Revista Educação e Sociedade**, ano XXIII, n. 78, abril/2002.

NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz e D'ANDREA, Ana Cláudia Eutrópio B. **Juventudes, sexualidades e relações de gênero**. Belo-Horizonte: Editora UFMG, 2014.

PLEIN, Ivonete Terezinha Tremea et al. Território e territorialidade na perspectiva de Robert Sack. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SOUZA, Edson Belo Clemente de (Org.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Samuel e ISAYAMA, Hélder Ferreira. **O lazer na política de prevenção social à criminalidade de Minas Gerais: O Programa Fica Vivo!** Revista Brasileira de Ciência e Movimento. 2014; 22(1): p. 58-69.

SANTOS, Wagner Fabiano. **O território do crime em Governador Valadares: diagnósticos e perspectivas**. Governador Valadares: UNIVALE, 2012. 96p. (Dissertação, Mestrado em Gestão Integrada de Território).

SAQUET, Marcos Aurelio e SPOSITO, Eliseu Savério (organizadores). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 73-94.

SILVA, Jailson de Souza e. Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: SANTOS Milton; BECKER, Bertha Koiffimann. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p. 209-230.

SILVEIRA, Andréa Maria; ASSUNÇÃO, Renato Martins; SILVA, Bráulio Alves Figueiredo da; BEATO FILHO, Cláudio Chaves. **Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte**. Revista Saúde Pública 2010; 44 (3): p. 496-502.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. As entrevistas na pesquisa em educação: uma arena de significados. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. **Relações de Gênero, Educação Matemática e Discurso: enunciados sobre homens, mulheres e matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 149 p.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de, ALMEIDA, Érika Christina Gomes de, HOLLERBACH, Joana D'arc Germano. **Reciclando palavras: a história da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Viva – ASCANAVI**, narrada por catadores e catadoras. Governador Valadares, Parresia Comunicação, 2014.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; MEIRELES, Ludmylla Karinne Trigueiro; BICALHO, Maria Gabriela Parenti. Território e Currículo: relações interdisciplinares entre Estudos Territoriais e Educação Social. In: **Revista da FAEEDBA**, vol. 24, n. 43 – jan./jun. 2015. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/0Bw5AkbiDMRP7eWh2a0RDV01VdlU/view?pli=1>.

Acesso em: 11 de jun. 2015

SOUZA, Talles Andrade de. **A implementação da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais: Paradigmas, Coalizões e Incrementalismo**. 2016, 350f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, Belo-Horizonte, 2016.

SPOSITO, Marília Pontes. **A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5 (1-2): p. 161-178, 1993. (editado em nov. 1994).

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Cidade, vulnerabilidade e território. IN: **Revista Ponto-e-Vírgula**, 7: p. 32-48, 2010.

VIANA, Luíza Maria. Estéticas, experiências e saberes: artes, culturas juvenis e o Ensino Médio. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e Ensino Médio**. Belo-Horizonte: Editora UFMG, 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013: homicídios e juventude no Brasil**. Brasília, 2013, 96 p.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência: Mortes matadas por arma de fogo**. Brasília, 2013, 55 p.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência: os jovens do Brasil**. Brasília, 2014, 190 p.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência: mortes matadas por arma de fogo**. Brasília, 2015, 112 p.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência: homicídios por arma de fogo no Brasil**. Brasília, 2016, 74 p.

WELER, Wivian. Juventude e diversidade: articulando gênero, raça, e sexualidade. In: DAYRELL, NOGUEIRA, RESENDE, VIEIRA. **Família, escola e juventude**. Belo-Horizonte: Editora UFMG, 2012.

WELLER, Wivian. Jovens no Ensino Médio: projetos de vida e perspectivas de futuro. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.). **Juventude e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ANEXOS

PESQUISA JUVENTUDES E TERRITÓRIOS: EXPERIÊNCIAS JUVENIS NO PROGRAMA FICA VIVO! EM GOVERNADOR VALADARES/MG

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – FORMULÁRIO DE PERFIL SOCIAL DOS JOVENS

I – Dados de Identificação:

1.1- Nº do instrumento: _____ 1.2- Nº de identificação do sujeito: _____

1.3- Sexo Feminino () Masculino ()

II – Perfil social dos Jovens:

2.1- Idade: _____ 2.2- Naturalidade: _____

2.3 – Bairro onde mora: _____

2.4- Situação civil:

1- Solteiro/a () 2- Casado/a () 3- União Estável () 4- Divorciado/a () 5- Viúvo/a ()

2.5- Nível de escolaridade:

1- Analfabeto/a ()

5- Ensino Médio Completo ()

2- Alfabetizado /a()

6- Ensino Médio Incompleto ()

3- Ensino Fundamental Completo ()

7- Superior Incompleto ()

4- Ensino Fundamental Incompleto ()

8- Superior Completo ()

2.6- Tem filhos? 1- Sim () 2- Não ()

2.7- Se tem filhos, quantos? _____ 99- Não se aplica ()

2.8- Situação na estrutura familiar:

1- Mora com os pais e os irmãos () 2- Mora com outros parentes () 3- Mora com cônjuge () 4. Com quem? _____.

2.9- Tem experiência no mercado de trabalho? 1- Sim () 2- Não ()

2.10- Se tem experiência no mercado de trabalho, qual a área de atuação no último emprego?

_____.

III – O Programa Fica Vivo!:

3.1- Oficina/s que participa: 1- _____

2- _____ 3- _____

4- _____

3.2 Tempo de participação no Programa _____ (Quantos meses/anos?)

3.3 Distância entre sua casa e a/s oficina/s que participa no Programa 1- Perto () 2- Longe ()



CADASTRO DE JOVENS EM OFICINAS

(ATUALIZAÇÃO TRIMESTRAL)

Data do Cadastro: ____/____/____

CPC: _____

Oficina: _____

Oficineiro: _____

Nome do Jovem: _____

Apelido do Jovem: _____

Data de nascimento: ____/____/____

Data que o jovem começou a participar da oficina ____/____/____

Data que o jovem se desvinculou da oficina: ____/____/____

Participa de outra(s) oficina(s)? () Sim () Não

Outra(s) oficina(s) que o jovem participa: _____

Pai: _____

Mãe: _____

Naturalidade: _____

Endereço: _____

Telefone: _____/_____/_____

Observações:

1 – Sexo

- a. Feminino
- b. Masculino

2 - Raça/cor (autoclassificação):

- a. Amarela
- b. Branca
- c. Indígena
- d. Parda
- e. Preta
- f. Outra

g. Não informou

3 - Grau de escolaridade

- a. 1º ano
- b. 2º ano
- c. 3º ano
- d. 4º ano
- e. 5º ano
- f. 6º ano
- g. 7º ano
- h. 8º ano
- i. 9º ano
- j. 1ª série
- k. 2ª série
- l. 3ª série
- m. Superior incompleto
- n. Superior completo
- o. Pós-Graduação
- p. Nenhuma
- q. Não informou

4 - Frequenta escola:

- a. Não
- b. Não informou
- c. Sim. Qual turno?
 - c1. Manhã
 - c2. Tarde
 - c3. Noite
 - c4. Não informou

5 - Qual é o seu estado civil?

- a. Solteiro (a)
- b. Casado (a)
- c. Viúvo (a)
- d. Divorciado (a)
- e. Separado (a) Judicialmente
- f. Não informou

6 - Vive com os pais?

- a. Sim
- b. Não
- d. Não Informou

7 - Tem filhos?

- a. Não
- b. Sim. Quantos? _____
- c. Não informou

8 - Renda familiar mensal

- a. Não possui renda
- b. Até 01 salário mínimo
- c. Acima de 01 até 02 salários mínimos
- d. Acima de 02 até 03 salários mínimos
- e. Acima de 03 até 04 salários mínimos
- f. Acima de 04 até 05 salários mínimos
- g. Acima de 05 salários mínimos
- h. Não informou

9 - Tem algum problema de saúde?

- a. Não
- b. Sim. Qual? _____
- c. Não informou

10 - Cumpre ou já cumpriu alguma medida socioeducativa?

- a. Não
- b. Não informou
- c. Sim. Qual?
 - c1. Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)
 - c2. Liberdade Assistida (LA)
 - c3. Semiaberto
 - c4. Internação

11 - Foi acompanhado pelo programa Se

- a. Sim
- b. Não
- c. Não informou

12 - Cumpre ou já cumpriu alguma

- a. Não
- b. Não informou
- c. Sim. Qual?
 - c1. Pena ou medida alternativa
 - c2. Sistema prisional

13 - Foi acompanhado pelo CEAPA?

- a. Sim
- b. Não
- c. Não informou

14 - Foi acompanhado pelo PrEsp?

- a. Sim
- b. Não
- c. Não informou

Assinatura do responsável pelo cadastro: _____

PESQUISA JUVENTUDES E TERRITÓRIOS: EXPERIÊNCIAS JUVENIS NO PROGRAMA FICA VIVO! EM GOVERNADOR VALADARES/MG

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS JOVENS DO PROGRAMA FICA VIVO!.

Gostaria que você me dissesse seu nome e quanto tempo participa do Programa Fica Vivo! Neste momento a pesquisadora esclarecerá sobre o objetivo da pesquisa, serão tiradas as dúvidas dos sujeitos e preenchido o TCLE.

A seguir o diálogo a ser estabelecido durante a entrevista terá como questões norteadoras:

1. Gostaria que você me contasse um pouco sobre o Programa Fica Vivo!. Conte-me sobre as atividades que participa, se gosta, o que aprende, quais outras atividades você pensa que poderiam fazer parte do Programa e que interessariam aos jovens.

2. O que te traz para as oficinas do Programa Fica Vivo!? Por que você escolheu essa/s oficinas?

3. Quais são suas expectativas para o presente? E para o futuro? Quais experiências no Programa têm influenciado essas expectativas?

4. Eu vi que você (não) está trabalhando.

- Você gosta do seu trabalho? Gostaria de trabalhar em outra área? Você acha que o Fica Vivo! poderia contribuir para isso? Como?

- Se não trabalha, em que você gostaria de trabalhar? Você acha que o Fica Vivo! poderia contribuir para isso? Como?

5. Eu vi que você estudou até ... série. Pretende continuar estudando? Por quê?

- Eu vi que você não está estudando, pretende voltar a estudar?

6. Quando vai procurar emprego, como é? (se falar que nunca procurou emprego, pergunto por que)

7. Além do Programa, quais espaços na cidade você frequenta? Conte-me as experiências vivenciadas nesses espaços. Você tem aprendido algo nesses espaços? O que você aprende? Com quem você aprende?

8. Você gostaria de acrescentar alguma coisa sobre o Programa e que eu não perguntei durante a nossa conversa?

Questões complementares ao Cadastro de Jovens em Oficinas**Pesquisa “Juventudes e Territórios: experiências juvenis no Programa Fica Vivo! em Governador Valadares/MG”**

- Idade: _____

- Tempo de participação no Programa: _____

- Distância entre a casa do jovem e a/s oficina/s: () Perto () Longe

- Tem experiência no mercado de trabalho? () Sim () Não

Se tem, qual a atuação no último emprego? _____

- Questão 3. Grau de escolaridade () Analfabeto () Alfabetizado

- Questão 5. Qual seu estado civil? () União estável

- Questão 6. Vive com os pais? () Outros parentes () Cônjuge () Com quem?
